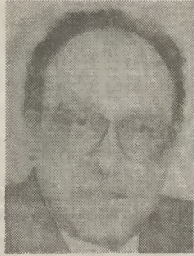


## Alternativa democrática

– Questão central da vida política nacional

A luta pela alternativa democrática é uma questão estratégica central na actividade do PCP. O facto de a considerarmos complexa, difícil e demorada, não significa que a vejamos relegada para as calendarias. As políticas neoliberais não são inevitáveis e muito menos são o fim último do desenvolvimento social



■ Domingos Abrantes Pág. 18

## Bento Caraça o homem e o seu tempo

– Conferência de Álvaro Cunhal na CGTP-IN.



Págs. 20 e 21

## Conselho da Europa Por um espaço de cooperação da esquerda

■ Lino de Carvalho Pág. 19

PORTUGAL > 2000

## Que reforma para a Segurança Social?

Pág. 23

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Mais apoios e direitos para Associações de Imigrantes

– PCP apresenta projecto de lei Pág. 10

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Junho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1282 • Director: José Casanova

# dia 28, dia Sim

REFERENDO NACIONAL - 28 de Junho de 1998

Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas 10 primeiras semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?

Sim

Não

## Pelo direito à maternidade consciente

– Entrevista com **Antónia Tamasini e Marianne Eriksson**

Págs. Centrais



## Uma resposta de luta

Os trabalhadores e o movimento sindical estão dispostos a novas acções, se o Governo insistir em alterar para pior a legislação laboral e em atacar a Segurança Social.

Pág. 5



# Cristo votaria Sim



A JCP na campanha pelo «Sim» no referendo sobre a despenalização do aborto

## RESUMO

### 17 Quarta-feira

Inicia-se a primeira fase das provas de acesso ao ensino superior ■ Os pilotos portuários iniciam uma greve contra a sua integração nas administrações portuárias ■ O Conselho de Ministros aprova a nova Lei de Bases da Segurança Social ■ A Assembleia Legislativa de Díli é ocupada por centenas de jovens timorenses, transportando o caixão pelo jovem morto por militares indonésios em Manatuto ■ Na Guiné, os revoltosos são desalojados do quartelamento de Brá ■ Os dirigentes albaneses do Kosovo recusam-se a negociar com a Sérvia até que esta retire as suas tropas da zona, no dia em que a câmara baixa do parlamento russo contesta a posição da NATO nesta questão.

### 18 Quinta-feira

Uma sondagem publicada pelo *Diário de Notícias* calcula que 54,4 por cento dos eleitores vão votar sim no referendo sobre a IVG ■ A Comissão Parlamentar do Equipamento Social recomenda à Portugal Telecom a imediata suspensão da taxa de activação ■ A Assembleia da República aprova a subida de Vizela a concelho, bem como a nova Lei da Televisão ■ O Parlamento Europeu cancela a sua decisão de suspender as ajudas do Fundo de Coesão para os países que integram a moeda única ■ Os EUA manifestam-se a favor da realização de negociações directas entre a Indonésia e a resistência timorense... ■ ... e oferecem-se para restabelecer relações diplomáticas com o Irão ■ O governo sérvio apela aos independentistas do Kosovo que regressem às negociações.

### 19 Sexta-feira

Carlos Carvalhas visita a cidade de Beja ■ Os guardas prisionais e os funcionários da CP entram em greve ■ O Senado da Universidade de Coimbra decide que o não pagamento de propinas não implica a anulação de inscrição e matrícula ■ A imprensa noticia que a França e o Senegal dificultaram as operações portuguesas de resgate de refugiados da Guiné-Bissau ■ Um balanço oficial revela que dez mil angolanos fugiram para a República Democrática do Congo, após uma ofensiva da Unita no leste de Angola.

### 20 Sábado

Carlos Carvalhas desloca-se à Baixa da Banheira para participar num encontro sobre a despenalização do aborto ■ Jaime Gama

recusa a proposta indonésia de trocar a libertação de Xanana Gusmão pelo reconhecimento internacional da anexação de Timor por Jacarta ■ Dezenas de milhares de pessoas manifestam-se em Berlim, por uma maior justiça social e contra o racismo ■ O Programa Alimentar Mundial protesta contra a requisição por parte do governo guineense de 2700 toneladas de alimentos destinadas à população ■ Os socialistas-democratas vencem as eleições legislativas checas.

### 21 Domingo

A JCP organiza um encontro pelo «Sim» no referendo, no Jardim dos Jerónimos, em Lisboa ■ No Encontro Nacional de Dirigentes Associativos, é aprovado um documento que prevê o prosseguimento da luta contra a lei do financiamento do Ensino Superior público ■ O bispo de Bissau encontra-se com o líder dos revoltosos, o brigadeiro Mané, procurando uma saída negociada para o conflito guineense ■ O governo de Israel aprova a criação de um supermunicípio em Jerusalém, que reforça o controlo deste país sobre a cidade ■ Andres Pastrana é eleito Presidente da Colômbia ■ Um forte furacão assola Moscovo.

### 22 Segunda-feira

O Presidente da República inicia uma visita à Alemanha ■ A Alta Comissária da ONU para os Refugiados alerta para o perigo de o conflito na Guiné-Bissau poder gerar «uma crise humanitária em grande escala» ■ Um documento da Organização Mundial de Saúde revela que o número de seropositivos baixou na Europa e nos EUA, mas que 90 por cento dos casos se situam em África e na Ásia.

### 23 Terça-feira

Carlos Carvalhas participa num encontro de profissionais de saúde sobre a IVG... ■ ... e defende declarações de Jorge Sampaio à imprensa alemã, considerando que os referendos não devem ser usados para corrigir decisões do Parlamento ■ Milhares de pessoas, na sua maioria jovens, desfiliam em Díli, apelando à concretização de reformas e diálogo sobre o futuro de Timor-Leste ■ A União Europeia anuncia pacote de ajuda humanitária à Guiné-Bissau no valor de 200 mil contos... ■ ... e Senegal boicota ajuda económica aos revoltosos guineenses ■ Helmut Kohl manifesta a Jorge Sampaio, em Bona, a compreensão do Governo alemão quanto à necessidade de Portugal não ver reduzidos os fundos estruturais provenientes da UE.

# A

três dias do referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a vitória do Sim apresenta-se como uma possibilidade real. No entanto, daqui até ao dia 28 muito é possível e necessário fazer ainda. A batalha do esclarecimento desenvolve-se em três linhas essenciais: onde votar, como votar, em que votar. Com efeito, muitas são as pessoas, de um modo geral em todo o país, que levantam dúvidas sobre o local onde deverão exercer o seu direito de voto, pensando erradamente que, dado tratar-se de um referendo e não da habitual eleição, as assembleias de voto funcionarão noutra local que não o habitual. Por outro lado, é necessário esclarecer que, neste caso, os símbolos e siglas partidários não vão aparecer nos boletins de voto, dos quais constam apenas a pergunta e os dois quadrados – sublinhando que o quadrado do sim é o que se encontra mais próximo da pergunta. Complementarmente, o combate à abstenção assume por razões óbvias uma enorme relevância.

A importância desta batalha é inquestionável. Ganhá-la é fundamental. Para que – como acentuou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP – “Portugal não chegue ao terceiro milénio com a vergonha de ter uma lei que criminalize as mulheres que fazem interrupção voluntária da gravidez”.

Como era previsível – leia-se inevitável – a campanha dos defensores do Não tem vindo a acentuar, com o correr do tempo, o seu conteúdo mistificatório, manipulador, fundamentalista, terrorista. Em primeiro lugar procurando convencer as pessoas de que o que está em causa neste referendo é o “sim ou não ao aborto”, que a batalha é entre “os que são a favor e os que são contra o aborto”. Trata-se de uma monumental mistificação, agravada pelo facto de ser feita em plena consciência. Os divulgadores desta patranha – fingindo ignorar que o que vai ser votado é a despenalização da interrupção voluntária da gravidez – exibem, assim, uma espudorada falta de respeito pela sensibilidade e pela inteligência das portuguesas e dos portugueses a quem negam o elementar direito à verdade. Hipocritamente, fingem não saber que todos os anos se praticam, em Portugal, dezenas de milhares de abortos clandestinos, ocorridos em grande parte dos casos sem o mínimo de condições de saúde. Hipocritamente, escondem o seu verdadeiro pensamento sobre essa realidade, escondem que o que, de facto, os incomoda não é o número de abortos praticados e as condições em que o são, mas sim o facto de esses números, essa realidade, essas condições serem do conhecimento público. É óbvio que se não estivesse em

debate a despenalização, nenhum destes acalorados defensores do Não falaria no aborto...

Inevitável, também, era a intensificação da linha de terrorismo psicológico traduzida no falso slogan “sim à vida”. Pondo as coisas deste modo, estes manipuladores de consciências pretendem criar a ideia de que, sendo o seu “não” um “sim à vida”, o “sim” dos que defendem a despenalização é um “sim à morte”. Impressiona, mas não surpreende – vinha de quem vem – toda esta vaga de barbaridades que caracteriza a intervenção, na campanha, da generalidade dos defensores do Não. Por isso, importa deixar claro que os que se opõem à despenalização o que defendem, de facto, é a manutenção da actual situação, é a continuação do aborto clandestino praticado nas condições em que o está a ser.

Também o papel da Igreja Católica em todo este processo não comporta qualquer novidade. Cumpriu-se o que se anunciava. E não faltam por aí bispos (gêmeos, por exemplo, dos de Viseu e do Funchal) disponíveis para, dos púlpitos, dizerem o que for necessário. Atente-se neste extracto da homilia proferida pelo vigário-geral da Arquidiocese de Braga: “Se Cristo proclama a vida e é defensor da verdade, da justiça e do bem, os cristãos devem harmonizar a sua votação com a sua mensagem, porque só ele pode tirar a vida” – posto o que convida “todos os cidadãos portugueses a votarem ‘não’ no referendo”.

É difícil imaginar Cristo a exercer a sinistra prerrogativa que o vigário-geral da Arquidiocese de Braga lhe atribui. Mas é fácil imaginar Cristo a expulsar do Templo os vendilhões da mentira, os traficantes da hipocrisia, os mercadores da mistificação; a denunciar a dramática situação existente; a não aceitar, passivo e silencioso, que milhares de mulheres – clandestinamente e sujeitas a penas de três anos de prisão – pratiquem aborto; a pôr termo ao escandaloso e sórdido negócio proporcionado pelo aborto clandestino; a procurar, com humanismo, pôr fim à dramática realidade das mais de dez mil mulheres que, em cada ano, dão entrada nas urgências dos hospitais em consequência de abortos clandestinos e das quais morrem oitocentas; a defender, enfim, a existência de uma lei que, no respeito pela liberdade e pelos direitos humanos, despenalize a interrupção voluntária da gravidez e, simultaneamente, promova adequadas medidas de planeamento familiar e de assistência médica.

Por tudo isto, é fácil imaginar também que, na situação concreta que é o referendo de 28 de Junho, Cristo votaria Sim.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º-A, 1100 Lisboa  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 300 690 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhol — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B LL 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## O dono disto tudo (II)

O texto de Belmiro de Azevedo, intitulado "Nem que Cristo desça à Terra" e triplicado na Quinta-feira passada, constitui mais um divertido *round* do combate de luta-livre mediática que opõe, no canto direito, o impetuoso patrão da Sonae (60 anos de idade, 154º lugar na tabela dos homens mais ricos do Mundo), "teimoso", "obstinado", "poderoso e polémico"; e, no canto à direita, o fofoso líder do PSD (de idade indefinível, 1º classificado no concurso de mergulhos no Tejo, saltitadamente teimoso, pipilantemente obstinado, divertido e também polémico).

Pelos currículos se vê claramente visto que Marcelo está condenado: como a pescada, antes de o ser já o era. Aliás, o PS, árbitro natural da espectacular peleja, já tornou público o resultado final. Numa breve frase exibiu a esperada e salomónica imparcialidade e isenção: "Houve excessos de linguagem de parte a parte"; em duas outras pequenas frases, descendo ao povo, sentenciou: "Como diz o ditado popular cada um deita-se na cama que faz. Marcelo Rebelo de

Sousa deitou-se na cama que fez". Entretanto, o combate prossegue: Marcelo, repetindo a tática utilizada na sequência da entrevista de Belmiro à RTP, garante que não dirá nem mais uma palavra sobre o assunto. Por isso aguarda-se, com expectativa, a sua resposta ao último ataque de Belmiro.

Quanto ao texto triplicado, dele emergem três relevantes afirmações, a primeira das quais é a seguinte: "Os que me conhecem sabem bem (...) que estou habituado a dizer o que penso, a amigos e a inimigos, ao poder e à oposição". É d' homem! E é verdade, como o prestimoso Carlos Magno não se cansa de nos repetir.

Segunda afirmação: "(...) Pretender levar à letra algumas das minhas expressões - 'erradicar', 'eliminar', por exemplo - afigura-se-me de um ridículo e de uma teatralidade confrangedores". É claro que só mentes perversas e doentias poderiam levar à letra as referidas expressões do Engenheiro Belmiro, expressões que, vê quem quiser ver, estão ali

em sentido figurado e foram proferidas num momento em que, estando a dizer o que pensava, não estaria talvez a pensar no que dizia.

Terceira afirmação: "Aqui tem, professor Marcelo Rebelo de Sousa. Por mim, escusamos de ficar por aqui: não me calo nem que Cristo desça à terra. E desengane-se: dito por mim, isto quer dizer realmente isso mesmo". Eis, novamente, Belmiro a "dizer o que pensa". Só não percebo a sua firme determinação de não se calar "nem que Cristo volte à terra". Será que, para o 154º homem mais rico do Mundo, a eventual descida de Cristo à Terra teria como objectivo mandá-lo calar? De qualquer forma, sugiro desde já à SIC que se ponha em campo para, no caso de Cristo vir cá abaixo ver isto, o convidar a demonstrar-nos em directo (na Roda dos Milhões? No Big Show Sic?) a (im)possibilidade de um camelo passar pelo buraco de uma agulha.

■ José Casanova

## EUA

## Hipocrisia imperial

O conhecido jornalista da CNN, Peter Arnett, é co-autor duma peça jornalística divulgada este mês por essa cadeia de televisão e pela revista *Time* (15.6.98), onde se conta a história duma missão como tantas outras da guerra dos EUA contra os povos do Sudeste Asiático. Estava-se em Setembro de 1970. Um pelotão das Forças Especiais dos EUA foi enviado para o Laos. A sua missão: assassinar "um numeroso grupo" de soldados americanos que se havia passado para o campo do inimigo. Ou mais concretamente, nas edificantes palavras do intrépido defensor das democracias-ocidentais-de-economia-de-mercado que comandava o pelotão: "as minhas ordens eram: se estiver vivo, se respirar, se urinar, se defecar - mata-o". No decurso do ataque, a Força Especial norte-americana utilizou o gás sarin, tornado conhecido da opinião pública aquando da sua utilização no ataque terrorista ao metropolitano de Tóquio em 1995. As vítimas, segundo a *CNN/Time*, foram civis laocianos, soldados da resistência vietnamita e laociana e os corajosos jovens americanos que se haviam recusado a continuar a participar na guerra de extermínio do imperialismo norte-americano. Segundo o artigo, a utilização do gás sarin nessa "e noutras missões" foi agora confirmado por vários altos oficiais da época, incluindo um ex-Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas dos EUA. E isto, apesar de a política oficial dos EUA, na altura, excluir a hipótese de serem os primeiros a utilizar armas químicas.

É possível que a história da *CNN/Time* - que não parece ter suscitado grande interesse na "independente" comunicação social da "aldeia global" - tenha surgido graças ao facto de algumas das vítimas deste episódio serem americanos. Mas a realidade, inúmeras vezes documentada e confirmada por observadores da mais diversa índole, é que os Estados Unidos utilizaram de forma sistemática e generalizada armas químicas e armas biológicas durante a década e meia da sua guerra de extermínio contra os povos insubmissos do Sudeste Asiático. Até o famoso dicionário americano *Webster's* fala disso. Os efeitos perduram até aos nossos dias, sob a forma de milhares de seres humanos com malformações congénitas, abortos espontâneos, crianças e adultos padecendo de doenças e paralisias de vários tipos. Os efeitos perduram ainda nas alterações permanentes ou de longa duração ao ecossistema, à biodiversidade, aos terrenos agrícolas do Sudeste Asiático. Entre as vítimas humanas contam-se centenas de soldados americanos. Não foi apenas Saddam Hussein que utilizou armas químicas contra o seu próprio povo...

Mas nenhum outro país utilizou nas últimas décadas tantas armas químicas e biológicas contra outros povos, como os EUA, sob sucessivos governos (democratas ou republicanos, pouco importa) dessa *mãe-de-todas-as-democracias-ocidentais*. E nenhum outro país utilizou alguma vez armas nucleares, como o fez o *farol do capitalismo mundial* em Agosto de 1945. Não contra alvos militares. Mas contra as crianças, idosos, mulheres e homens de duas cidades japonesas.

Os EUA assumem-se hoje como os polícias do mundo. Pretendem decidir qual o sistema económico, qual o sistema político, qual a legislação aplicável em qualquer ponto do globo. De vez em quando lançam campanhas, aparentemente nobres, denunciando a existência de arsenais de armas químicas, biológicas ou nucleares em países com os quais têm algum contencioso. Mas não foi pela voz do governo norte-americano que ouvimos que "o governo do *apartheid* procurou matar os seus opositores, nos anos 80, com armas químicas, biológicas e outras armas secretas (...) o governo também experimentou amostras de antrax e cólera, e discutiu o desenvolvimento duma substância que provocasse a esterilidade apenas nos negros" (*BBC*, 18.6.98). Ou que Israel possui um arsenal nuclear. E, sobretudo, nunca ouvimos o governo norte-americano pedir alguma vez desculpas pelos seus inúmeros e bárbaros crimes contra a Humanidade.

Sejamos claros: a abolição das armas químicas, biológicas, nucleares e de todas as armas de extermínio é um objectivo justo, necessário e urgente. Mas não é o objectivo do imperialismo norte-americano. O seu objectivo é deter o controlo exclusivo dessas armas.

■ Jorge Cadima

## Não se brinque com coisas sérias

«Não há pior ajuda que a de um urso obsequioso»: este velho ditado popular aplica-se como uma luva à campanha pelo «não» de Alberto João Jardim à porta das igrejas. Vinda do personagem Jardim, essa «ajuda» só desprestigia a causa que pretende servir. Porque, além do descrédito dos comportamentos farsantes usados por A. J. Jardim para dar nas vistas, acresce, no caso, que a sua participação destaca com particular relevo as hipocrisias que servem de lastro a grande parte da campanha do «não». Basta olhar para o que se passa com as crianças na ilha da Madeira, que Jardim apresenta como seu domínio privado.

A Madeira de Jardim tem das mais altas taxas do país no que respeita à mortalidade infantil, número de abortos, mortes provocadas por aborto, alcoolismo infantil, analfabetismo e abandono escolar. Não há creches e são gritantes as carências nos serviços de pediatria, ginecologia e obstetrícia, no apoio ao planeamento familiar e à educação sexual. E é na Madeira que se desenvolveu o cancro da pedofilia, com abusos sexuais sobre crianças, turismo sexual de pedófilos e o negócio de aluguer de crianças para *tourneés* e filmes pornográficos.

A. J. Jardim, que se arvora em «defensor da vida», convive folgadoamente com essas gravíssimas chagas sociais. Mas teve a audácia de afirmar a semana passada em «O Diabo» que «a lei que agora se pretende referendar é uma provocação, é um precedente inadmissível e perigoso para os Direitos, Liberdades e Garantias de cada português». Só um personagem como o Tartufo da célebre peça de Molière teria tanto descaramento...

Muitos dos defensores do «não» sentir-se-ão talvez incomodados com o atavismo da campanha de A. J. Jardim à porta das igrejas. Mas calam e consentem-no. Como calam e consentem as campanhas intimidatórias, terroristas e ofensivas como as dos bispos de Viseu e de Bragança, que chegam ao ponto de promover o inferno depois da morte a quem muitas vezes já o viveu em vida. O problema do aborto em Portugal tem como sinistro pano de fundo as degradantes condições do aborto clandestino. Merece um outro nível de discussão, que não o que pretendem dar-lhe essas declarações terroristas ou as tartufices dos Jardins. Tratar com ligeireza, com puritarismo sinuoso ou sofismas de má-fé os problemas complexos e dolorosos que ele suscita constitui, pelo menos, um acto anticívico, antidemocrático, desrespeitador de direitos humanos. Nesta como noutras causas há quem defenda com sinceridade argumentos sem coerência. Diferente é o caso quando se passa a fronteira para uma consciente má-fé, hipocrisia ou crueldade.

Centenas de mulheres são diariamente submetidas às sinistras condições do aborto clandestino (190 mil anualmente, segundo um estudo feito para a Universidade de Coimbra). Trata-se de um gravíssimo problema de saúde pública. O «sim» quer as crianças desejadas e defende a vida e saúde das mulheres, o respeito pela sua dignidade. O «não» mata, esteriliza, mutila e humilha mulheres. Nós somos pela vida. E a lei da vida é, acima de tudo, o respeito pelos homens, mulheres e crianças. O problema é demasiado sério para que se possam levar a sério intervenções como a de A. J. Jardim.

■ Aurélio Santos



Foto: Sérgio Morais



## SEMANA

## Preços em derrapagem e desemprego também



## Consumo dos portugueses é dos mais baixos da Europa

Segundo as conclusões do Índice Europeu de Consumo, um estudo elaborado pelo Banque Sofinco e pela IPSOS analisando indicadores como o grau de confiança económica e a necessidade e apetência ao consumo nos países da Comunidade, os portugueses são dos que baixaram mais o nível de consumo nos últimos meses, apesar de serem os que revelam maiores necessidades de adquirir bens. Segundo o suplemento Negócios do Diário de Notícias, a descida do índice de consumo em Portugal contrasta com a tendência de crescimento verificada na generalidade dos países abrangidos pelo inquérito entre Fevereiro e Maio. Enquanto a Espanha e a Alemanha aumentaram o

seu nível de consumo em sete e seis pontos, respectivamente, Portugal ficou-se por um crescimento negativo de dois pontos. Quanto ao potencial de consumo, Portugal surge neste estudo como o país com mais baixo potencial com um índice de 54, «que contrasta, por exemplo, com os 135 pontos da Espanha ou os 136 da Holanda», não sendo por isso de estranhar que sejamos «o único país a baixar no índice de

intenção de compras para os próximos tempos». Acrescenta ainda a notícia que as grandes viagens e o mobiliário para casa lideram a lista das preferências dos europeus quando se lhes pergunta em que vão gastar o dinheiro nos próximos três meses, enquanto no caso português a escolha de eleição é a compra de carro, seguida de um computador pessoal ou de um grande electrodoméstico.

## Fundos estruturais preocupam Presidente

O Presidente da República, Jorge Sampaio, que esta semana se deslocou à Alemanha em visita oficial, alertou nesta sua deslocação para a necessidade de Portugal continuar a beneficiar da ajuda de fundos estruturais.

Numa entrevista ao semanário Der Spiegel dada por Jorge Sampaio há duas semanas mas apenas publicada no

Ainda segundo o suplemento Negócios do Diário de Notícias, a inflação em Portugal está a derrapar e dificilmente se cumprirá a meta governamental de 2% para este ano. Segundo dados do INE, os preços em Portugal aumentaram 0,6% em Maio, destacando-se os aumentos de 4,9% no vestuário e calçado. Em comparação homóloga acumulada, os preços revelaram uma tendência claramente ascendente, passando de um aumento de 2,0% no primeiro bimestre para um crescimento de 2,3% no conjunto dos cinco primeiros meses do ano, face a igual período de 1997. No bimestre Abril/Maio os preços já subiram 2,7%.

Quanto ao desemprego, o número de desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) é apresentado como tendo descido ligeiramente abaixo dos 400 mil. «Mas custa a explicar», diz o DN, «num quadro tão favorável como continuam a aumentar os desemprega-



dos que em cada mês se inscrevem nos centros de emprego. Nos cinco primeiros meses de 1998, mais de 165 mil pessoas inscreveram-se como desempregadas nos centros de emprego, um aumento de 18,52%. O número de desempregados que se inscrevem mensalmente no IEFP é um dado que não se pode manipular», sublinha o DN.



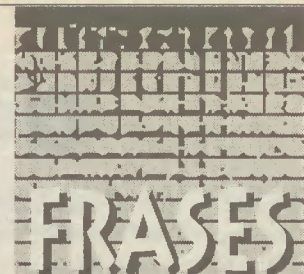
## Garcia dos Santos demite-se da JAE

O general Garcia dos Santos demite-se de presidente da Junta Autónoma de Estradas, numa carta de 14 páginas enviadas ao ministro da tutela, João Cravinho, onde avultam críticas fortes a Donas Botto,

um vogal da sua administração, e ao secretário de Estado das Obras Públicas, Maranhã das Neves, este último acusado pelo general de desconhecer a «realidade que actualmente existe e se vive» na empresa. Quanto a

Donnas Botto, as denúncias feitas por Garcia dos Santos são extensas e duras, acusando-lhe «a falta de decisão relativamente a actos e documentos essenciais para o funcionamento da empresa, a recusa de diálogo para a resolução de simples questões de rotina, a indisciplina no cumprir e fazer cumprir horários e métodos de trabalho, o desleixo e o desprezo pelos mais elementares princípios de organização e a incapacidade de criar e chefiar equipas, a teimosia e má criação para com os restantes vogais do C. A.». O general vai mais longe e diz que os problemas ao nível da administração da JAE resultaram em «caos» e «desorganização», onde «não há regras, não há disciplina, não há controlo». E acrescenta: «Existe no sector técnico, que é o mais importante e vital como justificação da criação e existência da JAE SA, uma total e absoluta incapacidade de gestão por incompetência do

Sr. Engº Donas Botto». Após assinalar «o crescimento do descrédito em que já começou a cair a JAE SA no meio técnico das obras públicas rodoviárias», Garcia dos Santos lamenta o comportamento do secretário de Estado Maranhã das Neves no processo, que «nunca me ouviu ou pretendeu ouvir». O ministro João Cravinho limitou-se a dar cobertura ao seu secretário de Estado, aceitando de imediato a demissão de Garcia dos Santos. Entretanto a demissão do general, nomeado em finais de 1996, é considerada por fontes da Agência Lusa citadas pelo Público como uma «vitória dos grandes grupos de pressão das obras públicas», assinalando que Donas Botta - que transitou de uma anterior gestão da JAE para a actual - «foi seguro pela Secretaria de Estado das Obras Públicas», tendo João Cravinho acabado por dar cobertura à «protecção» a este controverso elemento da administração da JAE.



“Marcelo lança suspeitas sobre os negócios entre o Governo e os grupos económicos, um dos patrões desse grupo responde forte e feio ao líder do PSD, e o presidente do PP lastima o facto de o primeiro-ministro nada dizer sobre o assunto. É já de facto meio caminho andado para a AD.”

(Maria de Lurdes Vale - «Diário de Notícias», 17.06.98)

“A política do senhor ministro da Cultura é mesquinha, medíocre. Transforma, por exemplo, a minha profissão de realizador de filmes, num “hobby”...”

(José Fonseca e Costa - «24 Horas», 20.06.98)

“A Guiné (Bissau) já pertence à francofonia.”

(François Chappellet, embaixador da França em Bissau - «Público», 22.06.98)

“Tem havido alguma dificuldade em articular as áreas funcionais que na esfera da Economia, Finanças e Negócios Estrangeiros são responsáveis por assuntos de cooperação.”

(Luís Amado, Secretário de Estado - «Diário de Notícias», 23.06.98)

“Para além de casos clínicos do foro psiquiátrico, ninguém aborta porque sim, porque lhe apetece. O que está em causa não é a inexistência de motivos justificadores da interrupção da gravidez, mas sim o do entendimento de que a grávida tem de expor esses motivos a alguém que os aprecie, os julgue e, em consequência, decida do seu carácter justificativo.”

(Ana Prata, professora da Faculdade de Direito da Universidade do Porto - «Público», 24.06.98)

“Votar “não” é continuar a empurrar as mulheres para o aborto clandestino, com todos os riscos para a sua saúde. Votar “sim” é permitir que a interrupção da gravidez possa ser feita com condições de assistência médica e de segurança.”

(Tempo de antena do PCP - «RTP», 20.06.98)

“(...) votar contra a despenalização não serve a vida, serve a hipocrisia. Porque se o aborto é um mal, as consequências da sua clandestinidade são um mal muito pior.”

(Sérgio Sousa Pinto, dirigente da JS - «Público», 23.06.98)

“Quando se responde “não” à despenalização está-se a pretender impor, juridicamente, a todos, uma norma obrigatória de comportamento, com base em concepções morais e éticas da Igreja Católica. Esta tem todo o direito de ter a sua concepção, nunca o de a impor à sociedade portuguesa. Portugal é um Estado laico.”

(Eugénio Óscar Filipe de Oliveira - «Expresso», 20.06.98)

“A democracia representativa e a democracia participativa têm de viver em comum. O que não pode acontecer é uma substituir a outra.”

(Jorge Sampaio, em Berlim, citado em «Público», 23.06.98)





## TRABALHADORES

## Milhares com fortes razões na jornada da CGTP

Os trabalhadores e o movimento sindical estão dispostos a novas acções, se o Governo insistir em alterar para pior a legislação laboral e em atacar a Segurança Social. Na jornada nacional da semana passada o executivo chefiado por António Guterres foi, por isso, responsabilizado pelo aumento da instabilidade social.

Na quinta-feira, dia 18, e no sábado, a CGTP-IN levou a cabo uma série de manifestações e outras iniciativas, com o objectivo de protestar contra os projectos legislativos do Governo sobre trabalho a tempo parcial, conceito de remuneração e lay-off, numa primeira leva, e, ainda em Julho, sobre férias, contratos a prazo, trabalho nocturno e elaboração de leis do Trabalho. O movimento sindical unitário

oposição» - afirma-se na moção aprovada frente à AR, pelos trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, que desfilaram sob intenso calor desde o Terreiro do Paço. No documento, o Governo é advertido de que, «se não retirar as suas propostas, se responsabiliza por tal afronta social e pela consequente instabilidade, já que nós estamos dispostos a prosseguir a luta e a resistir».



As manifestações do Porto (foto ao centro) e Lisboa (restantes fotos) tiveram forte participação

# Afronta social terá resposta de luta

contesta, de forma igualmente viva, as modificações propostas para a Segurança Social. A defesa do emprego com direitos e de melhores salários somou-se aos motivos de descontentamento trazidos para as ruas de Lisboa, Porto, Santarém, Espinho, Leiria, Coimbra, Braga, Faro, Évora e Vila Real

Os «projectos e estas intenções governamentais são uma pura e simples submissão aos interesses patronais», a qual «é inconcebível» e merece «total

Na Praça da Batalha concentraram-se, sábado, largas centenas de trabalhadores da região do Porto, que desfilaram depois pelas ruas de 31 de Janeiro, Sá da Bandeira, Fernandes Tomás e Santa Catarina, recorrendo a martelinhos e pancartas com quadras, a lembrar o S. João.

Em Espinho, centenas de trabalhadores responderam ao apelo da União dos Sindicatos de Aveiro, manifestando-se desde o Largo da Câmara até



## Ferroviários em plenário

A situação social nas empresas ferroviárias é hoje analisada pelo Conselho Nacional e o Plenário de Sindicatos da FSTFP/CGTP-IN, após um mês em que tiveram lugar «as três maiores greves do sector, nos últimos 15 anos» - como salienta a federação, numa nota distribuída segunda-feira.

A estrutura sindical mais representativa dos ferroviários enviou ao secretário de Estado dos Transportes um pedido de audiência, «numa tentativa de solucionar o conflito laboral», por cujo agravamento responsabiliza o conselho de gerência da CP e as administrações da Refer e da EMEF.

A federação reafirma as reivindicações que estiveram na base das greves de 29 de Maio, 12 e 19 de Junho e defende que «é possível um acordo». No plenário conjunto de hoje poderão ser decididas novas formas de luta, salientando a federação que «os ferroviários estão mobilizados e determinados para a luta como nunca estiveram» e que «não desejamos a greve, mas não a tememos».

### Greves

Para hoje e amanhã, a federação da Função Pública convocou uma greve nos serviços gerais da Saúde, abrangendo trinta mil trabalhadores que assim protestam pelo facto de o

Ministério de Maria de Belém não ter ainda publicado a reestruturação das carreiras profissionais. Esta reestruturação, recorda um comunicado da FNSFP/CGTP, foi acordada em Dezembro de 1996, após negociações que tiveram por base uma proposta do próprio Ministério.

«Esta é uma greve «convocada» pelo Ministério da Saúde que, ao não cumprir, de forma tão leviana, os compromissos assumidos, está a obrigar estes trabalhadores, tão importantes para o funcionamento dos serviços de Saúde como as outras categorias profissionais, a terem que lutar em defesa dos seus direitos», acusa a federação.

A Assembleia de Delegados Sindicais da Função Pública do Sul e Açores, reunida em Lisboa dia 17, inseriu a greve da Saúde numa «quinzena de luta» que envolve ainda outros subsectores, como os museus e os guardas e vigilantes da Natureza.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul marcou para amanhã uma greve dos trabalhadores da Auto-Europa ao serviço de empresas aladoras de mão-de-obra, reclamando o fim do abuso da contratação a termo e do trabalho temporário.

Para hoje e amanhã está ainda convocada uma nova greve na Iberlim, que assegura limpeza na CP, Carris, Metro e Aeroporto de Lisboa.

junto à praia. A resolução dali enviada ao Governo defende medidas para melhorar a Segurança Social, como as aprovadas na conferência nacional da CGTP, dia 6 de Junho.

Após uma concentração, no Largo do Seminário, cerca de duas centenas de activistas e dirigentes sindicais e outros trabalhadores percorreram dia 18 as ruas centrais de Santarém, até ao Governo Civil.

Reunidos dia 18 em Braga, o plenário distrital de sindicatos e o conselho distrital da USB/CGTP decidiram convocar para amanhã, em Guimarães, um plenário geral de dirigentes e delegados, seguido de uma concentração pública, a partir das 15 horas.

Também para amanhã está convocada uma manifestação em Castelo Branco, a partir das 17 horas.

## Exclusivo!

Qual guerra de preços?! Qual corrida à informação diferente?! Quais preocupações em denunciar os problemas do cidadão comum?! Tudo isto costuma servir para justificar a venda de jornais diários - negócio que, apesar da crise, continua a dar para alguns grupos e personagens investirem capital e retirarem mais-valias ou outros proveitos. Sabemos que os meios disponibilizados pelos donos de tais cofres não têm comparação possível com os que possuímos para fazer o «Avante!». Estamos habituados a, de vez em quando - nomeadamente quando estão em causa problemas de trabalhadores - haver situações que, entre a imprensa de expansão nacional, só nas nossas páginas encontram eco. Mas, desta vez, a surpresa justifica a referência: nem um único matutino, dos chamados «grandes» pelo tamanho dos números das suas tiragens, noticiou a jornada nacional de luta da CGTP! Não vem nada a propósito, mas no mesmo dia em que a central trazia à rua o protesto de milhares de trabalhadores, o «Diário de Notícias», o «Jornal de Notícias» e o «Público» dedicavam uma página cada a um artigo do engenheiro Belmiro de Azevedo. Aí, valentes! Nessa, bateram-nos!





## TRABALHADORES

## Bento de Jesus Caraça

Passam hoje 50 anos sobre a morte de Bento de Jesus Caraça. Integrada nas comemorações que a CGTP tem vindo a promover, realiza-se hoje uma sessão evocativa, no Instituto Superior de Economia e Gestão, com a participação do Primeiro-Ministro. Também no ISEG é hoje inaugurada a sala-museu e lançada uma nova edição dos «Conceitos Fundamentais da Matemática». Pelas 12 horas, tem lugar uma romagem ao Cemitério dos Prazeres.

## IPSSs recusam

O processo de conciliação, no Ministério do Trabalho, sobre o contrato colectivo para as Instituições Particulares de Solidariedade Social foi rejeitado pela União das IPSSs na primeira reunião, alegando não ser uma associação patronal, argumento que foi contestado pela comissão negociadora sindical que integra a Fenprof e a Federação da Função Pública. «A partir do momento em que a União consegue mais verbas do OE e da Segurança Social, vem dizer que não é associação patronal», acusam os sindicatos, numa nota divulgada dia 18 em que exigem a intervenção do Governo «para a reposição do direito à negociação e da legalidade».

Os sindicatos afirmam que «não é pelas questões concretas em discussão que não existe acordo», apontando como exemplo um aumento de 6 por cento nas comparticipações do Estado, contra a reivindicação de 4 por cento de actualização salarial. Referem ainda que, na sua proposta, a remuneração dos educadores de infância varia entre 113 e 200 contos, «enquanto o Ministério da Educação já concordou transferir verbas para as instituições na base de um salário médio de 208 340 escudos». Para as organizações sindicais, o Governo não deveria transferir mais verbas para as IPSSs «enquanto estas não negociarem uma melhoria das condições de trabalho dos seus trabalhadores, por mínima que seja».

## Papel

Foi dado por encerrado, pelo Ministério do Trabalho, o processo de conciliação para a revisão do CCTV da fabricação do papel. O Sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa acusou a associação patronal (FAPEL) de apenas querer retirar direitos aos trabalhadores e não apresentar tabelas salariais de acordo com a realidade das empresas.

Fenprof e FNE em convergência  
Professores recusam  
negociação em tempo de férias

A Federação Nacional dos Professores e a FNE/UGT responsabilizam o Ministério da Educação pelo impasse nas negociações da revisão da carreira docente e avançam com linhas de acção convergentes para depois de 15 de Setembro.

«A suspensão das negociações até ao início do próximo ano lectivo é a consequência normal de um processo cujo arrastamento para os períodos de encerramento do ano lectivo e interrupção de actividades não permitiria uma participação activa dos educadores e dos professores», afirma-se na declaração conjunta, subscrita por Paulo Sucena e Manuela Teixeira, e divulgada anteontem.

Fenprof e FNE, que na sexta-feira reuniram em separado com o Ministério, verificaram que este «ainda não apresentou uma proposta que constitua uma base aceitável de negociação», pois não responde a aspirações dos professores, como a redução da carreira para 25 anos, a valorização de todos os escalões, a contagem integral do tempo de serviço, entre outras exigências que as federações sindicais reafirmam no documento conjunto.

As reivindicações comuns da FNE e da Fenprof tiveram por ponto de partida os respectivos cadernos reivindicativos e traduziram-se numa declaração conjunta assinada no Porto a 28 de Maio. «Não sendo a

primeira vez que ambas as federações se põem de acordo sobre matérias em negociação com o ME, esta assinatura



Professores lutam pela revisão da carreira docente

marcou, ainda assim, o retomar de conversações conducentes à obtenção de objectivos comuns, o que, como aconteceu no passado, se traduzirá em sucesso negocial, na perspectiva sindical», afirmava-se numa nota conjunta divulgada dia 19 pela Fenprof.

Na declaração de anteontem anuncia-se que, «procurando linhas de acção convergentes e independentemente de outras iniciativas autónomas de cada organização», a Fenprof e a FNE vão, a partir de 15 de Setembro, editar uma publicação conjunta contendo as propostas do ME e as posições convergentes das federações sindi-

nizações procederão à análise da situação negocial, definindo novas formas de intervenção estratégica, as quais, se tal se justificar, incluirão o recurso à greve», conclui a declaração.

## Contas falsas

A Fenprof acusou o Ministério de mentir quando um dos

seus responsáveis disse que foram vinculados 21 mil professores. Segundo a federação, uma primeira leitura dos resultados dos concursos mostra que se vincularam 5469 docentes do 2º e do 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

«Terminada esta fase de acção conjunta, ambas as orga-

cais. Vão ainda «realizar plenários em todo o País, dinamizados por cada uma das federações» e, assinalando o Dia Mundial do Professor, farão «a distribuição maciça de uma carta à população».

Concluída conciliação  
no contrato dos hipermercados

Com um aumento médio na ordem dos 4 por cento, mas que apenas coloca o salário-base das categorias mais baixas pouco acima dos 65 contos, nas áreas metropolitanas, e dos 62 contos, no resto do País, foi encerrada sexta-feira a revisão do contrato colectivo de trabalho para os super e hipermercados e grandes armazéns.

O conteúdo do acordo, firmado em sede de conciliação, no Ministério do Trabalho, entre a Fepces/CGTP e a associação patronal (APED), foi divulgado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal. O CESP/CGTP refere que o acordo, com efeitos a 1 de Março, abrange cerca de 30 mil trabalhadores e aponta um aumento médio de 3,54 por cento nas tabelas salariais (diferenciadas geograficamente «por teimosia da APED») e de 10,32 por cento no subsídio de refeição.

O sindicato e a federação acusam os representantes patronais de terem impedido que fossem reconhecidos os direitos e regalias dos trabalhadores em regime de tempo parcial (cerca de 30 por cento do pessoal do sector). Os patrões rejeitaram igualmente melhorias no regime de férias (se gozadas entre Novembro e Abril) e na retribuição do trabalho prestado ao domingo.

## Elvas

Os trabalhadores do supermercado Nobre Escolha, em

Elvas, decidiram manter-se nas instalações da loja, encerrada segunda-feira pelo tribunal, por atraso no pagamento de rendas.

Exortando os 25 funcionários a «manterem a firme convicção de lutar pelos seus postos de trabalho», o CESP afirma o seu empenhamento em «tudo fazer para encontrar uma solução para a grave situação», protestando contra o facto de que, «uma vez mais, são os trabalhadores a arcar com as maiores preocupações, por força da continuada falta de condições de certos empresários para, responsabilmente, assumirem a gestão das empresas».

Debate boicotado  
nos anos da Telecom

A gestão da Portugal Telecom recusou a utilização da cantina da rua Andrade Corvo, em Lisboa, para a realização de um debate promovido pela Comissão de Trabalhadores e para o qual estavam convidados todos os sindicatos da empresa. Com esta iniciativa, marcada para 23 de Junho (dia do 4º aniversário da formação da PT), pretendia a CT «fazer uma retrospectiva da vida da empresa e perspectivar o futuro».

A sala foi solicitada pela CT a 8 de Junho, ao abrigo da lei, mas no dia 18, por fax enviado às 19 horas, a gestão respondeu negativamente, alegando que ia ali

proceder a obras de manutenção nos dias 22 e 23 - refere um comunicado da Comissão de Trabalhadores, onde se considera que «o boicote é claro e espelha bem o tipo de diálogo que pretendem» os responsáveis da Telecom.

Para a CT, «só por maldade ou má-fé de quem gere se pode compreender que tenha sido negada a cedência de uma sala, sem qualquer custo para a empresa», tanto mais que a PT gastou «rios de dinheiro» nas comemorações que promoveu anteontem na Expo '98 e para onde teriam sido convidadas 600 personalidades «VIP».

## Amadora

A jornada de trabalho contínua do departamento de Obras, o exercício da actividade sindical e outros problemas dos trabalhadores do município estiveram em discussão num plenário convocado pelo STAL para o passado dia 18, frente à sede da CM da Amadora. O plenário, que foi integrado na jornada de luta da CGTP, seguiu-se a outras diligências do sindicato, quer junto do novo executivo municipal e do seu presidente, quer entre os trabalhadores. Na sexta-feira estiveram em luta as trabalhadoras dos Serviços Urbanos, exigindo «uma solução urgente para o problema existente nas instalações daquele departamento, que se arrasta há já mais de um mês e que lhes está a causar graves problemas de saúde, com sintomas idênticos aos que levaram ao encerramento do Instituto Ricardo Jorge», refere uma nota da direcção regional de Lisboa do STAL.

## MP Roldão

Emcerrou na semana passada a vidreira da Marinha Grande, que vai ser substituída, daqui a um mês, pela nova fábrica da Mandata. A luta em defesa dos postos de trabalho na Manuel Pereira Roldão agudizou-se no período entre 12 de Dezembro de 1994 e 13 de Janeiro de 1995, chegando a verificar-se cargas policiais sobre os trabalhadores, a 21 e 27 de Dezembro.

Em declarações à Lusa, o coordenador do Sindicato dos Vidreiros referiu que «tudo foi cumprido de acordo com o estabelecido», absorvendo a Mandata 130 trabalhadores da MP Roldão. Sérgio Moiteiro mostrou especial preocupação com a situação de mais de duas dezenas de trabalhadores que «não vão para a nova empresa, não estão em idade de irem para a reforma, nem têm perspectivas de serem integrados noutras empresas».

## Solverde

No Hotel Algarve, (e Casino, na Praia da Rocha) foram suspensas duas telefonistas, com cerca de 30 anos de serviço, que solicitaram esclarecimentos e algum adiamento da sua transferência de posto de trabalho. «Esta posição da administração da Solverde não visa mais do que oprimir os trabalhadores, de forma a que estes obedeçam a tudo quanto aquela entender, dentro do maior desrespeito pelos seus direitos e pelas leis laborais», acusa o Sindicato da Hotelaria do Algarve.



## CABEÇO DE MELÃO Assalto às instalações da Câmara

As instalações da Câmara de Cabeço de Melão foram vítimas recentemente de um acto de desvio de materiais (tubos) em que participaram familiares do actual presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, servindo-se da carrinha da sua empresa. Após a visita ao local por parte do presidente da Junta e do vereador do pelouro, os materiais foram repostos no estaleiro, mas, na opinião da Comissão de Freguesia de Quinta do Conde do PCP, a quem cabe a denúncia, as carências da freguesia não se compadecem com situações de desvios de materiais públicos. Assim, os comunistas exigem o apuramento dos factos e afirmam que tudo farão para os esclarecer a bem da população.

## OLIVEIRA DE AZEMÉIS Hospital requer medidas urgentes

Face à situação degradante do Hospital Distrital de Oliveira de Azeméis - instalações, falta de equipamentos e insuficiência de pessoal - têm-se verificado insistentes pedidos para a melhoria dessas condições que, entretanto, têm merecido só «vãs promessas» por parte da Câmara Municipal, da Administração Regional de Saúde e do Governo. O protelamento na resolução destes problemas levou, recentemente, à demissão da Direcção do Hospital, tendo, em Maio passado, o PCP requerido ao Ministério da Saúde, através do seu Grupo Parlamentar, uma informação sobre as medidas previstas para alterar a situação. Apesar de ainda não ter recebido qualquer resposta, a Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do PCP exige que os vários níveis de poder - Câmara, Administração Regional e Governo - assumam a sua quota de responsabilidade, designadamente informando a opinião pública e pronunciando-se sobre a situação actual e futura do Hospital.

## BRAGANÇA Regionalização faz falta

As Direcções Regionais de Bragança e Vila Real do PCP defendem a Regionalização e a criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Por isso, manifestam-se favoráveis ao apelo dirigido pela Federação Distrital de Vila Real do PS aos vários partidos, no sentido da realização de uma iniciativa regional conjunta pela criação dessa Região. Para os comunistas, porém, a iniciativa a realizar não deverá servir «de aproveitamento político de quem quer que seja», mas antes constituir «uma afirmação de unidade em defesa de uma legítima aspiração dos transmontanos e durienses».

## AMADORA PS sem projecto

«Adensam-se sinais de preocupação» para os trabalhadores do Município da Amadora, diz a célula dos trabalhadores comunistas nesta Câmara Municipal: as promessas eleitorais como o subsídio de risco «levou-as o vento»; impera a falta de respeito pelos quadros da Câmara, onde a estrutura hierárquica é sistematicamente ultrapassada; as obras estão paradas; há ruptura de stocks em armazém; os processos arrastam-se; impera a tentativa de cercar direitos sindicais. A par da desvalorização dos quadros e trabalhadores do Município, chegam à Câmara «contentores de boys do PS» que irão «fazer disparar as despesas de funcionamento». Assim, a célula do PCP afirma que a gestão do PS na Amadora se caracteriza por «uma total ausência de projecto» e um «desconhecimento profundo do funcionamento da autarquia» e, repudiando-a, apela à unidade dos trabalhadores em defesa da legalidade e dos seus direitos.

## AÇORES AR discute Estatuto da Região

Uma delegação pluripartidária da Assembleia Legislativa Regional dos Açores - que integrava o deputado comunista Paulo Valadão - deslocou-se a Lisboa, no passado dia 16, para participar numa reunião da Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, que irá apreciar o Estatuto desta Região Autónoma. Entretanto, Paulo Valadão, preocupado com as limitações que se têm verificado nas comunicações telefónicas com e dentro da Ilha das Flores - criando situações anormais «não aceitáveis» -, apresentou um requerimento ao Governo Regional, no sentido de que este desenvolva «com muita urgência» as diligências necessárias junto da empresa concessionária das telecomunicações, no sentido de repor a sua normalidade.

## Carlos Carvalhas na Baixa da Banheira Um SIM de solidariedade!

Incutir nos muitos e muitos milhares de mulheres que interromperam voluntariamente a sua gravidez uma «culpabilidade retroactivada» foi a acusação que Carlos Carvalhas lançou sobre os promotores da campanha do Não, no Encontro de Mulheres pelo Sim realizado no sábado passado, no Cine Teatro da Baixa da Banheira, por iniciativa da DORS do PCP.

Perante mais de 200 participantes, Carvalhas perguntou onde estavam estes senhores e estas senhoras que agora querem criminalizar as mulheres, mas que «nunca se preocuparam em denunciar as mais imorais condições em que milhares de abortos clandestinos se fazem no nosso país, ultrajando a dignidade das mulheres e rendendo chorudos negócios a quem, das consequências aviltantes que muitas vezes do aborto resultam, lava as mãos e exime-se de responsabilidades?»

A iniciativa foi inicialmente animada com a intervenção do Grupo Coral de Mulheres da Torre da Marinha, e entrecortada com os testemunhos de Anita Vilar, médica psiquiatra, confidente de tantos dramas ocultos, Vanda Figueiredo, jovem que enquanto estudante

não conheceu uma educação sexual nas escolas que a lei no entanto preconiza, Conceição Morais, membro do Comité Central do PCP e da Organização das Mulheres Comunistas que falou em nome da DORS e situou a iniciativa no quadro da grande campanha do PCP pelo SIM no distrito de Setúbal, e Odete Santos, deputada e, conforme foi dito, «rosto de camarada e amiga, de uma mulher incansável e competente que tem emprestado a esta luta colectiva o brilho e a argúcia dos argumentos e sentimentos de que todas nos orgulhamos».

Outra presença a marcar culturalmente o Encontro foi a de Ana Teresa e Rita Sales, do Teatro do Elefante de Setúbal, que levaram ao Cine Parque a poesia e palavras fortes de convicção («Direito de decidir - SIM!, Direito de decidir -

SIM»), antes de Carlos Carvalhas, a encerrar o Encontro, reafirmar que «o SIM é igualmente o SIM da solidariedade com as mulheres portuguesas, contra a hipocrisia do pensamento mais retrógrado que não deixaremos de combater».

### Uma campanha nacional

Mas a campanha do PCP pelo Sim à despenalização do aborto no referendo do próximo sábado tem envolvido todas as organizações do Partido um pouco por todo o País.

Uma campanha que tem sido de profundo esclarecimento, contemplando iniciativas que vão das tomadas de posição pública de apelo ao voto, como o comunicado do Organismo Inter-Regional do Alentejo ou a conferência de imprensa da Direcção da Organização Regional de Aveiro, até às visitas a Centros de Saúde, como na Lousã e Cantanhede, ao contacto com trabalhadoras e distribuição de folhetos na rua e nas empresas, como na Empre-

sa Têxtil Santix de Coimbra e em muitas outras empresas, designadamente da Região de Lisboa e Porto, às várias sessões e debates com a participação de deputados e dirigentes nacionais e locais do Partido.

Nos Centros de Saúde, onde o tema mais abordado foi o do Planeamento Familiar, pôde constatar-se a insuficiência de meios, a pouca afluência às consultas, o excessivo número de doentes para cada médico.

Ainda de referir são os debates - a título de exemplo - promovidos em Aveiro, com Vítor Dias, da Comissão Política, Benavente, Vila Nova de Gaia e Fânzeres/Gondomar, com João Amaral, em Portalegre e Avis, com Octávio Teixeira, em Coimbra, Espinho, Miranda do Corvo, Lousã e Cantanhede, com Odete Santos, ou em S. João da Madeira, com Graça Mexia.

Debates vivos e participados, alguns deles com a presença de centenas de pessoas e muita juventude, onde a temática foi abordada sob diversos pontos de vista e onde todos tiveram oportunidade de colocar as suas opiniões.

## «A participação dos cidadãos valor inseparável da democracia»

Sob este tema e no quadro da iniciativa do PCP «Portugal 2000: debates para uma política de esquerda», decorreu na passada sexta-feira, em Setúbal, uma sessão que chamou à Sociedade Musical Capricho Setubalense mais de 150 pessoas.

Dirigida por Luís Guerreiro, sociólogo e membro da DORS do PCP, a iniciativa contou com intervenções do Engº Fernando Nunes da Silva, Professor no Instituto Superior Técnico, Luís Sá, deputado e membro da Comissão Política do CC do PCP, Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN e Óscar Mascarenhas, jornalista e presidente da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas, estando ainda na mesa Jorge Pires, da Comissão Política.

Diana Andringa, presidente do Sindicato dos Jornalistas, impedida à última hora de cor-

responder ao convite que lhe fora feito, transmitiu a sua inteira disponibilidade para em próxima ocasião participar num debate deste ciclo.

Da iniciativa, que pela via das intervenções do público durou mais de três horas, daremos conta com mais detalhe no próximo número do «Avante!».



## Terceira Marina de Angra exige audiência pública

Após análise à situação política e social na Terceira, o Conselho da Ilha do PCP considera que a mesma se caracteriza «por uma clara indiferença do Governo Regional de Carlos César em relação às orientações da economia e da vida social.» As soluções que preconiza, são «avulsas» e quase sempre «identificadas» com as do PSD, nomeadamente na atribuição indiscriminada de subsídios e falta de fiscalização sobre os mesmos.

Por outro lado, a transformação de programas de emergência em «situação permanente de emprego precário»; o chumbo pelo PS na Assembleia Legislativa Regional do acréscimo salarial (que enquanto oposição havia prometido) para os trabalhadores da Função Pública e a sua posição contra o aumento do Salário Mínimo Nacional para a Região em 5%; os «minguados apoios» às pequenas e médias empresas; a inexistência de uma política séria em

relação à lavoura, merecem a denúncia do PCP/Terceira que se mostra disposto a combater «todos os raciocínios viciados e seguidistas de teorias que vêm méritos nesta governação do PS».

Depois de se manifestarem favoráveis ao SIM no referendo de sábado sobre a despenalização do aborto, os comunistas acusam ainda o PSD e o PS de terem conduzido mal, desde o início, o projecto de construção da Marina na histórica Baía de Angra. Este deveria ter sido fundamentado com um estudo e consulta prévia à UNESCO. Mas... «todos quiseram ganhar votos» à custa da Marina, deixando para depois «os graves problemas inerentes à sua construção».

O PCP defende, assim, como fundamental a realização de uma audiência pública sobre a Marina, uma vez que ela parece poder pôr em causa a manutenção da classificação de Angra do Heroísmo como Cidade Património Mundial.





## PCP recebe AJAP

Uma delegação do PCP, constituída pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e Agostinho Lopes, da Comissão Política, encontrou-se na segunda-feira com uma delegação da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, dirigida pelo seu presidente engº Constantino Silva.

## SEIA Ofensiva patronal

A Comissão Concelhia de Seia do PCP acusa a Beiralã (ex-FISEL) de violar claramente os direitos adquiridos dos trabalhadores ao tentar impor-lhes o trabalho ao sábado e ao domingo.

Quando, depois do «negócio» da transferência para os novos patrões e da sua apresentação, por ministros e secretários de Estado, como exemplo de solução para outras empresas têxteis, se supunha que a situação na Beiralã estivesse normalizada, afinal, dizem os comunistas, querem agora desestabilizar os horários e os postos de trabalho.

Apesar do «rol de despedimentos e salários em atraso ainda não totalmente recebidos» que os trabalhadores da ex-FISEL têm atrás de si, os seus novos patrões pretendem alterar a situação contratual e o vínculo dos trabalhadores à empresa, desorganizando-lhes a vida familiar e os hábitos de convívio quotidianos.

Esta é uma tentativa que se insere na ofensiva do patronato contra os direitos dos trabalhadores, como os comunistas têm vindo a denunciar na sua campanha «Pelos Direitos dos Trabalhadores»

Por isso, lembrando a existência de outras soluções, como seria, por exemplo, contratar trabalhadores para fazer o sábado e o domingo e, através da criação de novos postos de trabalho, beneficiar o concelho, o PCP apoia a justa luta dos trabalhadores prometendo tomar todas as medidas ao seu alcance para defender os seus interesses.

## CASTELO BRANCO SIM à Beira Interior

O Executivo da DORCB reafirma em comunicado que a criação e instituição das regiões administrativas é necessária e urgente, tendo decidido constituir um grupo de trabalho permanente e envolver todos os seus militantes na campanha própria que o PCP levará a efeito e nos movimentos existentes ou que venham a ser criados pelo Sim à Regionalização e à Beira Interior.

O PCP considera que este processo cria melhores condições para a democracia participativa; favorece o desenvolvimento regional; reforça o poder local democrático e pode constituir um factor decisivo para a melhoria da qualidade de vida das populações. A DORCB nota ainda que a regionalização permitirá que as regiões mais atrasadas beneficiem de um esforço acrescido da UE e do Governo português tendo como horizonte a coesão económica e social.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Eduardo da Anunciação Costa

Faleceu no dia 21 de Junho o camarada Eduardo da Anunciação Costa, de 79 anos, que foi trabalhador na CNN. Militante do Partido desde 1977, estava organizado na freguesia de Almada, com tarefas no controlo financeiro desde há muitos anos.

#### Vitória da Cruz Silva Rosa

Faleceu no passado dia 16, com 71 anos de idade, a camarada Maria Vitória da Cruz Silva Rosa. Residia na freguesia de S. Miguel (Lisboa), onde militava.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

# Valorizar o trabalho e os trabalhadores Organizações fazem balanço da campanha

Os resultados e balanço das iniciativas realizadas no âmbito da campanha nacional do PCP que decorreu nas últimas semanas, estão agora a ser analisados pelas organizações do Partido.

Um relatório da DORL indica que foram contactadas mais de 500 empresas e locais de trabalho no distrito de Lisboa. As acções foram muito diversificadas - desde a distribuição directa à porta das empresas a partir das 7 horas, intervalos para almoço, inícios e finais de turno, saída; até iniciativas no interior das empresas, com distribuições nos refeitórios, nos CCD's ou nos locais de trabalho.

Muitas acções foram acompanhadas de carros de som ou estúdio móvel, e realizaram-se igualmente distribuições de documentos em horas de ponta junto dos maiores terminais rodo e ferroviários de Lisboa.

Para além da iniciativa de lançamento da campanha, em 14 de Maio realizaram-se vendas militantes do *Avante!*, tendo sido vendidos 246 jornais em venda

directa. Ao mesmo tempo foram criadas ou reactivadas ADE's (agentes de distribuição) em empresas de Cascais, Oeiras, cidade de Lisboa e Sintra.

Neste período foram ainda editados numerosos documentos sectoriais, entre boletins, folhas informativas e comunicados aos trabalhadores, assim como se realizou um vasto conjunto de reuniões, plenários, debates, encontros de quadros, assembleias de militantes e iniciativas de convívio. A DORL refere ainda que desde o início do ano inscreveram-se 58 novos militantes nos sectores profissionais e de empresas do distrito.

#### Aveiro

Também o Organismo de Empresas da DORAV salienta

no seu balanço que, entre 14 de Maio e a primeira quinzena de Junho, para além da venda de um edição especial do «Avante!» à porta de empresas e mercados, foram distribuídos cerca de 15 mil documentos nacionais e sectoriais em mais de 60 unidades industriais e noutros locais de grande concentração de trabalhadores. Dezenas de activistas do Partido participaram nestes contactos directos, auscultando os problemas dos trabalhadores e divulgando as propostas e posições do PCP.

O agravamento dos problemas laborais foi o traço comum destes contactos: a precariedade alastra, aumentam os contratos a termo certo, o trabalho sem direitos ou quaisquer vínculos, a subcontratação, o trabalho ao domicílio, particularmente no sector do Calçado. Na Renault de Cacia, os trabalhadores continuam sem saber quais as intenções da administração e do Governo relativamente ao futuro

da empresa e dos seus postos de trabalho.

Como pano de fundo estão a política dos baixos salários, o aumento dos ritmos de produção, as discriminações salariais de toda a ordem, das mulheres, dos jovens e em particular dos activistas sindicais.

Exemplo gritante e escandaloso é a situação na empresa Rilago, empresa de calçado de Riomeão, no concelho de Santa Maria da Feira, onde, depois das mais abjectas agressões e intimidações de que o Grupo Parlamentar do PCP já tomou conhecimento, o patronato tenta forçar o despedimento de dezenas de trabalhadores.

A luta dos trabalhadores tem contudo dado os seus frutos, caso dos têxteis, em especial a Corfi, em Espinho, que ao longo de mais de ano e meio exigiu o fim do trabalho ao sábado e, mais recentemente, o processo na Fosforeira em defesa dos postos de trabalho.

## Covilhã 5.ª Assembleia confiante

A Organização do PCP no concelho da Covilhã realizou, no passado sábado, a sua 5ª Assembleia de Organização, com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política.

O debate, onde participaram 80 camaradas e se verificaram 19 intervenções ligadas a questões de organização e acção do Partido, incidiu fundamentalmente sobre temas como a necessidade de aumentar as iniciativas partidárias, a militância, o ideal comunista e o funcionamento da Comissão Concelhia.

Do relatório de actividades, apresentado por Armando Moraes, membro do Comité Central e da Direcção Regional, destaca-se a conclusão de que os resultados das últimas eleições autárquicas, aumentando significativamente o número de votos da CDU e negando a tendência bipolarizadora que PS e PSD tentaram instalar, mostra que o Partido e a CDU, «continuando a fazer bom trabalho», têm todas as condições para aumentar a sua influência nas próximas eleições.

A Assembleia abordou algumas das principais lutas dos trabalhadores e das populações, designadamente as lutas pela O.I.D para o distrito, pelo encerramento da lixeira do Souto Alto

e por um local alternativo adequado para a Central de Compostagem, obra que poderia estar hoje pronta se «o improviso, a falta de rigor técnico e a demagogia eleitoralista» do Governo e das entidades autárquicas - PS e PSD - não a tivessem inviabilizado.

A 5ª Assembleia da Covilhã aprovou por unanimidade a Resolução Política e a nova Comissão Concelhia que, tendo sido alargada durante a discussão com mais dois camaradas - visando o reforço do trabalho de mulheres e de reformados -, ficou a integrar 17 elementos.



Francisco Lopes, que encerrou os trabalhos da Assembleia, abordou na sua intervenção aspectos políticos actuais, privatizações, tráfico de influências dos políticos

e ligação com as administrações das empresas e as campanhas do Partido sobre a IVG, sobre os trabalhadores e o novo impulso na organização.

## 6ª Assembleia do Faial Alargar a influência

Com a participação de dezenas de participantes, realizou-se, no passado sábado, no Auditório da Caixa Geral de Depósitos na Horta, a 6ª Assembleia de Organização da Ilha do Faial do PCP.

A Assembleia, realizada após a CDU ter conseguido naquela ilha, nas últimas eleições autárquicas, uma votação e um número de eleitos muito expressivo - incluindo a eleição folgada de um vereador na Câmara Municipal -, aprovou uma Resolução Política, intitulada «Reforçar o PCP - Por um Faial Melhor», e elegeu uma nova Comissão de Ilha.

A 6ª Assembleia considerou que foi adequada a política de reforço do alargamento da aliança dos comunistas com independentes, no qua-

dro da CDU - que ajudou «ao desbloqueamento da influência eleitoral da área do PCP» - e decidiu algumas «medidas de reforço da organização, nomeadamente através da criação de organismos e do incremento do recrutamento». Por outro lado, apontou para «a necessidade de consolidar a intervenção e acção da CDU local.»

A Assembleia aprovou ainda por unanimidade uma moção ape-

lando ao voto massivo no referendo sobre a despenalização do aborto.

A nova Comissão de Ilha, que integra 22 elementos, elegeu uma Comissão Executiva com 7 membros e um coordenador de Ilha, o dr. Luís da Costa Rosa Bruno que, juntamente com José Decq Mota, usou da palavra no encerramento dos trabalhos.

José Decq Mota, na sua intervenção, realçou o esforço de «revitalização da actividade» do PCP/Açores, ao mesmo tempo que sublinhou e denunciou «os erros e a natureza conservadora da política que o PS está a fazer no Governo Regional».

É necessária uma política alternativa de esquerda, disse. Mas esta só é possível «com o reforço da influência social e política do PCP.»

## Rectificação

Na notícia sobre o falecimento do camarada Miguel Alves Gomes, de 74 anos de idade, divulgada a semana passada, foi informado, por lapso, que o camarada pertencia à célula da EPAC, quando ele, de facto, era membro da célula da EPAL. Tendo tido uma participação destacada na primeira Comissão Coordenadora de Trabalhadores, então ainda da CAL, desenvolveu também actividade sindical e foi delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.



## Reunião da DORC Regionalização é possível em 1998

A nova Direcção da Organização Regional de Coimbra promoveu no passado dia 8 de Junho uma conferência de imprensa para divulgar as conclusões da sua recente reunião em que analisou a situação política e social do distrito e as próximas batalhas políticas.

Os comunistas de Coimbra manifestam o seu empenho na Regionalização, considerando que esse objectivo é possível em 1998, e defendem a criação da Região Beira Litoral, a qual «representará um enorme passo em frente na democratização do poder regional» abrindo «novas possibilidades de desenvolvimento harmonioso».

Recordando que desde o início o processo de Regionalização teve adversários poderosos, a DORC refere que «também

aqui na região, o PSD deu instruções precisas aos seus eleitos nas Assembleias Municipais para não responderem à consulta da Assembleia da República, de modo a criarem mais obstáculos à configuração final da Região da Beira Litoral. É pois escandaloso que responsáveis do PSD venham agora argumentar com "a falta de coerência da Região" com o pretexto de que tal ou tal concelho deveria estar não nesta mas sim noutra região ou vice-versa».

A DORC afirma ainda que «não é menos absurdo ver agora responsáveis do PS argumentar com a necessidade de adiar o referendo com o pretexto de que a direita e os centralistas podem vencer. O PCP sempre advertiu que o referendo e as trapalhadas de cedência sucessiva ao PS à direita poderiam ser a armadilha mortal para o processo de Regionalização. Nessa altura esses mesmos responsáveis do PS não quiseram ouvir o PCP e preocuparam-se apenas em apaziguar o PSD. Mais grave é que alguns dos socialistas que agora reclamam o adiamento deram o seu contributo à campanha da direita, ao declararem explicitamente que votariam Não».

Para a DORC, «em Coimbra e no momento actual, é indispensável distinguir o essencial do acessório, mesmo quando este último assume grandes e muito mediatizadas proporções. O essencial é juntar todas as forças dos que querem a Regionalização, mobilizar a opinião pública e criar a Região».

Na sequência do lançamento de «Portugal 2000 - debates para uma política de esquerda», a DORC anunciou a realização em Coimbra, no próximo dia 1 de Julho, de uma sessão em que participam Vítor Dias, da Comissão Política do PCP, e os professores doutores Boaventura Sousa Santos, Manuel Vila Verde Cabral e Fernando Rosas, sobre o tema: «Afirmção de um projecto de esquerda e de poder - política?, com que forças? Por que caminhos?». Com esta iniciativa, a DORC procura «contribuir para o aprofundamento do diálogo, do entendimento e convergência das forças e correntes de esquerda».

ria que está junto dos que vivem do seu trabalho, ausculta a sua voz e procura respostas para os seus problemas.

Ao longo da campanha foram detectados graves situações de despedimentos, eliminação de postos de trabalho, atrasos no pagamento de salários, desrespeito pelos direitos e repressão; são exemplos as empresas Textilândia, Cimpor, Centralcer, Marcopolo, Rifer, Artelander e Scottwool.

No centro da reunião da DORC esteve ainda o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, no âmbito da qual a DORC promoveu várias iniciativas, que tiveram as participações, entre outras, da deputada do PCP Odete Santos; de Teresa Tomé, directora do Centro de Saúde de Cela; e de Maria Gil Lucena Sampaio, especialista em planeamento familiar.

Num ano marcado pela luta dos estudantes do superior, que a DORC refere como o maior pólo de contestação social, em resposta às propinas, prescrições, ao conceito de estudante elegível e aos cortes orçamentais, tiveram especial destaque as manifestações de dez mil estudantes e uma greve que em Coimbra ultrapassou os 90 por cento de adesão. Os protestos continuam como o prova o número de boicotantes - em Coimbra, no final da primeira prestação, 14 mil estudantes recusavam-se a pagar propinas.

## Sector Químico - Barreiro realiza 1ª Assembleia

Com a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, realizou-se no passado sábado - após o desmantelamento da Quimigal em várias empresas -, a 1ª Assembleia da Organização do Sector Químico-Barreiro, com o lema «Reorganizar, Reforçar o Partido; Para Intervir na Luta pelos Trabalhadores; Pela Transformação da Sociedade».

A Assembleia, com a presença de 30 camaradas, representantes de praticamente todas as empresas criadas após o desmantelamento, aprovou por unanimidade a Resolução Política, onde faz o balanço da situação existente no sector e destaca um conjunto de objectivos orgânicos e prioridades de trabalho, no sentido de reforçar a organização do Partido, com uma melhor ligação aos militantes nas várias empresas, para intervir melhor junto dos trabalhadores e para travar com êxito as várias batalhas que se aproximam.

No debate foram avançadas e aceites várias propostas de alte-

ração no que diz respeito à estruturação do Partido no sector, tendo em conta a nova realidade existente; ao número de recrutamentos (20) e recolha de quotizações (75%) até ao fim do ano; à dinamização de convívios como forma de dinamizar as células de empresa; à eleição de comissões de trabalhadores onde não existam; e ao reforço das estruturas sindicais nas novas empresas.

A 1ª Assembleia do Sector Químico-Barreiro elegeu por unanimidade o novo organismo intermédio de Direcção.

Foram ainda aprovadas duas moções, uma sobre o SIM à despenalização do aborto e à participação no referendo de 28 de Junho, outra sobre o ataque à legislação laboral e à Segurança Social, que o Governo do PS pretende impor aos trabalhadores, e a necessária vigilância e luta contra estas medidas.

A encerrar os trabalhos, o camarada Jerónimo de Sousa, em jeito de balanço, salientou a capacidade e forma realista

como o Partido no sector químico se adaptou à nova realidade e perspectivou medidas e soluções para reforçar a organização do Partido, ligando-a mais aos trabalhadores para melhor os defender.

Colocou também, na sua intervenção, os aspectos mais marcantes da política de direita do Governo do PS e a necessidade de intensificar a luta para encontrar uma alternativa de Esquerda, reforçando o PCP.

### Contactos nas empresas

Fazendo o balanço da campanha pelos direitos dos trabalhadores, realizada nas últimas semanas, a DORC salientou os contactos directos efectuados nas empresas industriais e de serviços, considerando que a iniciativa afirmou claramente o PCP como a única força partidária

## Assembleia de Ovar elege Comissão de Freguesia

Dando seguimento às recomendações do Comité Central sobre o reforço da organização interna do Partido e a necessidade de abertura e debate de ideias com outras forças vivas, reuniu-se no passado dia 5 de Junho a Assembleia de Freguesia de Ovar.

A Assembleia começou por dar conta das iniciativas públicas levadas a cabo pelo Partido em Ovar desde as eleições autárquicas, ou seja, o abaixo-assinado contra o fecho da Maternidade do Hospital de Ovar; a ida do deputado João Amaral para se inteirar «in loco» das questões ligadas à Ria; a elaboração e distribuição das duas edições do boletim informativo «Informação à Esquerda»; o êxito da venda pública do «Avante!» no mercado municipal; o curso de quadros orientado por Aurélio Santos, do Comité Central.

Cumprindo um outro seu objectivo, debateu, depois, alguns problemas de organização interna. Entre eles a mobilização dos militantes mais afastados de modo a tornar mais visível, eficiente e dinâmica a participação do Partido nas questões públicas da Freguesia, nomeadamente nas visitas programadas às zonas mais carentes com vista a um levantamento sistematizado dos seus reais problemas. Deu também a conhecer a próxima iniciativa de vulto - um debate público e alargado sobre a Ria, no dia 3 de Julho.

Por fim, a Assembleia de Ovar elegeu uma Comissão de Freguesia - integrando oito elementos - para coordenar o trabalho a realizar e, principalmente, encarregar-se de estabelecer uma boa comunicação com os órgãos de comunicação locais.

A Assembleia foi bem participada e, das intervenções havidas, destacam-se aquelas que se debruçaram sobre a necessidade da leitura regular do «Avante!»; a necessidade de reforço da ligação aos trabalhadores através dum melhor trabalho sindical; o recrutamento para o Partido de homens e mulheres de esquerda; o desenvolvimento de um trabalho autárquico de qualidade como meio de credibilizar a nossa acção.

A encerrar os trabalhos, João Salavessa, membro da DORAV, fez uma intervenção onde apresentou um balanço da actividade partidária, dando especial atenção ao próximo referendo sobre o aborto, aos «atentados» à Segurança Social e à abertura das iniciativas do Partido a outros elementos fora do Partido.

## Alcântara Jardim encerra Pais mobilizam-se

«Alguma surpresa, mas sem qualquer estranheza» foi como reagiu a Comissão de Freguesia de Alcântara do PCP à intenção manifestada pela direcção de encerrar o jardim de infância e ATL, do Centro Social e Paroquial de Alcântara, instituição que «há 20 anos desenvolve actividade apoiando a população alcantarense sem discriminação de cor, sexo, credo político ou religioso». Face à necessidade de realizar obras de conservação nas instalações, impostas pelo Ministério da Educação, a direcção do Centro nada fez para garantir o financiamento necessário, ignorando as estruturas autárquicas, bem como as do poder central. Por isso os comunistas acusam o pároco da freguesia, presidente do Centro Social, de «ter tomado uma decisão arbitrária e unilateral» e explicam: «o sr. Padre João não se candidatou deliberadamente às verbas conseguidas pela Misericórdia de Lisboa para esta IPSS, e isso leva-nos a crer, que já tinha, em mente o encerramento do Centro, nas únicas vertentes que poderemos considerar com fins sociais de solidariedade, que não se confundem com mera caridadezinha».

Entretanto, dada a falta de equipamentos sociais, devido sobretudo à falta de espaços para a sua instalação, e a ameaça de desemprego que paira sobre os trabalhadores do Centro, muitos pais já se ofereceram para assumir responsabilidades na gestão das duas valências referidas do Centro.

Por seu lado, o PCP apela à população da Freguesia para que se oponha à decisão de encerramento, sublinhando que o «sr. Padre João tenta destruir trabalho de décadas realizado com grande esforço e mobilização». Em caso de insistência por parte do pároco, o PCP defende que o Centro passe a ser gerido por uma comissão, com a participação dos trabalhadores, pais, Junta de Freguesia e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entre outras entidades interessadas. Foi nesse sentido que os eleitos comunistas apresentaram na Assembleia de Freguesia uma moção que foi aprovada por unanimidade e deu origem a uma comissão constituída por todos os partidos representados na Assembleia, no sentido de resolver o problema.

## Assembleia do Funchal Um balanço positivo

«Renovar, Reforçar, Lutar!» foi, por sua vez, o lema da Assembleia da Organização Concelhia do Funchal do PCP, a mais importante da Região Autónoma da Madeira, que no dia 7 de Junho se realizou.

Durante a Assembleia, que fez o balanço à actividade desenvolvida pelo Partido nos últimos dois anos, verificaram-se várias intervenções sobre as principais áreas de trabalho e frentes de luta do Partido, umas já consolidadas, outras com potencialidades para isso, e o reforço da intervenção do PCP na sociedade madeirense.

No balanço ao trabalho realizado - classificado como «muito positivo» - foram destacados os excelentes resultados obtidos nas eleições Legislativas Regionais de Outubro de 1996 e nas Eleições Autárquicas de Dezembro de 1997.

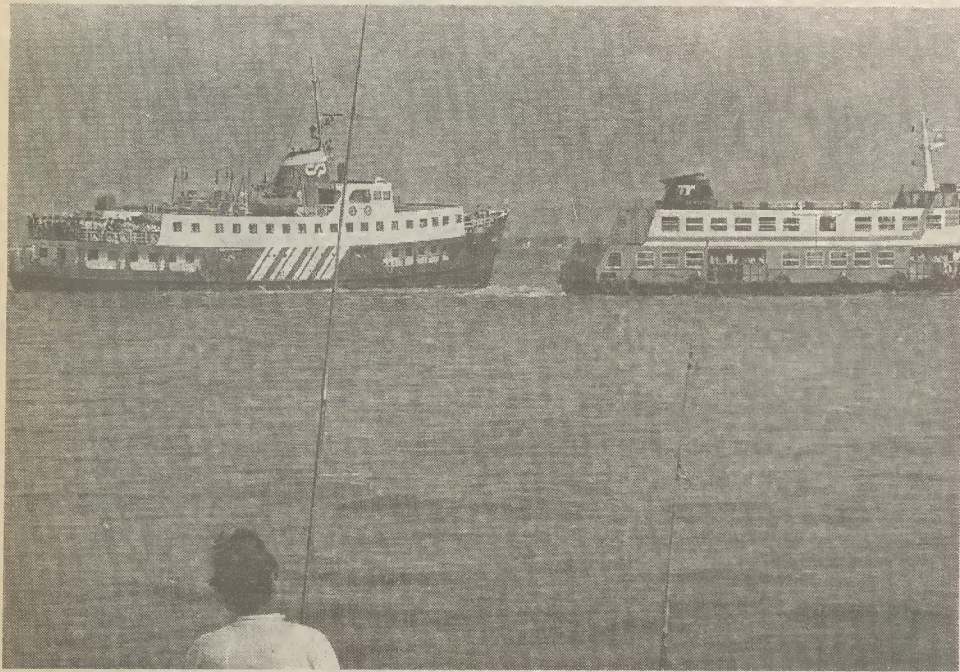
O trabalho não pode porém «esmorecer», na

opinião dos comunistas funchalenses que, para o efeito, apontaram a necessidade de investir noutras frentes de luta, de renovar e reforçar a nova Comissão Concelhia que, aliás, conta agora com um índice de renovação de 75%.

A Assembleia, que contou com uma grande participação de delegados e de convidados, aprovou por unanimidade a resolução Política e a nova Concelhia, cabendo a Leonel Nunes, membro do Comité Central, o encerramento dos trabalhos.

Na sua intervenção, Leonel Nunes informou os presentes sobre a criação de uma nova sede local do Partido na freguesia de Santo António - freguesia do Funchal com as maiores votações da CDU -, num espaço que, tendo até à data pertencido a outro partido, passará agora a servir «objectivos mais nobres» e «um esforço de luta mais eficaz».





Os barcos que fazem a ligação Barreiro-Terreiro do Paço estão ultrapassados. Os utentes querem mais rapidez e conforto

## Terminal ferro-fluvial do Barreiro População exige melhores condições

A construção de uma passagem desnivelada, mais rapidez, segurança e comodidade nos barcos, são em resumo as principais reivindicações formuladas pela Comissão de Utentes do terminal rodo-ferro-fluvial do Barreiro, recentemente reorganizada para exigir a resolução dos problemas.

As obras do terminal ferro-fluvial do Barreiro iniciaram-se em 1989, com aterros da zona que era envolvida pelo rio, prevendo-se a sua conclusão no princípio do primeiro trimestre de 1992.

No entanto, depois dos aterros, as obras paralisaram tendo sido retomadas em 1994, no período precedente à constituição da Comissão de Utentes cuja acção em muito contribuiu para que as obras recommençassem e fosse construída a estação fluvial e parcialmente os seus acessos. A inauguração aconteceu finalmente em 5 de Setembro de 1995.

Como recorda a Comissão, esta importante conquista só foi possível graças à participação da população quer através da subscrição de abaixo-assinados entregues na Assembleia da República, conselho de gerência da CP e Ministério dos Transportes, quer através de outras formas de pressão sobre o Governo que se viu obrigado a responder a uma reivindicação antiga do município e dos utentes da região.

### Passagem das tormentas

Mas o terminal não se resume à estação, e logo na data da inauguração, o ministro dos Transportes, então Ferreira do Amaral, prometeu que iria ser construída a passagem desnivelada eliminando a passagem de nível existente na Rua Miguel Pais, conhecida pelas pessoas como a passagem das tormentas, e por onde transitam diariamente inúmeros veículos, designadamente 58,2

por cento da frota dos transportes colectivos do Barreiro.

Por fazer ficou também o prolongamento da Avenida da Liberdade no sentido sul do concelho, que juntamente com a passagem desnivelada completa as chamadas obras complementares do terminal.

De igual modo, as linhas de caminho-de-ferro ainda não chegaram ao espaço que existe próximo da Estação Fluvial, projecto que eliminaria o incómodo para os utentes que hoje são obrigados a deslocarem-se com as respectivas bagagens centenas de metros para apanharem os comboios ou barcos.

Face ao incumprimento das promessas, por parte do Governo, a Comissão decidiu reorganizar-se tendo por base a anterior formação: colectividades, sindicatos, comissões de trabalhadores, de estudantes, reformados.

### Reduzir tempos de viagem

Para a Comissão, outros problemas carecem de resolução. Concretamente exige a modernização da frota dos barcos da Soflusa, cuja vida útil foi há muito ultrapassada deixando muito a desejar em termos de rapidez e comodidade em embarcações que operam noutras áreas do rio.

O mesmo se afirma em relação à linha de caminho-de-ferro entre Barreiro e Setúbal, cujos tempos de percurso são os mesmos de há 30 anos.

São ainda exigidas melhorias na estação dos barcos do

Barreiro e do Terreiro do Paço; no primeiro caso dotando-a de contraventos na parte exterior, e, no segundo, dotando-a de um maior número de lugares sentados, já que os intervalos entre carreiras são de cerca de uma hora obrigando a longas esperas, bem como de melhores condições que diminuam as altas temperaturas que ali se fazem sentir principalmente na época de Verão. É também aconselhável a tomada de medidas em relação aos pontos de atracagem do Terreiro do Paço que são fustigados pelas partidas e chegadas dos catamarans, pondo em risco a segurança de pessoas e bens.

A zona exterior da estação do Barreiro, da responsabilidade da CP, necessita igualmente de ser cuidada quer em termos de limpeza quer em arranjos das áreas envolventes com plantação de árvores e criação de espaços verdes, que contribuam para a humanização desta área que é uma das portas de entrada e saída do Barreiro.

A Comissão retoma ainda a exigência da construção da ponte de ligação entre Barreiro e Seixal, que encurtará em cerca de 20 quilómetros a distância hoje percorrida entre estas duas localidades por estrada e que irá confluir na zona sul do terminal.

A construção do Metropolitan Ligeiro da Margem Sul a ligar os concelhos de Almada, Seixal, Barreiro e Moita é outro projecto cujo arranque urgente é reivindicado

A Comissão, que promoveu uma conferência de imprensa no passado dia 9 de Junho, tem a circular um abaixo-assinado que já foi subscrito por milhares de pessoas e irá solicitar audiências aos grupos parlamentares, ministro dos Transportes, conselhos de gerência da CP e Soflusa e Câmara Municipal do Barreiro.

## Em projecto de lei do PCP Mais apoios e direitos às Associações de Imigrantes

Contribuir para a dignificação do estatuto dos imigrantes residentes no nosso País, através da valorização do estatuto legal das suas associações representativas, eis, em síntese, o principal objectivo do projecto de lei do PCP sobre Associações de Imigrantes.

Recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, o diploma reconhece a estas estruturas associativas um conjunto significativo de direitos de participação e de intervenção social, quer no plano local quer nacional. Proposta é, simultaneamente, a atribuição às associações de imigrantes dos direitos usualmente conferidos às associações detentoras do estatuto de utilidade pública, bem como de formas de apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento das suas actividades.

De entre as várias medidas e propostas preconizadas ao longo do articulado do projecto, destaque, pelo seu conteúdo inovador, para a criação de um Fundo de Apoio às Associações de Imigrantes, dispondo de verbas próprias, a inscrever no Orçamento do Estado. Estas verbas destinam-se a financiar o apoio a conceder às associações mediante a celebração de protocolos com o Gabinete do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, salvaguardados que sejam, como salienta a nota preambular do diploma, "os princípios da autonomia e independência das associações, da não discriminação e da participação dos interessados".

Essa participação, de acordo com os dispositivos previstos no projecto de lei, será assegurada através do Conselho para os Assuntos da Imigração, órgão a criar, em substituição do actual Conselho Consultivo, segundo a proposta do Grupo Parlamentar do PCP.

Este Conselho para os Assuntos da Imigração, deverá ser dotado de "reais poderes de participação", na perspectiva dos deputados comunistas, que defendem que ele seja simultaneamente "uma expressão real do associativismo representativo da imigração e de um conjunto de entidades que desenvolvem uma acção de mérito no interesse das suas comunidades".

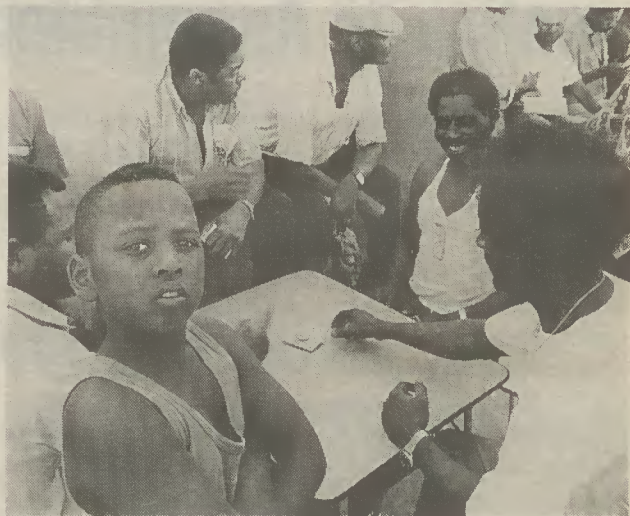
Indissociável da criação deste órgão, ainda na opinião do PCP, deverá ser a mudança de atitude do Estado português em relação às associações de imigrantes. Preconizada

é, concretamente, uma atitude de "apoio, de incentivo e de criação de condições para uma maior afirmação das associações", diferentemente da linha de intervenção até aqui seguida pelo Governo, que, do ponto de vista da formação comunista, tem sido caracterizada pelas "tentativas de controlo e de instrumenta-

quer às que têm as suas raízes no movimento popular, quer a associações de natureza mais específica.

Neste último caso, situam-se, claramente, as associações representativas de imigrantes, cujo principal objectivo é a defesa dos "direitos e interesses legítimos de um segmento da população residente em Portugal que se confronta com problemas específicos, nos planos económico, social e cultural", justificando, nessa medida, uma lei especial.

Atento ao relevante trabalho desenvolvido por estas



Importa dignificar o estatuto dos imigrantes em Portugal e valorizar o papel das suas estruturas representativas

lização do movimento associativo, acentuando a sua dependência em relação ao poder político".

O diploma agora apresentado pelo PCP, recorde-se, vem juntar-se a outros da sua autoria relacionados com o movimento associativo, inserindo-se, todos eles, no fundamental, na luta que os comunistas vêm travando pelo aumento e dignificação do apoio estatal às estruturas associativas,

associações, particularmente as que representam cidadãos originários de países da CPLP, o que está em causa, pois, na perspectiva do PCP, é a valorização desse papel que podem desempenhar na "inserção social das respectivas comunidades, no estreitamento de laços de amizade entre as suas comunidades e o conjunto da comunidade nacional e no combate de todos contra o racismo e a xenofobia".

## Reforma fiscal Governo

Ao Governo falta ou vontade ou coragem para, em matéria de reforma fiscal, contrariar os grupos de interesses estabelecidos. A acusação é do presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, que vê na postura do Executivo um "conformismo cúmplice" e um demissionismo só explicável por quem se deixa vergar às pressões. Estava-se no debate sobre a proposta de Lei Geral Tributária, realizado faz hoje oito dias.

Sem deixar de reconhecer o interesse na existência de uma lei geral que acolha "os princípios essenciais do ordenamento tributário", para Octávio Teixeira, o que é questionável, isso sim, é a ordem de prioridades hierarquizada pelo Governo em relação a esta matéria.

O que é verdadeiramente urgente e prioritário, enfatizou, é avançar "com as alterações ao sistema fiscal" que o tornem "mais justo e equitativo e que combatam eficazmente o social e politicamente insuportável nível de evasão fiscal actualmente existen-



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Leis de Programação Militar Sob o signo do casuísmo e do transitório

Foi sob o fogo cerrado das críticas da bancada comunista que decorreu o debate dos diplomas apresentados pelo Governo sobre Programação Militar. Posta em causa, desde logo, foi a própria credibilidade das opções assumidas pelo Governo. Não apenas quanto à real capacidade de afectar as verbas necessárias a determinadas aquisições (é disso exemplo a compra de submarinos), como também quanto ao acerto e adequação dessas mesmas opções, em relação às quais foram levantadas as maiores dúvidas, como é caso da compra de uma nova esquadra de "F 16".

João Amaral, em nome da bancada comunista, numa síntese demolidora da 3ª Lei de Programação Militar, acabou mesmo por considerá-la "uma soma de programas que não cumprem as promessas estruturais do Governo, de racionalização e integração, para o que é essencial - a melhor relação custo/eficácia tendo em vista as reais necessidades do país que somos".

"Porquê comprar uma nova esquadra de F 16", interrogou-se João Amaral, se o destino é "interoperar com outras forças europeias", no quadro da NATO, num claro objectivo de política externa e não de defesa nacional?

Sublinhando que "é um preço altíssimo que o País não precisava de pagar", o deputado comunista considerou que "gastar 60 milhões de contos para ter F 16 a evoluírem sobre os céus da Jugoslávia não é aceitável a nenhum

título para um País com tantas dificuldades, incluindo na área da defesa nacional nas suas componentes que são determinantes".

Uma decisão tanto mais inaceitável, acrescentou, quanto é certo que foi tomada em detrimento de outras opções, essas sim prioritárias, como seria, por exemplo, a decisão de comprar modernas patrulhas oceânicas capazes de uma efectiva fiscalização do nosso domínio marítimo ou a decisão de adquirir helis para busca e salvamento.

Estava traçado o quadro para que o titular da pasta da Defesa fosse o alvo seguinte das críticas de João Amaral. Tocando na questão política de fundo, o deputado do PCP pôs em xeque o perfil de Veiga Simão, questionando, concretamente, "se o País tem de compreender e aceitar ter um Ministro da Defesa Nacional incapaz de gerir seriamente investimentos que rondam uma média



O PCP entende que na fase actual os meios militares devem privilegiar o controlo do território nacional, a fiscalização do nosso domínio marítimo e a vigilância do espaço aéreo

de 35 milhões de contos/ano, um orçamento que ultrapassa anualmente os 300 milhões de contos."

Mas não se ficaram por aqui as acusações ao responsável pela Defesa. Visada nas palavras de João Amaral foi ainda a forma como ele tem exercido o cargo, nomeadamente quanto à sua capacidade e competência. E insistindo, voltou a perguntar "se o País tem de compreender e aceitar um Ministro da Defesa Nacional que fala de racionalização mas é incapaz de a concretizar", "fala da relação custo/eficácia mas fica-se pela soma dos programas", "fala da integração e intero-

peracionalidade mas aceita caras duplicações", "fala das dificuldades do País mas depois compra caros meios militares que nada acrescentam à defesa nacional e só servem para o Governo passear vaidades, enquanto descarta a aquisição de meios essenciais para os interesses nacionais".

João Amaral deixou ainda na sua intervenção - sem que o Ministro tivesse sido capaz de rebater com um mínimo de sustentabilidade as acusações que lhe foram dirigidas -, uma severa crítica ao injustificável atraso que marcou a apresentação das propostas de lei, lembrando as reper-

cussões negativas que dele decorrem, nomeadamente no lançamento dos concursos.

"Atrasos e atropelos" que não surpreenderam a bancada do PCP. A apresentação da 3ª Lei de Programação Militar, nos termos em que foi feita, corresponde inteiramente a uma característica e a um sintoma que se prendem com "uma questão mais vasta", resumida por João Amaral nestes termos: "ser apresentada sob o signo do casuísmo, do transitório e da incapacidade de tomar as decisões de fundo capazes de concretizar uma verdadeira racionalização e integração de meios".

## Vizela é concelho



A Assembleia da República aprovou, em votação final global, a

Lei que cria o Município de Vizela. Cumprida foi, assim, a última etapa de um longo processo pelo qual se bateram os vizelenses. Como salientou João Amaral, em declaração de voto onde expressa a congratulação da bancada comunista, trata-se de uma aprovação que não só prestigia a Assembleia da República - por corresponder finalmente ao cumprimento de promessas repetidamente feitas ao longo dos anos -, como representa a concretização de uma "velha aspiração" dos habitantes de Vizela, que "por ela lutaram sem desfalecimentos". Depois de lembrar que o PCP sempre apoiou e considerou justa a reivindicação dos vizelenses, apresentando projectos próprios e votando sempre favoravelmente todas as iniciativas nesse sentido apresentadas no Parlamento, João Amaral lamentou que o PS, apesar da pronúncia favorável dos órgãos da freguesia de Regilde, tenha inviabilizado a sua inclusão no novo município, tal como foi proposto pelo Grupo parlamentar comunista

## Reformas estruturais



"O Governo meteu reformas estruturais na gaveta e fuge delas

como-o-diabo-foge-da-cruz". A acusação é do deputado comunista José Calçada e foi proferida, na passada semana, em debate sobre o tema suscitado pelo CDS/PP. Para a bancada comunista - que exceptua a este quadro algumas "acções pontuais no domínio legislativo", mas que comportam danosidade do ponto de vista da justiça social e da solidariedade - as razões para este imobilismo prendem-se sobretudo com "incompetência técnica" e "falta de capacidade política para tomar decisões".

Mas não só. Segundo José Calçada, à inércia até agora evidenciada não são igualmente alheias razões de puro oportunismo eleitoralista. "Como em termos estritamente quantitativos o voto de um especulador bolsista vale tanto como o de um trabalhador por conta de outrem, nada de bom pode augurar-se sobre o tipo de reformas que o Governo entende não ser «politicamente adequado» para antes de 1999, mas sim, para depois", advertiu.

José Calçada reiterou, entretanto, a disponibilidade da bancada comunista no sentido de analisar, no quadro político e parlamentar, as reformas estruturais que urge incrementar nas áreas sociais, nomeadamente as que incidem nos planos da Segurança Social e da Saúde. "O que nós pretendemos é mais e melhor Segurança Social, mais e melhor Saúde, mais e melhor Educação", sublinhou.

## Sistema de Autoridade Marítima

# Prossegue a política de remendos

Em debate, na mesma sessão plenária, no final da semana transacta, esteve também uma autorização legislativa sobre o Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima. Tal como na discussão realizada há perto de um ano em torno da proposta de lei (Nº 128/VII) visando estabelecer o regime de exercício de direito do Pessoal da Polícia Marítima,

diploma que desde então se encontra em «banho-maria» em sede de especialidade, o Grupo Parlamentar do PCP voltou a acusar o Governo de nesta matéria levar a cabo uma "política de remendos" e de manter uma "inaceitável indefinição" quanto ao Sistema de Autoridade Marítima.

"A grande questão é que nesta área continua a vigorar a «gestão

da conjuntura», que é a arte dos que não sabem o que querem", acusou o deputado João Amaral, que considera ser inexistente neste domínio qualquer visão estratégica por parte do Governo.

Exemplos de que assim é deu-os João Amaral, citando, entre outros, o preceito na lei que define o regime de direitos do pessoal da Polícia Marítima, segundo o qual «as

associações...prosseguem fins diversos das associações de natureza sindical». Considerando tal dispositivo inaceitável, e depois de lembrar que "o MAI andou a dizer que ia propor que na PSP pudesse haver sindicato", o parlamentar comunista, interpellando o Governo, deixou a pergunta: "mantém aquela norma para a Polícia Marítima? Por que poderá a PSP ter sindicato e a Polícia Marítima não?"

E neste "jogo de indefinições", assim lhe chamou, subsiste uma outra questão, a qual, observou, diz respeito à "própria Polícia Marítima e à sua natureza". "Como não sabe o que fazer do Sistema de Autoridade Marítima, nem é capaz de definir uma linha de rumo, o Governo olha para a Polícia Marítima com os olhos da militarização, de que não é capaz de se libertar", concluiu João Amaral.

Embora reconhecendo algum progresso relativamente ao normativo aplicado à Polícia Marítima até 1990, ainda que "tímido" e "recuado", o deputado do PCP considerou que o Regulamento Disciplinar agora proposto "decalca e amplia tudo o que de negativo e bafiento tem o Regulamento Disciplinar da PSP, velho de oito anos em que muita coisa mudou".

Mas o que de todo não faz sentido, na perspectiva de João

Amaral, é que se aprove um regulamento disciplinar quando ainda não está aprovado o já citado diploma relativo ao novo regime de exercício de direitos pelo pessoal da Polícia Marítima. Como também não se compreende - e esta foi a segunda questão por si colocada - que aos restantes elementos do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha não seja aplicado este novo regulamento disciplinar, mantendo-se uma atitude discriminatória que impede a solução dos seus problemas.

Pronunciando-se sobre a proposta de lei Nº 130/VII, igualmente em debate, que aplica à Polícia Marítima a Lei nº 5/95, que na altura mereceu a oposição do PCP, tal como do PS, por não garantir os direitos dos cidadãos, João Amaral fez notar que o seu conteúdo vem uma vez mais chamar a atenção para o que considerou ser a "situação de inconstitucionalidade congénita que é manter forças de segurança na dependência da estrutura militar". Uma tal situação, lembrou, é proibida pela Constituição, o que se constitui em factor adicional para esclarecer "os contornos do Sistema de Autoridade Marítima e para definir obrigações, órgãos e dependências".

# verga-se às pressões

te". Esta foi sem dúvida a questão mais marcante na intervenção do líder parlamentar comunista, que insistiu na necessidade de proceder a uma alteração que ponha cobro ao escandaloso quadro actual em que, por um lado, grandes fortunas e elevadíssimos ganhos financeiros e especulativos se mantêm à margem de qualquer tributação, e, por outro lado, verifica-se uma muito pesada tributação sobre os rendimentos do trabalho.

O que urge fazer, na opinião de Octávio Teixeira, é uma "reforma fiscal que não se limite a medidas pontuais de cosmética do regime de impostos em vigor", bem como, sublinhou, "alterar a situação actual de Portugal ter um regime fiscal altamente favorável para as aplicações de

capitais e um regime dos mais desfavoráveis para os rendimentos do trabalho".

Pronunciando-se concretamente sobre a proposta de lei geral tributária, Octávio Teixeira considerou-a um texto legislativo que "pouco inova e nada aprofunda" e que chega mesmo a enfermar de algumas "confusões incompreensíveis", limitando-se, por conseguinte, a "recolher e sistematizar princípios já existentes dispersos por várias leis".

"Ao manter a confusão entre tributação real e tributação baseada em rendimentos declarados - exemplificou -, a proposta de lei persiste em não prever a possibilidade de métodos de determinação indirecta de valores médios da matéria colectável".



CDU/Madeira

## Problemas sociais são prioridade

A realidade e os graves problemas sociais que se vivem na Madeira estiveram em foco, nestes últimos dias, através de dois acontecimentos diversos - as Jornadas Parlamentares da CDU, que decorreram dias 19 e 20 e a primeira manifestação do Movimento de Luta pela Casa, quinta-feira passada, frente à residência oficial do presidente do Governo Regional.

Numa iniciativa que se desdobrou em duas sessões, o Grupo Parlamentar da CDU fez um balanço da sua própria actividade, definiu áreas de intervenção prioritária e novas iniciativas a promover.

O balanço de actividades - claramente positivo - regista, entretanto, a não aprovação das iniciativas parlamentares, em que se destacam, pela sua importância - elaboração de um Plano Regional de Habitação; programa de erradicação do analfabetismo; criação de rede de centros de apoio à juventude; criação de um fundo salarial para os trabalhadores da Zona Franca e Industrial.

O Grupo Parlamentar CDU deu prioridade à ligação com as populações, sendo os *Parlamentos Abertos* iniciativas pioneiras que se pretende renovar e reforçar.

Na perspectiva de um "aprofundamento da autonomia, o aumento do prestígio da Assembleia e a promoção de outras vertentes da democracia participativa" - como se refere em comunicado de imprensa - o Grupo avança duas significativas propostas:

- a realização de sessões plenárias da Assembleia Legislativa Regional (ALR) nas sedes de concelho da Região Autónoma da Madeira (RAM), que contariam com a participação das populações e ampla cobertura da comunicação social;
- que as diferentes comissões especializadas reúnam frequen-

temente nos vários concelhos, "de modo a garantir um conhecimento das especificidades e realidades locais".

Ao nível da iniciativa política a CDU decidiu privilegiar "as formas de intervenção relacionadas com os problemas sociais do analfabetismo e da habitação".

A luta pela coesão económica e pelos direitos sociais afirma-se como uma prioridade. Neste quadro impõe-se a necessidade de "dar um conteúdo concreto ao estatuto de ultraperiferia, conferido à Região Autónoma da Madeira no Tratado da União Europeia e na Constituição da República".

Estatuto que deve ter, como aspecto central, "assegurar um alto nível de qualidade de vida e os direitos económicos e sociais".

Os problemas do trabalho e do emprego, a dificuldade na concretização de outros direitos sociais, com destaque para a habitação, educação, saúde e segurança social - são questões a que a CDU/Madeira irá dar particular atenção.

A CDU/Madeira considera igualmente, como prioridades, a preservação do ambiente e a defesa de diferentes sectores da actividade económica regional, em particular agricultura, pescas, artesanato e turismo.

Como objectivos imediatos, foram indicadas a defesa dos interesses da RAM no quadro da elaboração da lei das Finanças Locais e na elaboração do orça-

mento de Estado e da Comunidade Europeia para 1999, bem como a defesa da economia regional e em particular, no imediato, da produção e comercialização da banana.

### Luta pela Casa

"A nossa exigência é muito simples: que o Governo Regional, em vez de andar a dar milhões e mais milhões de contos para o futebol, para o golfe, para o *Jornal da Madeira*, para os bolsos dos amigos, em vez de esbanjar o dinheiro, que faça mais casas para quem delas precisa e quer pagar a sua renda social". Esta a reivindicação fundamental contida na carta entregue quinta-feira passada na residência oficial do Governo Regional, no quadro de uma manifestação promovida pelo Movimento de Luta pela Casa, com o apoio do PCP/Madeira.

Uma carta que dá testemunha da dramática situação em que vivem muitos madeirenses. "Alguns de nós vivem em furnas, outros em barracas, outros ainda em *casas* (se é que lhes podemos chamar assim...) completamente degradadas". Muitos "foram enfiados em contentores, na Camacha, com a promessa do Governo de que era uma situação provisória". Um provisório que entretanto se arrasta há 7, 8 ou mais anos. Outros ainda vivem em T1's, onde se chegam a amontoar 7, 8, 9 e 10 pessoas.

Situações que criam problemas muito complicados "de tensão e exclusão social, de degradação pessoal e familiar".

O movimento está determinado no prosseguimento da luta agora encetada e avisa: "esta nossa luta só vai terminar quando for satisfeito este nosso direito". O direito a uma casa condigna.



A alegria marcou a festa de encerramento do ano lectivo

Lisboa

## A festa das crianças

A "Festa da Criança 98" - uma iniciativa do pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa no encerramento do ano lectivo - reuniu cerca de 13 mil crianças em iniciativas múltiplas, nas manhãs dos dias 17, 18 e 19. Um momento de convívio lúdico, no Estádio da Cidade Universitária, com crianças de 78 escolas do 1º ciclo do ensino básico e de 17 jardins de infância.

Esta a sétima edição de uma festa anual que tem vindo a crescer em participação, de escolas e alunos. Em 1991, a festa envolveu apenas 1347 crianças de 22 escolas.

No terreno é de jogo e de aprendizagem que se trata, numa inextricável mistura de actividades, todas elas marcadas pelo seu carácter lúdico.

Dez grandes espaços integrando 90 pólos de actividade - do desenho à dança e expressão dramática, da modelagem ao espaço de *ciência divertida*, da construção de ninhos e espantalhos ao xadrez, da reciclagem de papel à corrida de sacos ou ao *skate*. 45 actividades à disposição dos mais pequenos e dos mais crescidos, que naturalmente se dividem por áreas e iniciativas diferentes. Todos partilhando o entusiasmo da participação - que faz a festa.

### Autarquias e educação

A Festa de encerramento do ano lectivo insere-se numa dinâmica que abarca uma série de iniciativas do pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa que se vêm a repetir em cada ano lectivo.

É o caso, nomeadamente, do Fórum das Experiências Educativas, em que têm vindo a ser apresentadas as experiências pedagógicas e o trabalho das Escolas, da Câmara, das Juntas de Freguesia, das Associações de Pais. Uma apresentação em que se tenta associar o debate de temas de política educativa, conjuntamente mais relevantes, e animações decorrentes desses trabalhos e experiências.

Este ano, o Fórum desdobrou-se em dois momentos - um Encontro sobre *As autarquias e a educação: competências e práticas*, em Abril, e *Histórias a descobrir*, em fins de Maio.

O Encontro agrupou temas e apresentação de experiências em três painéis: *O lugar da educação nas políticas locais; Autonomia e gestão*

escolar e O desenvolvimento local - que desafios?

### Ensino em debate na Moita

Eleitos e técnicos da educação das câmaras municipais da Área Metropolitana de Lisboa reuniram esta terça-feira na Moita, na sequência do programa de reuniões bimestrais agendado pelas 18 autarquias. *Educação multicultural e Abandono escolar* foram os temas em debate.

Estas reuniões têm como objectivo obter con-



sensos sobre diversas problemáticas ao nível da educação e ensino, de forma a reforçar as posições dos Municípios, não só no quadro das suas competências, mas também no âmbito do papel cada vez mais interventivo que desempenham na comunidade educativa.

Em encontros anteriores foram já discutidos temas como o Projecto de Lei sobre Autonomia e Gestão Escolar e as novas competências das autarquias na recente legislação sobre o ensino pré-escolar.

## Apoio educativo exige especialização

Os apoios educativos às crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente portadores de deficiência, continuam a merecer uma chocante desatenção por parte do Ministério da Educação - denuncia, em comunicado de imprensa, o Sindicato de Professores da Grande Lisboa (SPGL).

O Sindicato afirma que os *concursos* para os apoios educativos/educação especial para o ano lectivo de 98/99 "consagram todos os erros que foram sendo feitos ao longo deste ano", com educadoras de infância não especializadas a apoiar escolas e crianças do 1º ciclo, docentes não especializados a apoiar crianças com deficiências graves e professores sem experiência profissional a ultrapassar professores com anos de experiência efectiva de trabalho com crianças portadoras de deficiência.

O SPGL já protestou "contra este atropelo à legalidade e, sobretudo, ao bom-senso, que põe em causa o sucesso educativo destas crianças".

## Dia de Portugal celebrou-se em Toronto

Numa cidade que se orgulha de ter "Parades" como a de Santa Claus (a do Pai Natal), como a maior da América do Norte, cheia de carros alegóricos e figurantes, patrocinados por grandes companhias, e a da Caribana (um desfile baseado nas tradições das Caraíbas e do Carnaval do Rio) que faz movimentar gentes pelas fronteiras, as celebrações da *Semana de Portugal*, incluem um desfile desde a Bloor/Lansdowne até aos Bellwoods Park (3 km).

Este desfile apresenta um conjunto de trajos tradicionais e de carros alegóricos que revivem costumes e arquitectura próprios dos meios rurais e satisfazem duas necessidades. Uma é a de manter o brio das associações culturais e recreativas com a apresentação dos seus grupos folclóricos, desportivos e o trabalho artesanal nos carros alegóricos que são inspiração de alguns. A outra é a

de movimentar o comércio da zona da "baixa" portuguesa que vê "as caixas" trabalharem em bom ritmo no fim-de-semana da Festa/Espectáculo no Bellwoods Park (com artistas locais, José Cid, Searas de Portugal e Delfins, vindos de Portugal, além da actualização de ranchos folclóricos).

Com o esforço que se despende durante 4 meses nas "discussões" embrulhadas que a Aliança dos Clubes e Associações têm vindo a ter de há uns anos a esta parte entre os seus "Executivos" e a medida comunitária, assim como com membros seus, o impacto deste desfile tem sofrido quebras e não tem servido para projectar uma imagem de grandeza e de prestígio como seria de esperar pelo envolvimento de tantas boas vontades e do carinho de alguns milhares de portugueses que acompanham estas celebrações.



# Pela vida com dignidade, SIM

Nesta última semana antes do referendo de dia 28 decorrem, um pouco por todo o país, iniciativas diversas em torno do *sim à interrupção voluntária da gravidez*.

Iniciativas que envolvem trabalhadores e jovens – gente a quem os resultados do referendo de domingo diz muito directamente respeito, pois terão inevitáveis reflexos na vida de cada um e de todos.

“Hoje no nosso infundável *subir da calçada*, o nosso olhar cansado de todas as sextas-feiras, igual ao olhar cansado de todos os domingos, sentadas nos transportes, nas paragens, nas filas do supermercado, saindo das creches, vagueará inevitavelmente até aqui, para

neste momento convosco dizer que pela vida com dignidade somos, SIM” – este um significativo parágrafo do abaixo-assinado que rapidamente recolheu mais de 6 dezenas de assinaturas entre as trabalhadoras do Arsenal do Alfeite, e que bem testemunha das razões que

apontam para a urgência da despenalização do aborto.

Um abaixo-assinado enviado para a sessão/debate organizado pelas Comissões de Trabalhadores do Concelho de Almada, dia 19 na SFUAP, e que contou com a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política e do Secretariado do PCP.

Esta uma entre outras tomadas de posição de organizações representativas de trabalhadores.

## CGTP-IN toma posição

Passar da clandestinidade permitida à despenalização do

aborto, é o princípio defendido pela CGTP-IN, em documento de apoio ao SIM. A Central Sindical defende a necessidade de apetrechamento dos serviços de saúde “para responder numa forma eficaz e humana e imparcial ao desenvolvimento de todo o processo de Interrupção Voluntária da Gravidez”; a universalização do planeamento familiar e da educação sexual junto das populações e dos jovens. E reafirma o apoio aos “movimentos que defendem a tolerância, a igualdade de tratamento de todas as mulheres face a este preocupante problema de saúde pública e defendem a descriminalização da IVG”.

Outros Sindicatos têm vindo igualmente a tomar posição pelo SIM, nomeadamente a Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, que nesse sentido aprovou um comunicado em plenário realizado em 4 de Junho, e o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.

balhadora de Vila Nova de Gaia e Valongo. Uma iniciativa da JCP que encerra amanhã, com distribuição de documentos na Baixa do Porto.

No Algarve, os jovens comunistas decidiram lançar a sua própria campanha, com distribuição de um boletim de informação e colagem de cartazes nos principais centros urbanos



Iniciativa da JCP no Jardim dos Jerónimos

## Parlamento Europeu defende auto-determinação para Timor

O Parlamento Europeu pronunciou-se sobre Timor-Leste, reiterando de forma inequívoca o seu apoio ao direito do povo timorense à autodeterminação e a exigência de libertação de todos os prisioneiros políticos timorenses.

Esta tomada de posição foi despoletada pelos recentes acontecimentos na Indonésia, que culminaram na destituição do ditador Suharto, e voltaram a colocar em cima da mesa a discussão sobre a situação em Timor.

De acordo com os trâmites normais, os diferentes grupos

parlamentares apresentaram propostas de texto que foram negociadas e fundidas numa versão final que seria aprovada. Ao contrário de outras ocasiões, os compromissos a que esta negociação obriga não retiraram força à tomada de posição do PE e incluíram alguns dos aspectos essenciais do texto proposto pelos deputados do PCP.

Assim, na resolução aprovada, o PE “toma nota da recente abertura política verificada na Indonésia, resultante tanto de pressões internas como da resistência do povo timorense, bem como da acção diplomática da

comunidade internacional, da União Europeia e de Portugal, potência administrante”, apesar de lamentar que “essa abertura tenha sido muito mitigada e que, designadamente, não tenha sido libertada a maior parte dos presos políticos”. Por isso, solicita-se às autoridades indonésias a “libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão e de todos os outros presos políticos”.

Assim, tendo em conta as mudanças políticas em curso na Indonésia, o PE apela a que esta oportunidade permita “tomar medidas inequívocas e determi-

nadas que proporcionem uma resolução pacífica do problema de Timor Leste que, no respeito do Direito Internacional e das resoluções das Nações Unidas, conduza à autodeterminação do povo daquele território”.

“O ditador caiu”, disse o deputado Sérgio Ribeiro na sua intervenção, “mas é preciso que caia a ditadura e que termine a ocupação militar para permitir a concretização do direito inalienável do povo timorense à autodeterminação”.

A propósito do processo que se vive naquele país asiático, o PE evocou as exigências que mobilizaram os protestos populares que conduziram à actual situação, “nomeadamente no que se refere à melhoria das condições de vida da população e ao combate à corrupção”, para exortar as autoridades indonésias a satisfazerem essas exigências populares bem como “a continuarem de forma mais rápida e consolidada com as reformas rumo à democracia e a marcarem o mais rapidamente possível eleições livres e democráticas”.

A aprovação da resolução foi aproveitada para reiterar uma decisão de 1991, tomada no rescaldo do massacre de Santa Cruz, no sentido de se enviar uma delegação parlamentar a Timor-Leste e insistir junto do governo da Indonésia “para que viabilize, de uma vez por todas, a deslocação da dita delegação”.

## Barrancos solidária com Timor-Leste

A solidariedade com o povo de Timor-Leste que, no momento político que hoje se vive na Indonésia, mais urgente se torna, teve este mês uma expressão na vila alentejana de Barrancos. “Um povo muito esquecido a lembrar-se de outro povo igualmente esquecido”, nas palavras do seu presidente da Câmara.

A iniciativa – que decorreu dia 9 de Junho – integrou uma missa por Timor, uma recolha de assinaturas e uma romagem à Rua de Timor, onde foi depositada uma coroa de flores.

Marcada essencialmente pela

participação de jovens do ensino primário, a acção juntou mais de uma centena de pessoas que, como é sublinhado em comunicado da autarquia, quiseram afirmar, acima de tudo, uma atitude de “solidariedade, de defesa dos direitos humanos e de libertação de qualquer homem ou mulher que se encontre preso ou presa só porque expressou a sua opinião, seja ela política ou religiosa”.

O abaixo-assinado, que recolheu mais de duas centenas de assinaturas, será entretanto enviado ao Secretário-Geral da ONU,

ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, solicitando que se congreguem esforços no sentido da rápida libertação de Xanana Gusmão e de todos os timorenses presos pelas tropas indonésias e para que Timor-Leste seja finalmente livre.

Esta uma primeira iniciativa de outras que se irão realizar no futuro, entre as quais se destaca, desde já, a possibilidade de um grupo de cantares de Timor-Leste participar no Festival Internacional de Folclore que a autarquia realiza em meados de Agosto.

## Campanha de fundos Reconstruir a Casa do Alentejo

A Casa do Alentejo lançou, a semana passada, uma campanha de angariação de fundos que decorrerá até final de Outubro e tem por objectivo garantir a urgente restauração do Pátio Árabe e ganhar apoios para proceder às necessárias obras de conservação em todo o Palácio Alverca.

No Apelo público à contribuição agora lançado, a Comissão Dinamizadora da campanha

afirma, numa breve apresentação, que “A Casa do Alentejo é uma associação regionalista de utilidade pública com diversificadas actividades sociais e culturais na Grande Lisboa e nos concelhos alentejanos”. E história – “Desde há 75 anos, a sua sede tem sido incontornável e hospitaleiro ponto de encontro e pólo de dinamização cultural e social. Apesar das grandes dificuldades que, nos dias de hoje,

se levantam ao funcionamento de uma associação popular que não tem por principal preocupação os resultados comerciais, a Casa do Alentejo continua a trabalhar, com renovado empenho, segundo os princípios humanistas e solidários que a têm norteados”.

A campanha de angariação de fundos – dirigida aos sócios, aos alentejanos e amigos do Alentejo e a empresas – conta já com o

apoio de algumas dezenas de figuras públicas.

A campanha a desenvolver inclui, de par da distribuição do Apelo e de um cartaz, publicidade e divulgação, nomeadamente através da Internet, uma série de iniciativas.

Entre estas, são de referir: tardes culturais, feira do livro, postais ilustrados, exposição/venda de artes plásticas, espectáculo *Reconstruir*.

## URAP na defesa da democracia

“A URAP na defesa da democracia”, foi o lema do 3º Encontro Distrital da União de Resistentes Anti-Fascistas Portugueses, que decorreu no passado dia 14 em Grândola.

Com a presença de 500 participantes do distrito de Setúbal e de delegações de Montemor-o-Novo e de Lisboa, o Encontro debateu os diversos problemas que marcam a democracia portuguesa no momento actual, na perspectiva da defesa e aperfeiçoamento do Estado democrático.

Na Declaração, aprovada por unanimidade e aclamação, sublinha-se “a necessidade da defesa da democracia e do seu aperfeiçoamento, a fim de que o Estado possa dar resposta aos grandes problemas que a sociedade coloca há muito e espera que sejam atendidos”.

O documento refere, em particular, a situação no distrito. “A garantia ao trabalho (no distrito de Setúbal há mais de 40 mil desempregados); o direito à saúde (somente no distrito de Setúbal há mais de 180 mil pessoas sem médico de família); à habitação e ao ensino; a melhoria das leis laborais; uma melhor Segurança Social; a defesa do ambiente”. Direitos para cuja concretização se esperam medidas adequadas.

No quadro de uma democracia entendida como “um estado político tendente ao progresso, à riqueza, à satisfação das necessidades das populações”.

A terminar, o Encontro Distrital da URAP apela “aos cidadãos à unidade de acção em iniciativas para que a democracia se fortaleça e corresponda às aspirações do povo português no cumprimento da Constituição”.



## Azeite PE rejeita propostas da Comissão

O Parlamento Europeu pronunciou-se no decorrer da última sessão plenária sobre a proposta da Comissão Europeia relativa à Organização Comum de Mercado (OCM) para o azeite. Após a votação das 163 alterações propostas pelos eurodeputados (48 das quais subscritas por deputados do Grupo da Esquerda Unitária Europeia - GUE/NGL -, de que fazem parte os deputados do PCP), o resultado final acabou por ser um texto (votado por unanimidade) globalmente positivo que, além de aumentar a Quantidade Máxima Garantida para 1 800 000 toneladas, contempla outras propostas essenciais para a prosperidade do sector, contemplando muitas das propostas apresentadas pelo PCP.

O Parlamento Europeu votou assim a dar um sinal claro de defesa deste sector agrícola alterando profundamente a proposta apresentada pela Comissão. Das principais propostas aprovadas em plenária destaque para o aumento da quantidade produzida anualmente na União Europeia para 1 800 000 toneladas, valor que representa um aumento de 240 mil toneladas em relação à proposta da Comissão e se aproxima dos índices reais de consumo e exportação. Naturalmente, esta alteração possibilitará o aumento da quantidade que Portugal poderá produzir anualmente e que a CE pretendia fixar nas 43 915 toneladas. Ficou também garantida a possibilidade de que um país que num determinado ano não

preencha a sua quota possa transferi-la para o ano seguinte e acumulá-la com a quota prevista. Esta medida permite fazer face às acentuadas flutuações a que a produção de azeite é periodicamente sujeita, nomeadamente devido às condições climáticas. Por proposta do GUE/NGL, foi incluída a implementação de uma ajuda complementar para as explorações de pequena dimensão e baixa produtividade (menos de 500 toneladas/ano). Esta proposta assegurará o rendimento aos agricultores que, devido às características das suas explorações, não consigam obter a produção necessária à sua subsistência. Ainda por proposta do GUE/NGL, a proibição a novas plantações vigorará, com excepções, apenas durante dois anos, altura em que será revista. No entanto, é garantida a excepção para os países que já tenham planos de expansão aprovados pela CE, como é o caso português com o Plano de Dinamização do Olival que prevê o aumento da produção até às 120 mil toneladas em 2010. Por fim, foi assegurada a manutenção dos mecanismos de intervenção para regular o preço do mercado e estabeleceu-se a fixação de forma clara e inequívoca da definição de azeite e proibição de misturas, através da aprovação da emenda do GUE/NGL que estabelece que "a expressão 'azeite' é reservada exclusivamente ao azeite obtido a partir do fruto da oliveira com exclusão de matérias gordas de outras proveniências". A

azeitona de mesa, por seu lado, passa a ser abrangida por um regime de ajudas exclusivo.

Os resultados obtidos na semana passada constituíram uma importante vitória e reiteraram a vontade do PE em defender os interesses deste sector agrícola. O PE acabou por ratificar as orientações políticas veiculadas no relatório elaborado pelo deputado comunista espanhol, Salvador Jové, aprovado em plenário em Dezembro de 1997.

No entanto, a atestar pelas declarações do comissário Franz Fischler no final da votação, em que afirmou claramente rejeitar algumas das propostas aprovadas pelo PE, sem no entanto especificar quais, é de prever que a Comissão Europeia continue a tentar prejudicar o sector do azeite em nome da reforma da PAC.

Cabe agora ao Conselho interpretar positivamente as posições hoje aprovadas por unanimidade. Entretanto, a reunião dos ministros da agricultura dos Quinze realizada já no início desta semana terá aprovado o regulamento definitivo. Espera-se que a decisão adoptada, e da qual o "Avante" dará nota na próxima semana, tenha traduzido a vontade reiteradamente manifestada pelo PE, a qual, ao contrário das propostas da Comissão e das afirmações do comissário, é a única que defende a sustentabilidade do sector e os interesses dos olivicultores europeus, incluindo os portugueses.

## Reforma da PAC

O Parlamento Europeu transmitiu durante a última sessão plenária as suas posições sobre a proposta de reforma da Política Agrícola Comum apresentada pela Comissão Europeia no âmbito da Agenda 2000. A posição do PE ficou expressa num relatório com orientações positivas e que acolhe algumas das posições desde sempre defendidas pelos deputados do PCP no PE.

Por proposta dos deputados do PCP, o texto aprovado passou a incluir a noção de modulação degressiva das ajudas ao nível comunitário, apesar da oposição expressa do relator. Este conceito permite - tendo como critérios a dimensão das explorações agrícolas, os factores ambientais, o ordenamento do território e utilização de mão-de-obra assalariada e familiar -, modular as ajudas comunitárias da PAC, ou seja, que as pequenas e médias explorações usufruam de mais ajudas do que as grandes explorações consideradas "eficientes", o que contribuirá para restabelecer desequilíbrios actualmente existentes e transformar a PAC numa política de coesão

económica e social (actualmente, 20% dos agricultores usufruem de 80% das ajudas...).

Por ocasião da votação do relatório, elaborado pelo deputado português Arlindo Cunha, o Gabinete de Apoio aos Deputados do PCP no PE emitiu uma nota na qual se sublinhava "a evolução significativa do relator no que respeita à matéria em causa, particularmente se se tiver em conta as posições assumidas enquanto ministro da Agricultura, aquando da conclusão da última reforma da PAC, realizada em 1992" e se registava "com agrado" tal evolução tanto mais que ela "confirma a razoabilidade e coerência das posições dos deputados do PCP relativamente à PAC".

O presente relatório pode constituir um contributo válido para a defesa dos interesses portugueses no tocante à agricultura. Porém, tal não pode nem deve suscitar ilusões precoces nem muito menos desprevenir ninguém, pois as propostas da Comissão e da maioria do Conselho não o permitem.

## Discussão sobre pescas no bom caminho

O processo de revisão da Política Comum de Pesca (PCP) da União Europeia está em curso. Com a entrada em vigor das novas regras já agendada para 2002, os primeiros passos começaram a ser dados, nomeadamente ao nível do Parlamento Europeu, que na última sessão discutiu e votou um relatório sobre a proposta da Comissão Europeia para a Organização Comum de Mercado (OCM) dos produtos da pesca.

O relatório, aprovado com o voto favorável dos deputados do PCP, faz eco da actual situação do sector na União Europeia, que garante apenas 40% do abastecimento total, sendo o restante assegurado por importações em detrimento da produção comunitária.

O texto final, apesar de imbuído de algum espírito liberalizante (sinais dos tempos?), apresenta um conjunto de medidas e propostas bastante significativas para o sector, nomeadamente ao solicitar a consolidação ao nível comunitário de mecanismos para proteger os produtores e a indústria da concorrência desleal de países terceiros. Assim, é realçada a necessidade de manter e fomentar políticas que permitam aumentar o contributo da produção comunitária, como os acordos internacionais de pesca, a aquicultura, a defesa de melhores quotas de pesca para a UE em negociações internacionais e a recusa de novas isenções de direitos aduaneiros sobre os produtos de pesca de países terceiros. "O desarmamento alfandegário não é uma inevitabilidade em novos acordos internacionais, nos quais os interesses do sector têm sido imolados", disse o deputado do PCP, Honório Novo, que acrescentou ser necessário defender os produtos comunitários "contra quem não tem qualidade ou produz em condições sociais, ambientais e sanitárias inaceitáveis".

Por proposta do PCP, está consagrada a ampliação do papel das organizações profissionais e o reconhecimento das organizações interprofissionais, solicitando-se por isso que as organizações de produtores sejam apoiadas financeiramente por forma a reforçar a sua capacidade negocial e dar assistência técnica aos associados. Também com o objectivo de assegurar o rendimento dos trabalhadores do sector, o relatório contempla outra proposta do PCP que prevê a introdução de uma compensação financeira para os pescadores que se vejam na contingência de abandonar a actividade.

A importância da pequena pesca pesqueira foi evidenciada pela introdução da ideia de que o abastecimento de peixe fresco dos mercados locais deve ser efectuado por produtores locais.

O texto aprovado preconiza também a garantia de que a realização de controlos sanitários e de qualidade aos produtos comercializados no mercado europeu, incida quer sobre os produtores comunitários, quer sobre os produtos importados.

Esta discussão do PE segue-se à aprovação em Setembro do ano passado de um relatório de iniciativa sobre as orientações a imprimir à nova PCP, naquela que foi a primeira iniciativa de carácter institucional sobre este tema. Na altura, os deputados do PCP desempenharam um papel extremamente activo ao apresentarem um importante conjunto de emendas que fez com que o relatório salvaguardasse os interesses do sector, nomeadamente em Portugal.

Na semana passada, da mesma forma que em Setembro, nenhum outro partido português apresentou qualquer proposta, ideia ou sugestão para o sector.

### Preservar a indústria conserveira

A discussão sobre a OCM dos produtos da pesca foi acompanhada pela aprovação de

um outro relatório relativo à indústria de conservas de produtos da pesca e da aquicultura na União Europeia.

A indústria de conservas é um pilar essencial da Política Comum de Pesca, e é um sector de mão-de-obra intensiva, com cerca de 25 000 postos de trabalho indirectos e 50 000 directos, dos quais 5000 em Portugal.

Este relatório, elaborado por iniciativa do próprio Parlamento, já tinha sido aprovado por unanimidade pela comissão de pescas do PE. Assim, em plenário foram sugeridas apenas duas emendas, por iniciativa dos deputados do PCP: uma em que se refere a baixa do preço do azeite enquanto matéria-prima indispensável da indústria conserveira, sem que essa redução do preço afecte os produtores de azeite (alteração que acabou por ser incluída também no regulamento referente à OCM do Azeite); outro aspecto foi a inclusão da necessidade de criação de mecanismos de ajudas às organizações de produtores, como forma de promover a negociação da oferta. Esta alteração é particularmente importante pois garante um preço justo à produção, não pondo em causa a competitividade da indústria de conservas. Ambas as alterações passaram a integrar o texto aprovado.

O relatório faz uma breve caracterização das evoluções verificadas no sector, onde se destaca os enormes problemas provocados pela abertura do mercado comunitário devido a acordos comerciais com países terceiros, principalmente Marrocos e a Turquia, que conseguem introduzir na UE conservas mais baratas, muito graças aos baixos níveis de condições laborais, sanitárias e ambientais nesses países. No entanto, o consumo de conservas na UE duplicou entre 1989 e 1993, e a procura por conservas de sardinha e de atum continua a aumentar, ao mesmo tempo que, em relação à indústria de sardinha, houve inúmeros encerramentos de empresas e uma redução das exportações comunitárias das conservas da sardinha de quase 40%.

Face a esta situação o PE solicitou à Comissão Europeia que elabore um estudo sobre a situação da indústria de conservas na UE e sobre a Política Aduaneira Comum e apresentou outras propostas concretas: a declaração das conservas comunitárias como "produtos sensíveis", com a respectiva atribuição de ajudas compensatórias; a aposta no aumento da qualidade e promoção de campanhas para estimular o consumo interno e externo; a criação de um laboratório europeu de referência que verifique as normas de qualidade e sanitárias sobre os produtos comercializados no mercado da UE;

Em relação ao caso particular da sardinha o PE pediu que se estabeleça uma indemnização compensatória e uma ajuda equilibrada à armazenagem, complementadas pelas provisões adequadas para o próximo quadro financeiro 2000-2006, além da concessão de meios financeiros para promover o lançamento de uma campanha comunitária para a promoção do consumo das conservas de sardinha. Mas a procissão ainda vai no adro. A Comissária Bonino, que assistiu ao debate, negou liminarmente a possibilidade de se instaurar um sistema de indemnizações compensatórias para a sardinha.



## Guiné-Bissau Rebeldes divulgam programa de acção

Os «Combatentes da Liberdade da Pátria» sublevaram-se «em nome da defesa dos superiores interesses da Justiça, Liberdade e aprofundamento da democracia na sociedade guineense» - assim justifica a Junta Militar a revolta em curso na Guiné-Bissau, num documento divulgado segunda-feira em Brá e apresentado como o seu programa de acção.

O programa, divulgado no mesmo dia em que os militares revoltosos abriram as suas posições à comunicação social para demonstrar a sua implantação no terreno, afirma que o principal objectivo da Junta é a «efectiva democratização» das Forças de Defesa e Segurança, o que passa pela sua «definitiva despartidarização».

Defendendo que a sua acção visa a «entrega imediata dos poderes públicos a civis e a organização a curto prazo de eleições legislativas e presidenciais democráticas», o documento da Junta aponta, entre outros aspectos, a «moralização da vida pública como forma de assegurar a preservação do património do Estado e a aplicação dos recursos para os seus fins específicos». Neste âmbito, os revoltosos exigem a «verificação da licitude e legitimidade das aquisições patrimoniais e financeiras de antigos dirigentes, por forma a obstar ao enriquecimento sem causa», bem como o agravamento das penas para os crimes de corrupção e o estabelecimento da obrigatoriedade, para os detentores de cargos públicos, de declaração prévia dos respectivos bens.

O programa explica ainda os antecedentes do levantamento militar, baseado no crescente

leitura do relatório permitiria aquilatar das responsabilidades no longo caso de tráfico de armas, mas o senhor Presidente da República já vinha obstaculizando o Parlamento e a respectiva comissão de inquérito, recusando-se a comparecer

A gota que terá feito transbordar a taça dos revoltosos foi a substituição de Ansumane Mané na chefia do Estado-Maior, bem como a convicção de que o Presidente decidiu «a eliminação física» de Mané. Segundo a Junta Militar, a eliminação do brigadei-



O povo guineense sofre as consequências da degradação do regime de «Nino» Vieira

descontentamento face à corrupção e prepotência atribuídas a «Nino» Vieira, e despoletado pela suspensão de Ansumane Mané, posteriormente acusado de envolvimento em tráfico de armas.

Segundo o documento, a comissão parlamentar de inquérito criada (após a suspensão de Mané) para investigar o tráfico de armas não pôde levar a cabo de forma isenta o seu trabalho, cujo resultado deveria ter sido apresentado no Parlamento a 8 de Junho. «A

perante esta a prestar declarações e encorajando a recusa de comparência de altos oficiais também como ele indiciados», lê-se no documento.

Para além de «Nino» Vieira, a Junta Militar aponta o dedo acusador a uma série de militares de alta patente, responsáveis até há pouco tempo por cargos como o de presidente do Tribunal Militar Superior, director Nacional da Segurança do Estado, promotor da Justiça Militar e chefe da Contra-Inteligência Militar.

ro «deveria ocorrer (como sempre) quando o Presidente da República estivesse ausente do país, do qual devia partir a 7 de Junho para participar na cimeira da OUA» no Burkina Faso.

## A derrota

Seja qual for o desenlace do drama que se vive na Guiné-Bissau, o Presidente «Nino» Vieira é desde já o grande derrotado.

A dimensão da revolta militar há muito que deixou de poder ser escamoteada: fiéis ao Presidente restaram um punhado de militares de alta patente, a maioria recém-nomeada. A dimensão do divórcio existente entre o poder e a população ficou posta a nu pela ausência de qualquer movimento de apoio ao regime, em defesa do qual não ocorreu sequer o PAIGC.

Ao basear a sua defesa nas tropas do Senegal e da Guiné-Conacri, que não hesitaram sequer em impedir o auxílio humanitário à população indefesa, «Nino» Vieira deu ao mundo a verdadeira imagem do seu isolamento e do enfeudamento a interesses estrangeiros. Pouco importa que os jogos geoestratégicos do Ocidente o ajudem a manter no poder. Não será com regimes de fachada que a democracia fará o seu curso na Guiné-Bissau.

## Razões de uma abstenção

O Parlamento Europeu inscreveu e votou, na sessão plenária da passada semana, em Estrasburgo, uma Proposta de Resolução, com carácter de urgência, sobre a situação na Guiné-Bissau.

Os deputados do PCP, que haviam considerado a oportunidade de apresentação de uma Proposta de Resolução própria sobre a matéria mas que entenderam não o fazer por considerarem ser indispensável um mais aprofundado conhecimento da situação, não subscreveram a Proposta de Resolução de que Arlindo Cunha, do PSD, era primeiro subscritor — e optaram pela abstenção na respectiva votação.

Mas outra poderia ter sido a posição dos deputados comunistas se a Proposta em apreço não fosse marcada - como efectivamente foi - por uma focagem manifestamente francófona, nomeadamente em dois dos seus considerandos.

A movimentação e o interesse revelado por alguns deputados de outras nacionalidades, particularmente franceses, relativamente à Resolução em apreço e o conhecimento aprofundado que manifestamente detinham de aspectos relacionados com o conflito, seriam motivos suficientes para, ao menos, se adoptar uma posição de reserva relativamente à intervenção das tropas senegalesas e para questionar sobre as motivações e os interesses - e os próprios perigos - que lhe estarão subjacentes.

Daí a abstenção dos deputados do PCP, os quais, naturalmente, apoiaram o apelo a um rápido apoio humanitário, expressando, simultaneamente, a esperança de que rapidamente, por meios políticos e sem mais derramamento de sangue, os guineenses encontrem uma solução para o conflito.

Na sua intervenção, Honório Novo, lamentou os graves acontecimentos na Guiné e, em particular, «o elevado número de vítimas que dos mesmos já resultaram». Congratulando-se com o facto de «ter sido possível, em tempo oportuno, efectuar o repatriamento de muitos cidadãos estrangeiros, nomeadamente portugueses, cujas vidas corriam perigo», o eurodeputado alertou para «a situação dramática em que se encontram muitos guineenses», defendendo «a indispensável e urgente» solidariedade da União Europeia, «concedendo-lhes auxílio humanitário e, em especial, apoio alimentar.»

## Eleições na República Checa

O Partido Social-Democrata venceu as eleições legislativas antecipadas realizadas na República Checa, no sábado, com 32 por cento dos votos e elegendo 74 deputados. O Partido Democrático Cívico - de centro direita, actualmente no poder - ficou com 27 por cento e 63 lugares no Parlamento, e o Partido Comunista da Boémia e Morávia (PCBM) com 11 por cento e 24 deputados. O presidente checo, Vaclav Havel, encontrou-se na segunda-feira com dirigentes de quatro partidos para discutir a formação do novo Governo. Os comunistas, apesar de terem sido os terceiros mais votados, não foram convidados para participar na reunião. O PCP enviou as suas felicitações ao PCBM pelo resultado alcançado, «apesar de todas as dificuldades, discriminações e perseguições». «Tais resultados confirmam que os comunistas checos são uma força necessária e indispensável à luta dos trabalhadores», lê-se na nota.

## Eleições no Cambodja em Julho

A comunidade internacional, através dos «Amigos do Cambodja», ratificou a data de 26 de Julho para a realização de eleições legislativas no Cambodja. O grupo «Amigos do Cambodja», composto por membros da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), apelou para que o escrutínio se realize «em condições que permitam ao povo cambodjano escolher livremente o seu próximo governo».

## Manifestação em Timor pelo referendo

Centenas de pessoas manifestaram-se em Díli, na terça-feira, reivindicando a realização de um referendo sobre o futuro de Timor-Leste, a libertação de Xanana Gusmão e a retirada das tropas indonésias do território. Trata-se da maior manifestação jamais ocorrida em Díli. Entretanto, o Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo, foi convidado para se reunir com o presidente Habibe da Indonésia. Segundo o secretário de Estado da Presidência, o encontro destina-se «a um diálogo aberto e vivo com figuras públicas da Indonésia, incluindo de Timor-Leste».

## Colômbia

# Novo presidente negoceia com guerrilha

Andrés Pastrana é o novo Presidente da Colômbia. No domingo, 50 por cento dos eleitores votaram neste conservador de 44 anos, antigo presidente da Câmara de Bogotá e ex-jornalista. O outro candidato, o liberal Horacio Serpa, ficou com 46 por cento dos votos.

A taxa de participação atingiu os 59 por cento, um número recorde, apesar da concorrência do Mundial de Futebol, da chuva e do fim-de-semana prolongado.

Pastrana rompe com 12 anos de poder liberal e mostra uma atitude aberta e activa. Eleito no fim-de-semana, o novo presidente anunciou a sua intenção de reiniciar as conversações com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), uma das mais importantes do país. Para isso, irá deslocar-se à selva colombiana.

Na segunda-feira, as FARC revelaram as quatro condições que querem ver cumpridas para voltarem a dialogar com as autoridades: a retirada das tropas da selva do sul do país, o desmantelamento dos paramilitares, a despenalização dos protestos populares, e o fim da oferta de recompensas pela captura de chefes rebeldes.

Enquanto as FARC pedem poder local e fundos do Estado para abandonar as armas, Andrés Pastrana afirma que oferece apenas investimentos para infra-estruturas e a garantia pessoal de que os guerrilheiros não correrão perigo de vida e que serão reinseridos na sociedade.

«O principal trabalho a fazer, além da paz, é a reconstrução do país», declarou o presidente eleito, referindo-se aos 18 milhões de pobres e aos 2,5 milhões de desempregados.

Este senhor da direita oligárquica diz ser diferente, prometendo a realização de um referendo sobre a reforma política durante os primeiros 30 dias do seu mandato, que começa a 7 de Agosto. Essa reforma restabelecerá «a divisão de poderes» e «dará um verdadeiro estatuto à oposição».

«Samper (o actual Presidente, liberal) comprou o Congresso e o Congresso sequestrou a República», afirmou Pastrana. «O voto independente que recebemos é que vai mudar tudo, porque é o país que, no fundo, quer mudar», acrescentou.

De facto, o país quer mudar. O futuro dirá se isso vai acontecer pela mão de Pastrana.



Domingo, 28

# Todos pelo Sim à despenalização do aborto



O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participou em diversas iniciativas inseridas na campanha para o referendo sobre a despenalização do aborto, considerando que essa despenalização é uma questão jurídica e de saúde pública mas é também uma questão civilizacional

## Uma evolução natural

Marianne Eriksson é deputada do Partido de Esquerda da Suécia, país onde a legislação sobre a interrupção voluntária da gravidez é considerada uma das mais progressistas entre os países da União Europeia. Marianne é membro da comissão parlamentar dos Direitos da Mulher e elaborou recentemente um relatório sobre a violência contra as mulheres.

Conta-nos um pouco da experiência da Suécia. Como se chegou à legalização do aborto e à legislação actual?

Nos anos 60, com a introdução da pílula, o homem deixou de deter o poder de controlo sobre a sexualidade da mulher. Esta nova situação levou a uma alteração na forma de a mulher encarar a situação e ganhou consciência de que a sexualidade era uma questão que só a ela dizia respeito. A partir daqui começou uma grande movimentação das organizações femininas pela alteração da lei do aborto. Não que o aborto fosse completamente proibido, mas a sua realização tinha de passar por uma imensa teia burocrática. Nessa altura, a maioria das mulheres succeia já à Polónia.

Então quando chegaram à situação actual e quais foram as alterações fundamentais?

Em 1975 foi aprovada a legislação actual. A partir desta data a gravidez pode ser interrompida até às 12 semanas a pedido da mulher.

E como se desenrola esse processo?

A mulher vai ao médico e recebe a notícia da sua gravidez. Se por determinada razão decidir que deverá interromper a gravidez, telefona para uma clínica e marca uma consulta. Aqui far-lhe-ão todos os exames necessários para constatação do seu estado geral e confirmação da gravidez. Se a mulher estiver definitivamente decidida, marca o dia da intervenção. Se ainda tiver dúvidas, adia-se e na própria clínica facultam-lhe os contactos das pessoas que ela considere que a poderão ajudar (assistente social, padre, especialistas, etc.). Se por qualquer motivo houver atrasos para além das 12 semanas, a mulher poderá fazer o aborto até às 20 semanas, mas neste caso já estará sujeita a alguns passos burocráticos.

E foi fácil chegar a esta situação?

Realmente não foi muito difícil. É evidente que houve oposição das forças conservadoras e da Igreja. Diziam que se estava a tornar o aborto muito fácil, tal como o divórcio. Mas o movimento era muito vasto e tinha havido de facto uma alteração de mentalidades a este respeito.

Quais foram as medidas que acompanharam a aprovação desta lei?

Houve grandes campanhas de educação sexual. Há várias ONG's que o fazem nomeadamente nas empresas. Nas escolas, os jovens entre os 12 e os 15 anos recebem aulas de educação sexual e quando os professores não se sentem preparados ou à vontade para o fazer, recorrem a estas ONG's que o fazem gratuitamente. Esta campanha passa igualmente pela televisão e por materiais escritos destinados aos jovens. Há sempre alguns pais que defendem que os jovens só deveriam ser confrontados com os aspectos da sexualidade aos 15 anos. Mas os jovens não estão isolados, eles convivem, conversam uns com os outros e não são imunes a esta questão. Isto é uma discussão de sociedade e deve ser encarada como tal.

E qual tem sido a evolução do número de interrupções praticadas?

Na Suécia temos tido aumentos e decréscimos no número de abortos praticados. Mas isto tem uma explicação. A análise feita ao longo de 10 anos mostra que o número de abortos aumenta quando abrandamos nas campanhas de educação sexual. Quando estes aumentos se verificam, as forças conservadoras voltam à liça e aí tocam as campanhas de alarme. Aumenta a discussão e o esclarecimento e o número de abortos diminui. Isto mostra claramente que a informação é um aspecto essencial, é necessário que as pessoas saibam o que fazer e a quem se dirigir. Na Suécia temos uma vasta rede de ONG's a quem as pessoas, e principalmente os jovens (rapazes e raparigas), se podem dirigir e, se o pretenderem, anonimamente.

A situação hoje é pacífica em torno da questão?

Não. Hoje temos um movimento «pró-vida», constituído essencialmente por homens, que todos os anos faz uma manifestação. Eu, na minha opinião, até penso que são úteis. De acordo com a nossa experiência, contribuem para manter o debate na ordem do dia. Quanto às forças conservadoras, sempre que a situação se proporcionalmente volta à carga, argumentando que o aborto tal como o divórcio são muito fáceis. Posso contar uma pequena história. Tenho um casal amigo em que ela é espanhola e ele sueco. Ele, perfeito macho que pensa que o lugar da mulher é em casa a tratar dos filhos, sempre se manifestou contra o aborto. Um destes dias telefonou-me à noite pedindo para ir a sua casa pois havia um grave problema. A sua filha de 16 anos estava grávida e ele dizia que se ela decidisse guardar esse filho teria toda a sua vida estragada. Assim, pediu-me que a convencesse a pedir uma interrupção de gravidez.

Claro que a decisão de abortar nunca é uma decisão fácil para a mulher e muitas são as condições que a podem obrigar a tomar essa decisão. Como uma amiga minha dizia, quando uma mulher se quer casar ninguém se importa com isso. Se por acaso não casa com a pessoa certa e se quer divorciar, já há aqueles que criticam.

■ Fátima Garcia

Realiza-se já no próximo sábado o referendo que irá dizer o Sim ou Não «à despenalização do aborto por opção da mulher, quando realizado até às 10 semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado», aprovada em Fevereiro último pela Assembleia da República. Um referendo que, para ter validade, deverá ser votado por mais de 50 por cento do eleitorado. Um referendo que se - como as sondagens indicam - tiver como resultado o SIM, colocará Portugal ao nível dos restantes países da Europa nesta matéria. Como confirma o breve «olhar» que a seguir passamos por alguns dos principais países da União Europeia.

**Espanha** A Lei 9/1985 introduziu no Código Penal um novo artigo que despenalizou o aborto praticado por um médico, ou sob a sua direcção, num centro de saúde público ou privado acreditado e com o consentimento formal da mulher grávida nas seguintes condições:

- em caso de perigo para a vida ou a saúde física ou psíquica da mulher grávida, mediante diagnóstico de um especialista que não aquele sob a direcção do qual será praticado o aborto;
- desde que a gravidez seja consequência de delito de violação praticada nas 12 primeiras semanas e que a violação tenha sido consumada;
- quando haja perigo de malformação do feto, desde que praticado nas 22 primeiras semanas e que o diagnóstico tenha sido formulado por dois especialistas dum centro de saúde, que não aqueles sob cuja direcção será praticado o aborto.

Nestes três casos, a mulher grávida não será punida mesmo que o aborto seja efectuado num estabelecimento público ou privado ou se os diagnósticos exigidos não forem emitidos.

(O facto, porém, de se poder invocar a objecção de consciência cana-

## Mais consciência e responsabilidade

Na sua deslocação a Lisboa, para participar no Encontro inserido na campanha promovida pelo PCP para debater a lei da despenalização do aborto, Antonia Tomasini, membro do Forum Delle Donne e do Partido Refundação Comunista de Itália, falou ao «Avante!» da evolução da situação do aborto nesse país, após a aprovação de idêntica lei.

Quando foi legalizado o aborto em Itália?

Em 1978, ou seja, há 20 anos.

A lei de despenalização do aborto foi, contudo, sujeita a referendo em 1981. Como actuaram, então, as várias forças políticas em presença?

Depois de ter passado no Parlamento, houve ainda muitas vozes a manifestarem-se contra a lei. É, assim, devido à pressão de católicos e de grupos fascistas italianos que o referendo surge. Afinal, apenas para reforçar a lei três anos antes aprovada.

Mas o movimento social que então se gerou levou ao aparecimento de duas frentes de opinião. E todas as vezes que havia pressões contra a lei, as mulheres mobilizavam-se, saíam à rua e ocupavam lugares públicos, manifestando-se a favor do aborto, como quando 20 mil mulheres ocuparam a Catedral, na Praça Navona, em Roma.

Também a hierarquia da Igreja tomou posição activa?

Claro. Uma posição muito activa, muito brutal contra o aborto. Como, aliás, está de novo a tomar. Designadamente agora, que comemoramos 20 anos sobre a aprovação do aborto, tem havido por parte da Igreja declarações públicas muito duras. Foi o caso da acusação feita às mulheres, pelo próprio Papa, de nestes 20 anos terem matado 3 milhões de crianças.

Apesar da grande influência da Igreja Católica, o SIM ganhou em Itália...

Só cerca de 30 por cento dos eleitores votaram contra a lei do aborto, o que foi decididamente uma grande vitória popular. Existiu, contudo, uma diferença em relação ao que se passa em Portugal, onde só o PCP tem uma campanha própria em relação ao referendo. Em Itália, não. Para além das mulheres, o grande movimento pertencia aos partidos de esquerda.

Sobretudo depois da lei do divórcio, em 1964, quando as mulheres começaram a decidir sobre si e a sua sexualidade, este movimento pela tolerância religiosa tomou grandes proporções.

Uma vez aprovado o SIM, a lei entrou logo em vigor? Havia infra-estruturas para isso?

A lei entrou logo em vigor, embora sem as infra-estruturas que a lei previa. São o que hoje chamamos «consultórios» - estruturas regionais onde as

liza muitas mulheres para as clínicas privadas, aumentando o seu negócio. Donde resulta que de uma média de 100 000 abortos anuais apenas 5% são registados.)

**Grécia** A lei de 1986 despenalizou o aborto, que deixou de ser ilegal quando praticado com o consentimento da mulher, por um especialista e numa clínica:

- durante as primeiras 12 semanas de gravidez a pedido da mulher;
- durante as 19 semanas de gravidez, desde que esta resulte de violação, desvio de menor, incesto, ou de abuso de uma mulher incapaz de resistir;
- durante as primeiras 24 semanas se os métodos científicos apropriados detectarem mal-formações no feto;
- sem limite se se verificar perigo para a saúde física ou psíquica da mulher.

Se a mulher for menor, o aborto só é possível se tiver também o acordo dos pais ou da pessoa que tiver a sua tutela.

É feito gratuitamente para os beneficiários da segurança social.

É proibida e penalizada toda a publicidade aos meios, práticas ou medicamentos usados para provocar o aborto.

**Itália** De acordo com a lei 194, de 1975, podem abortar nos primeiros 90 dias de gravidez as mulheres para as quais a continuação da gravidez, o parto ou a maternidade comportem sérios perigos para a sua saúde física ou psíquica por razões de saúde ou da sua condição económica, social ou familiar ou ainda quanto resultante violação ou malformação do feto.

A mulher grávida deve dirigir-se ao seu médico particular ou aos serviços de saúde, que deverão emitir um documento comprovativo da consulta. Em caso de urgência, o aborto pode ser feito de imediato. Em situação normal, a mulher deverá aguardar sete dias antes de se dirigir a um estabelecimento para a realização do aborto.

As estruturas ou médicos particulares, para além de garantirem a necessária assistência médica deverão informar a mulher sobre os seus direitos, enquanto trabalhadora ou de carácter social, promovendo-lhe apoio e ofe-

recendo-lhe toda a ajuda necessária durante a gravidez e após o parto.

O aborto é gratuito quando feito nas clínicas convencionadas.

(Os profissionais de saúde envolvidos poderão declarar-se objectores de consciência. Esta situação leva a que ainda se façam cerca de 100 000 abortos clandestinos.) Ver entrevista ao lado.

**Alemanha** O aborto é legal até à 12ª semana a pedido da mulher, passando previamente por uma consulta de apoio à família. Só com o comprovativo desta consulta a mulher grávida se apresentará no hospital.

(Muitas destas consultas eram da responsabilidade de instituições católicas que agora, por pressão do Papa, deixaram de emitir o respectivo comprovativo. Por outro lado, o aborto é pago pela mulher o que provoca situações de discriminação e cria graves problemas às mulheres jovens.)

**Bélgica** Pela Lei de 3 de Abril de 1990, é permitida a IVG nas primeiras 12 semanas em caso de «détresse», definido no texto da lei como «determinação de vontade, um estado afectivo ou psicológico mas não como um atentado à saúde».

Sem limite em caso de perigo de vida para a mulher ou malformação do feto.

O pedido deve ser formulado pela mulher junto de um médico que lhe deve explicar os perigos decorrentes e tentar encontrar outras soluções. Se este for objector de consciência deverá dispor de um grávida desde o primeiro momento.

A partir daqui haverá um período de reflexão de seis dias. A determi-



Os jovens vão tomando consciência crescente da sua sexualidade e da sua responsabilidade mas querem sempre mais informação, mais prevenção. Por outro lado, a tolerância e o respeito pelo indivíduo fazem hoje parte da «cultura» da juventude

nação da mulher deve ser apresentada por escrito. Não é reembolsável.

**França** Legislação de 15.01.75, 31.12.79 e 31.12.82 permitem o aborto até às 10 semanas em caso de «détresse».

Sem limite em caso de perigo para a saúde da mulher ou do feto. A mulher formulará o seu pedido junto de um médico que a informará dos perigos decorrentes. Oito dias depois, a mulher irá a uma consulta num centro de aconselhamento familiar. A mulher confirmará por escrito o seu pedido e terá sete dias para reflexão.

A mulher paga 20 por cento da intervenção. (Antes da lei de 1975 calculava-se o número de abortos clandestinos em 300 000 por ano. Num artigo publicado em 1995, calculava-se que nos últimos 10 anos o aborto estabilizou entre 160 e 170 000.)

**Reino Unido** É permitido até às 24 semanas em caso de risco para a saúde física ou mental da mulher ou de crianças do agregado, tendo em consideração as condições de vida da mulher. Igualmente em casos de malformação do feto.

É necessário o atestado de dois médicos, salvo em caso de urgência. Não é necessária autorização parental para as menores mas no geral os profissionais de saúde pedem-na quando a jovem tem menos de 15 anos. O aborto é gratuito.

(O facto de também aqui haver objecção de consciência leva a que apenas 50% dos abortos sejam feitos na rede pública. 25% dos abortos praticados são-no sobre mulheres vindas do estrangeiro - principalmente Irlanda e Irlanda do Norte, onde o aborto é ilegal, apenas podendo ser praticado quando há perigo de vida para a mãe.)

**Finlândia** O aborto pode ser praticado por razões de saúde ou económicas nas primeiras 12 semanas a pedido da mulher e depois de uma consulta.

## De Roma com solidariedade

As camaradas do Forum Nacional da Mulher do Partido da Refundação Comunista, reunidas em Assembleia Nacional no dia 21 de Junho, em Roma, discutiram, no âmbito do debate dos seus problemas específicos, o próximo referendo que terá lugar em Portugal no próximo dia 28 de Junho.

Desejamos exprimir a nossa solidariedade com a luta protagonizada pelas mulheres, e não apenas as do PCP, pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

Para Portugal, o próximo dia 28 de Junho é uma importante etapa no caminho da libertação da mulher se, como esperamos, a despenalização passar, apesar dos entraves parlamentares e da violenta intervenção eclesial.

Vencer esta batalha é também para nós, mulheres italianas, um novo passo no reconhecimento dos nossos direitos essenciais enquanto mulheres e indivíduos livres.

Reiteramos, a partir da «atolicíssima» cidade de Roma, a nossa solidariedade e o nosso apoio à luta do «Sim» pelo direito a decidir, convictas, tal como vós, de que a democracia é feita de tolerância.

Forum Nacional das Mulheres do PCP

Roma, 21 de Junho de 1998.

■ Margarida Folque

mulheres podem ir pedir a IVG e onde, normalmente, existe assistência psicológica obrigatória. É que, mesmo durante a campanha a favor do aborto, uma das coisas em que as mulheres sempre batalharam era no grande trauma psicológico que aquele representava para a mulher. Exigiam, portanto, que, ao lado do médico, houvesse sempre uma assistência psicológica.

E só depois de ser vista pelo médico e de passar obrigatoriamente pelo psicólogo é que a mulher pode inscrever-se para fazer uma IVG, num prazo que não deverá ultrapassar uma semana.

Se ao fim desses cinco dias a mulher continuar decidida, os médicos não podem negar o aborto. Mesmo que a mulher não tenha 18 anos. E mesmo que os pais se manifestem em sentido contrário.

Verificou-se, depois disso, o aumento do número de IVGs?

Ao fim de 20 anos podemos festejar várias coisas. Entre elas, o facto de as mulheres já não morrerem por fazer abortos, como acontecia, e a redução significativa do número de abortos realizados (menos 35 por cento desde 1982).

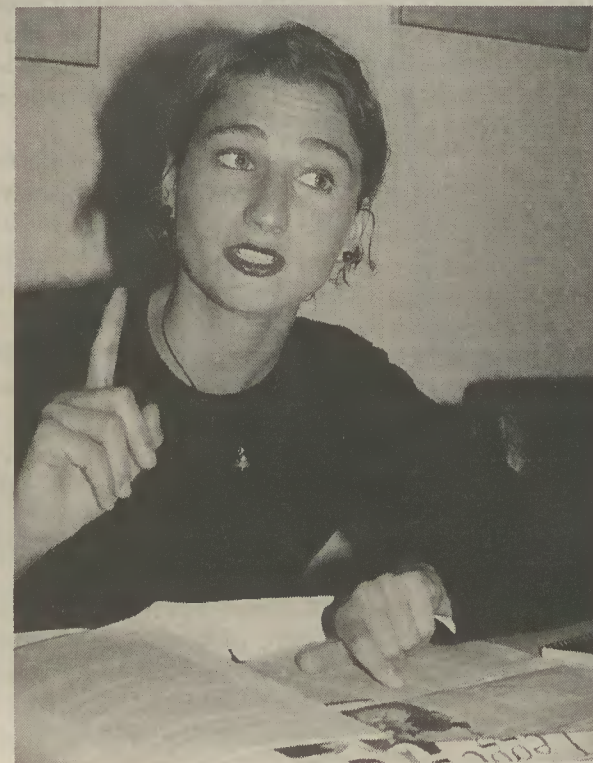
Isto passa-se porque a lei do aborto não surgiu sozinha. Houve toda uma campanha de informação à volta disso, o que - pensamos - é o primeiro passo para as pessoas não fazerem do aborto um método contraceptivo. Entretanto, das IVGs que ainda ocorrem - maioritariamente a mulheres entre os 25 e os 29 anos -, mais de 70% é por falha da pílula e dos contraceptivos.

Contraceptivos que, além do mais, não são compartilhados?...

Não são. Ou antes, nos «consultórios» os médicos de família passam receitas para a pílula que é compartilhada com uma quantia bastante significativa, mas o grande drama, neste momento, é que os preservativos não são compartilhados e são muito caros em Itália. É por isso que o Partido da Refundação Comunista e os movimentos alargados de mulheres lutam neste momento para que haja preservativos gratuitos nas escolas.

O aborto clandestino desapareceu?

Praticamente o aborto clandestino só existe entre as mulheres imi-





■ **DOMINGOS ABRANTES**

Membro  
da Comissão  
Política

# Alternativa democrática — questão central da vida política nacional

**A** SOCIEDADE portuguesa está confrontada com enormes desafios que têm a ver com os destinos do país, o futuro das jovens gerações e o papel de Portugal no mundo.

As proclamações sobre os progressos de Portugal e o orgulho pelas realizações nacionais, não podem escamotear o avolumar de apreensões, à medida que Portugal se torna cada vez mais dependente em aspectos essenciais ao seu desenvolvimento e se alarga o fosso entre os níveis de desenvolvimento de Portugal e os países mais desenvolvidos. A polarização social é uma realidade indelével e simultaneamente definidora da natureza de classe da política governamental.

Se se analisa a evolução da vida política nacional, não na base de ideias feitas ou na base de factores de diversão ou conjunturais, mas na base da arrumação das forças em presença, da natureza concreta da política que defendem e praticam, dos interesses de classe que servem - ao fim e ao cabo as alavancas reais que determinam o conteúdo e o sentido das orientações e decisões políticas - forçoso é concluir que a derrota da direita e o afastamento do PSD do poder não significaram a derrota da política de direita e uma alteração substantiva no rumo da vida política nacional.

Com a chegada do PS ao poder tornou-se mais claro que no país funciona, há vários anos, um bloco político central, formalizado ou não em função das circunstâncias e da correlação de forças entre as suas componentes, que assegura a continuidade da mesma política, uma política de direita apostada na revisão e liquidação das transformações socio-económicas de Abril e na restauração do poder dos grandes grupos económicos e financeiros.

Estas conclusões, por tão evidentes, são hoje facilmente partilhadas, nos seus aspectos essenciais, por diferentes sectores de esquerda e democráticos, ainda que possam divergir (e divergem) quanto às causas e às soluções.

É característico da situação actual o multiplicar de vozes que protestam contra a fúria privatizadora do PS e se manifestam desiludidas com o rumo direitista do PS, embora para alguns as desilusões sejam apenas o preço de terem, em nome de opções ditas pragmáticas, realistas, votado na esquerda possível, no mal menor.

Aquando do XV Congresso (Dezembro de 1996) o PCP procedeu a uma aprofundada análise, do principal problema da vida política nacional, como alcançar a necessária e inadiável alternativa democrática tendo-se então concluído que esta seria complexa, difícil e demorada.

A resolução do XV Congresso, nesta matéria, visava armar os comunistas portugueses e os trabalhadores para a compreensão do percurso difícil a percorrer, tendo em conta não os desejos e necessidades subjectivas, mas a análise do quadro criado pela profundidade do longo processo contra-revolucionário, do domínio crescente do grande capital, dos constrangimentos à política macro-económica e social impostos pelo rumo da integração europeia e sobretudo na análise da arrumação das forças políticas em presença, em que a evolução do PS no sentido de se afirmar como gestor dos negócios do Estado a favor das classes dominantes e do imperialismo, se apresentava como o factor essencial.

Quase três anos de Governo PS não desmentem, antes confirmam as piores previsões quanto à evolução do PS e ao rumo da vida política nacional.

A actual direcção do PS optou clara e inequivocamente por se afirmar, em concorrência com o PSD, como a expressão política da base social que dá suporte ao bloco central. Esta linha "centrista" do PS, é hoje teorizada por alguns dirigentes como indispensável à estabilidade governativa, em consonância aliás, com as tendências ditas modernas (e que nós dizemos direitistas) da Internacional Socialista, tendências que são facilitadas pelas derrotas sofridas pelos movimentos operário e progressista.

A perspectiva de uma verdadeira alternativa democrática, não pode deixar de colocar no centro da discussão a questão da evolução do PS e do seu posicionamento face ao campo democrático e de esquerda.

O que tem afastado o PS do campo da alternativa democrática à política de direita e nomeadamente do entendimento entre comunistas e socialistas, não é a questão das liberdades, da democracia, das funções reguladoras do mercado ou da dita estratégia do PCP para empurrar o PS para a direita, como perversamente

pretendem alguns dos seus dirigentes, para resolverem problemas de má consciência, é o facto de o PS ter privilegiado e continuar a privilegiar as alianças e os entendimentos à direita, alianças que

faz, não por uma questão de perversão de valores, mas por opções concretas no plano político, social e ideológico. Tudo o mais é pura retórica.

Dirigentes do PS há que gostam de definir o seu Partido para além de socialista e de esquerda, igualmente de pluralista, interclassista, moderno e realista, conceitos cada vez mais desprovidos de conteúdo real e que servem ao fim ao cabo para cobrir uma política sem valores éticos e toda a traficância de princípios.

Naturalmente que não se ignora o carácter heterogéneo do PS, nem que nele coexistem pessoas e tendências de esquerda, de direita, social-cristã e trãsfigas de vários matizes que mandaram às urtigas princípios e valores éticos.

Não se ignora o peso crescente no PS, de sectores da igreja ligados ao mundo dos negócios e do próprio mundo dos negócios. Não se ignora igualmente haver no PS quem deseje que o rumo do seu Partido seja diferente e que estas tendências e forças por vezes se manifestam de forma contraditória e que lutam entre si, mas tudo isso não passa de manifestações superficiais da realidade mais profunda que é o PS.

O que determina a natureza real de um Partido não é a retórica dos dirigentes, não são as vozes isoladas é a sua política concreta, são os interesses de classe que essa política serve, e deste ponto de vista, o PS, em rigor é cada vez mais nitidamente um partido de orientação liberal, onde nem o velho objectivo social-democrata de conciliar democracia, socialismo e capitalismo, já se descortina.

É preciso estar cego e surdo para não perceber o ardor fundamentalista com que dirigentes e governantes do PS defendem e executam o credo neoliberal.

Contrapondo a intervenção do Estado, ao mercado regulador, o que dizem ser a ineficácia do sector público, à eficiência do privado, o PS lançou-se na mais despidorada ofensiva privatizadora, quer do sector público empresarial, quer das funções do Estado, nomeadamente no plano social, incrementando os monopólios privados em nome do combate aos monopólios públicos.

A teoria de uma sociedade pretensamente auto-regulada pelo mercado mais não é do que o alibi dos neoliberais para cobrir uma crescente intervenção do Estado no sentido de afastar constrangimentos à livre circulação do capital, para esbulho dos bens públicos, para a intensificação da exploração, para a utilização do Orçamento de Estado como instrumento de redistribuição da mais-valia a favor do capital e para acelerar a acumulação e centralização do capital.

Com as privatizações o que se tem alterado não é só o poder e o controlo dos meios de produção e de alavancas económicas fundamentais, são sobretudo os beneficiários da criação de riqueza.

Fundamentalista da competitividade, convencido que o que é bom para o grande patronato, é bom para os trabalhadores, o PS é o grande responsável pela desregulamentação das relações laborais e por graves ataques à legislação laboral.

A deificação de um mercado eficiente e regulador natural dos processos económicos e sociais, a par igualmente da deificação da globalização serve às mil maravilhas aos socialistas para, por um lado, fugir à análise da natureza do capital e aos mecanismos de exploração, para justificarem as dificuldades e as crises económicas como fenómenos naturais e inevitáveis e, por outro lado para justificar a desregulamentação e precarização das relações laborais e sociais, para a baixa dos custos salariais, impostos activamente pela intervenção de um Estado pretensamente desintervencionista.

O mesmo se verifica na defesa das chamadas reformas estruturais (da saúde, da educação, e da segurança social), eufemismos

com que se procura cobrir a transferência das funções sociais do Estado para o grande capital. Se tudo isto não é neoliberalismo, então o que é?

A vinculação de dirigentes socialistas a grandes grupos financeiros e a sua dança entre cargos do Estado e nesses grupos (caso típico do capitalismo monopolista do Estado), tem causado alguma perplexidade em sectores democráticos e de esquerda, embora se trate apenas da expressão de uma questão bem mais vasta e que é determinante para o posicionamento político do PS. A isto há que juntar os milhares de "jobs for the boys", traduzindo o assalto aos tachos do Estado em edição revista e aumentada em comparação com anteriores passagens do PS pelo poder, e o envolvimento de elementos com elevadas responsabilidades partidárias em negócios pouco transparentes.

Uma vista de olhos pelo conjunto dos dirigentes e participantes nas instituições mostra que aí predominam os representantes da média alta e mesmo da grande burguesia e uma "classe" dita técnico-profissional vinculada às privatizações, aos tachos do Estado, aos cargos europeus, a multinacionais e grupos financeiros, uma "classe" cujos interesses se vinculam estreitamente aos das classes dominantes.

Da pretensão a tornar-se a "casa comum da esquerda" (sem o PCP obviamente), o PS tornou-se a casa comum dos grandes capitalistas, de sectores da Igreja, do braço espiritual do grande capital que dá pelo nome de Opus-Dei e de toda uma legião de gente que se alimenta à mesa do banquete pago pelo Orçamento do Estado.

Nestas circunstâncias, as suas opções políticas estão em consonância com esta realidade, como o está o facto de o PS se ter tornado essencialmente uma máquina eleitoral com vista a assegurar a gestão do Estado a favor destas classes e das vastas clientelas.

A luta pela alternativa democrática é uma questão estratégica central na actividade do PCP. O facto de a considerarmos complexa, difícil e demorada, não significa que a vejamos relegada para as calendas gregas. As políticas neoliberais não são inevitáveis e muito menos são o fim último do desenvolvimento social.

A política de direita, de polarização social, fere os interesses de largos sectores sociais não ligados ao grande capital.

A arrumação das forças políticas não depende apenas da vontade de tais ou tais dirigentes, depende também do nível das contradições económicas, sociais e políticas e depende sobretudo da amplitude da acção de massas contra a política de direita e da possibilidade de se criar uma ampla base social de que dê suporte a soluções políticas correspondentes.

No PS há gente que não se revê nas orientações neoliberais. Multiplicam-se e ampliam-se as vozes que reclamam outro rumo para a vida nacional. Parte significativa da base eleitoral do PS, a manter-se esta política, acabará por entrar em rota de colisão, com a política governamental.

De qualquer modo para que se abra caminho a uma alternativa democrática, torna-se indispensável a definição e opção de políticas que lhe dêem suporte, que se intensifique e desenvolva a acção das massas populares e em particular dos trabalhadores, exige uma postura ofensiva de denúncia das políticas neoliberais e contra as tentativas de, em nome das "novas realidades", tornar a ideologia do neoliberalismo aceite pelas massas.

A alternativa democrática exige que o PCP seja capaz de aglutinar e dinamizar o pólo de quantos à esquerda reclamam outro rumo para a vida política nacional, o que integra também a busca de consensos ou entendimentos concretos com os socialistas, que efectivamente queiram uma nova política, o que não é contraditório, antes pressupõe a crítica e combate à política e alianças do PS com a direita.

A alternativa democrática exigirá, como factor incontornável, o reforço orgânico, político e eleitoral do PCP, reforço que se alcançará superando atrasos e deficiências, prosseguindo firmemente o trabalho de ligação aos trabalhadores, de maior intervenção política, de afirmação do seu património e identidade.

**“Da pretensão a tornar-se a “casa comum da esquerda” (sem o PCP obviamente), o PS tornou-se a casa comum dos grandes capitalistas, e de gente que se alimenta à mesa do banquete pago pelo Orçamento do Estado.”**



## Conselho da Europa

## Por um espaço de cooperação da esquerda

O Conselho da Europa, criado em 1949, tem sido apontado, muitas vezes, como, no essencial e numa primeira fase após a sua constituição, um instrumento e um produto da "guerra-fria" surgida após a 2ª Guerra Mundial, contra os então Estados comunistas de Leste e, hoje, como um espaço que procurando o seu lugar na multiplicidade de instituições europeias existentes cumpre, entretanto, uma função enquadradora e de apoio à consolidação dos processos de reconstrução do sistema capitalista e do respectivo pensamento ideológico nos Estados de Leste onde fracassaram as experiências de construção do socialismo.

Se o que fica dito é verdade tal, contudo, corresponde a uma visão excessivamente simplista e redutora da realidade.

Após a 2ª Guerra Mundial, reunidos em Congresso, em Haia, em Maio de 1948, vários movimentos europeus lançaram a ideia de uma Europa supra-nacional, de uma instituição onde os inimigos

República) e das reticências do Reino Unido nasceu o Conselho da Europa como uma instituição-espaço intergovernamental e interparlamentar de protecção dos direitos do Homem, de defesa da liberdade, da democracia, da paz e de cooperação entre os Estados, onde os países se podem encontrar para "examinar qualquer questão europeia".

Desta concepção resultou que, enquanto ditaduras, Portugal, a Espanha e a Grécia (esta durante a ditadura dos "coronéis") não tivessem acesso ao Conselho da Europa. Como é sabido Portugal só aderiu ao Conselho da Europa em 1976, após a revolução do 25 de Abril.

Mas esta concepção serviu também para, desde o início, o que deveria ser um espaço de cooperação e de tolerância tivesse sido também um espaço de exclusão e de combate ideológico contra os Estados comunistas do Leste da Europa, de ideais marxistas, onde era outro o con-

Noruega, Reino Unido e Suécia a que se juntaram, logo a seguir, a Grécia, a Turquia e, em 1951, a Alemanha, como membros de pleno direito. Tendo nos seus estatutos também as figuras de Estados observadores e a de convidados especiais (nelas se incluem países como os Estados Unidos, o Canadá ou Israel) a estrutura do Conselho da Europa assenta em Comitês de Ministros, numa Assembleia Parlamentar, de carácter consultivo, constituída por deputados eleitos pelos parlamentos dos respectivos países e em instâncias jurisdicionais como o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Após a sua criação o Conselho da Europa hibernou durante muitos anos só tendo ganho novo fôlego com a derrocada das experiências socialistas a Leste. A partir dos finais dos anos 80 o Conselho da Europa chamou a si a adesão dos países de Leste e a partir de então tem funcionado, em grande medida, como um grande fórum de pressão (e até de ingerência) sobre aqueles Países e os respectivos povos com vista a consolidar o processo de destruição das experiências socialistas e a sua substituição pelo modo de produção capitalista. Ingerência que, por vezes, se tem alargado inclusivamente ao apoio ou ao impulso a movimentos desagregadores da unidade e das fronteiras daqueles países (como é o caso da Yugos-

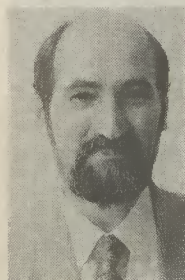
pela primeira vez, romper esse véu. Como se condena e se ameaça com a expulsão a Ucrânia porque mantém a pena de morte no seu território mas nada é dito em relação aos Estados Unidos que, como é sabido, têm na pena de morte um dos seus instrumentos legais de repressão contra o crime.

Contudo, a actividade do Conselho da Europa não se esgota aqui. Funcionando hoje como uma espécie de "ONU da Europa" muitos outros temas e perspectivas, incluindo de esquerda, têm sido alvo de relatórios, debates, resoluções. A defesa das liberdades fundamentais, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Carta Social Europeia, a Carta do Poder Local e Regional são expressões positivas da actividade do Conselho da Europa. Ainda recentemente, e por iniciativa do PCP, foi possível fazer aprovar uma resolução de condenação da Lei Helms-Burton e do bloqueio a Cuba. Por outro lado, como grande espaço de debate e reflexão os seus relatórios e resoluções são procurados, constituem fonte de informação e de formação de opinião.

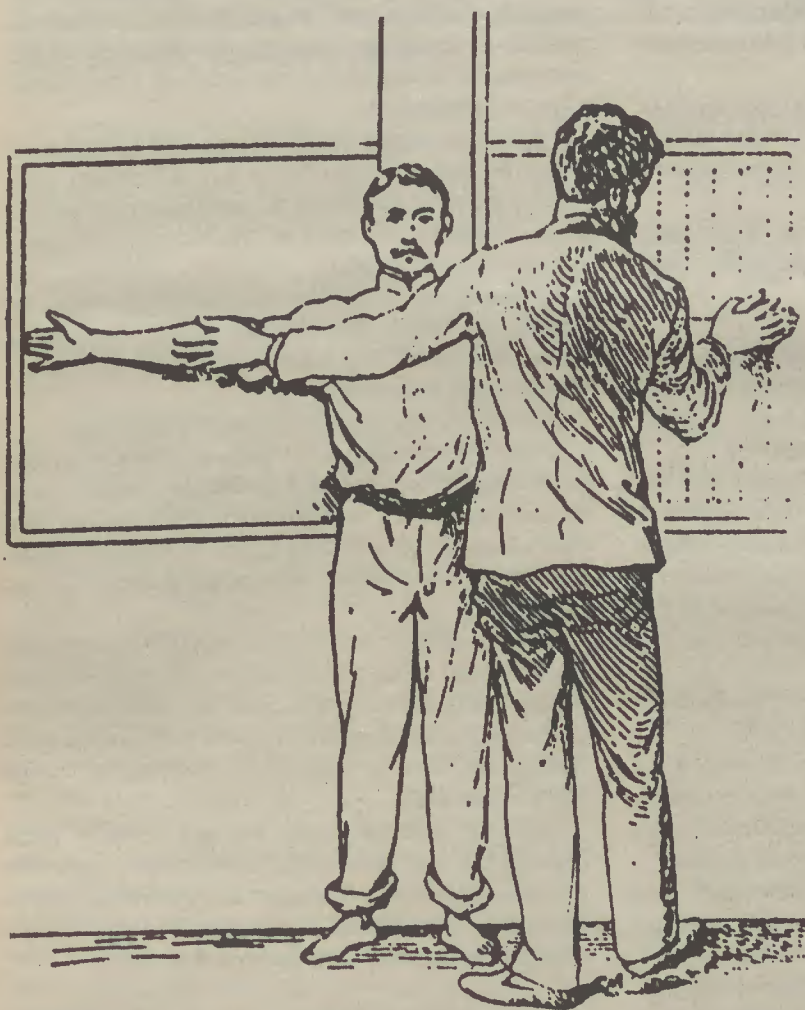
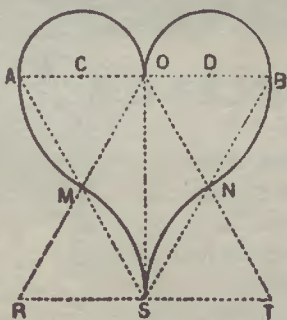
Como importante é o facto de aí também ser possível estabelecer um espaço de cooperação entre as várias "famílias" políticas, o único espaço que junta Partidos e Grupos políticos das partes ocidental e oriental da Europa.

É neste contexto que o PCP participa no Grupo para a Esquerda Unitária Europeia (que o Secretário-Geral do PCP chegou a presidir na sua passagem por Estrasburgo) que é constituído, hoje, por 38 membros de 14 Países e de 22 Partidos Comunistas e de Esquerda: a Aliança de Esquerda da Finlândia; o Partido Comunista, o Partido do Poder do Povo e o Grupo Agrário, todos da Rússia; o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido dos Camponeses e os Grupos Unidade e Independente da Ucrânia; a Refundação Comunista, de Itália; o Partido da Acção Social da Moldova; o Partido Progressista do Povo Trabalhador, de Chipre; o Partido Socialista Popular e a Aliança Vermelho-Verde, ambos da Dinamarca; o Partido Comunista Francês; o Partido Comunista da Boémia-Morávia; o Partido Comunista e a Coligação da Esquerda e do Progresso, ambos da Grécia; o Partido da Esquerda Socialista da Noruega; a Esquerda Unida de Espanha, o Partido Comunista da Arménia e, evidentemente, o Partido Comunista Português.

Quando a mundialização do sistema capitalista impõe, cada vez mais, o reforço da cooperação internacional à esquerda e o encontro e a elaboração de pontos de vista comuns e de plataformas concretas de actuação em defesa de uma visão de progresso e de esquerda para a sociedade contemporânea, o Grupo para a Esquerda Unitária Europeia do Conselho da Europa (tal como o Grupo homónimo do Parlamento Europeu) pode e deve ser elegido como um importante espaço que potencia essa possibilidade de cooperação, de encontro e de actuação concertada no plano internacional.



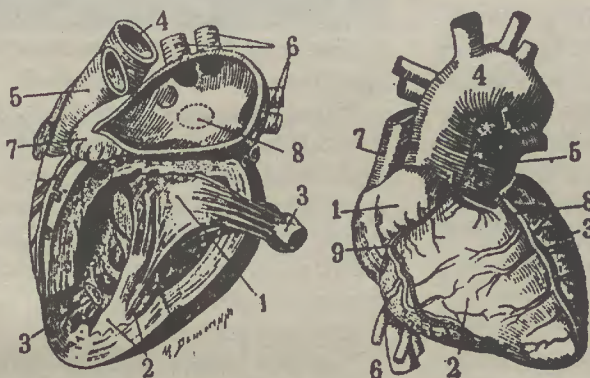
■ Lino de Carvalho



da véspera se pudessem encontrar e reconciliar. Marcada pelos dramas e os crimes nazis da guerra esta foi, obviamente uma ideia que teria de encontrar um largo eco na opinião pública, depois, aliás de um célebre discurso no mesmo sentido feito em 1946, em Zurique por Winston Churchill. Do entusiasmo da França (ainda não se tinha chegado à 5ª

de combate ideológico contra o socialismo nascente ou em desenvolvimento.

É, pois, com este enquadramento que, em 5 de Maio de 1949, é assinado o Tratado de Londres, constituinte do Conselho da Europa e subscrito inicialmente por 10 Estados: Bélgica, Dinamarca, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda,



ceito de democracia real.

Assim, se por um lado o Conselho da Europa contribuiu de algum modo para o isolamento da ditadura fascista de Portugal e da Espanha (embora os democratas portugueses pouco apoio tenham sentido no seu combate pela liberdade) também foi, por outro lado, um terreno

de reconstrução de um novo mapa europeu onde os grandes interesses estratégicos e económicos como os da Alemanha se possam expandir mas onde simultaneamente seja mais difícil qualquer vontade de reagrupamento dos antigos Estados socialistas.

Dos 10 países signatários do Tratado de Londres o Conselho da Europa é constituído, hoje, por 44 países.

Suportado actualmente numa maioria de ideais conservadores o Conselho da Europa está prenhe de contradições. Um exemplo, a Turquia. É sabido como na Turquia os direitos humanos são sistematicamente violados. Como os comunistas são perseguidos. Como o povo kurdo é brutalmente reprimido. Contudo, nunca a Turquia foi alvo de censura no Conselho da Europa; aí mantém o seu lugar por razões estratégicas e o debate em plenário daqueles temas tem sido permanentemente impedido pela maioria de direita e conservadora que domina o hemiciclo em Estrasburgo. Talvez na sessão da presente semana seja possível,



# Bento de Jesus Caraça o homem e o seu tempo

No âmbito das diversas iniciativas que têm vindo a evocar a memória, a praxis e o património intelectual de Bento de Jesus Caraça, Álvaro Cunhal proferiu uma Conferência, no passado dia 16 de Junho, no auditório da CGTP-IN, cujo texto a seguir se transcreve.

Antes de mais algumas palavras sobre Bento de Jesus Caraça, cuja obra "A cultura integral do indivíduo - Problema central do nosso tempo" foi o título e o centro de numerosos colóquios e debates promovidos pela CGTP-IN.

Muito citado o "humanismo" como ideia chave do pensamento de Bento Caraça. Muito citadas expressões como a "alma colectiva" da "humanidade" significando "de todos os seus membros".

Muito citadas também palavras relativas ao "indivíduo" e ao objectivo de "forjar personalidades integrais", donde o papel atribuído ao ensino e à moral.

Uma interpretação apressada destas palavras e ideias faz correr o risco de não acompanhar o sentido que elas têm no pensamento de Bento Caraça.

Voltado para a solução dos problemas da humanidade, o "humanismo" e a "realização integral do homem", no pensamento de B. Caraça, são entendidos - é ele que esclarece - não "só através do próprio homem como ser individual", mas através da "integração do indivíduo no grupo e conseguinte participação na sua luta" que (também nas palavras de B. Caraça), longe de significar uma mutilação do homem, representa uma exaltação, a única via de realização dos fins humanos na terra" (Humanismo e Humanidade", in *O Diabo*, 29.6.40).

Coerente com esta concepção, se afirmou na vida B.J. Caraça.

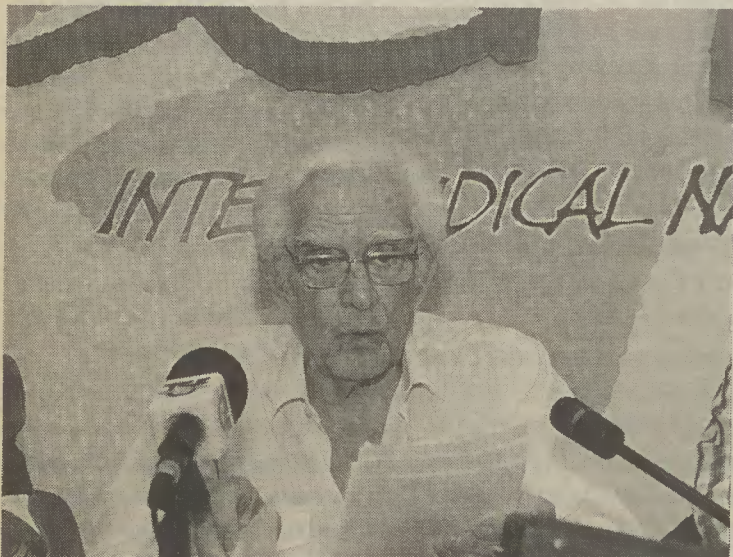
No Partido Comunista Português por opção política. Transmissor a intelectuais e jovens do valor, importância mundial e papel na luta contra o fascismo, da construção do socialismo na União Soviética. Solidário com a luta da classe operária. Activista dinamizador de grandes movimentos unitários da democracia na luta pela liberdade (MUNAF, MUD) e de movimentos contra a guerra para a qual Hitler arrastava o mundo (Movimento Amsterdão-Pleyel).

Do "humanismo" e das concepções de B. Caraça relativas à "cultura integral do indivíduo" não se podem tirar ilações aplicáveis ao mundo actual num sentido coincidente ou convergente com ideias avançada por ideólogos do capitalismo.

Ou seja: ideias segundo as quais, fracassado e derrotado o projecto de construção de uma sociedade socialista, a "globalização" em curso da economia mundial tornaria uma necessidade objectiva e uma inevitabilidade, o acordo em soluções "globais" de todos os seres humanos, de todas as classes sociais, de todos os cidadãos.

\*

Têm sido recordadas as palavras de B. Caraça relativas à "necessidade de analisarmos o nosso tempo e actuar como homens dele".



Analisemos pois o nosso tempo como homens dele. Procedamos a uma reflexão sobre problemas centrais do mundo em que vivemos neste findar do século XX.

Problemas que, de uma ou outra forma, estiveram presentes nos debates em torno da "cultura integral do indivíduo" de B. Caraça.

Tratando-se de debates promovidos pela CGTP, tomemos, como primeiro tema de reflexão, as novas formas de exploração dos trabalhadores:



## - Conferência de Álvaro Cunhal na CGTP-IN

- a recusa do patronato à contratação colectiva;
- a liquidação do direito ao emprego;
- a precarização generalizada;
- a redução radical dos postos de trabalho;
- os despedimentos arbitrários;
- o descartar das obrigações do Estado no que respeita à segurança social.

Trata-se, não apenas de um agravamento da situação, mas da liquidação "global" de direitos alcançados pelo movimento operário ao longo de mais de um século.

Trata-se de questões de interesse vital para a classe operária e todos os trabalhadores, que, com a CGTP, têm travado e estão travando importantes lutas, forçando com elas o patronato a recuos em tal ou tal aspecto das condições laborais.

Poder-se-ão porém anular essas novas formas de exploração quando são os grandes grupos económicos que detém o poder económico e o poder político?

Seria ilusão pensá-lo.

Essas novas formas de exploração são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e ao domínio de gigantescas transnacionais nas condições da revoluções tecnológicas que obrigam à reestruturação dos processos produtivos.

Como há muito tem sido sublinhado, as revoluções técnicas e tecnológicas em si não são um mal. Elas possibilitam um impetuoso desenvolvimento das forças produtivas, criando condições materiais para o melhoramento radical das condições de vida dos povos e a solução dos flagelos da fome e da miséria.

O que está em causa é o próprio sistema capitalista, o colossal poder do grande capital.

Os direitos dos trabalhadores, a vertente social do desenvolvimento, só podem ser garantidos numa sociedade libertada do domínio dos grandes grupos económicos, numa sociedade socialista.

Esta reflexão não limita de forma alguma a luta concreta, imediata, a curto e a médio prazo, em defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

É porém uma reflexão indispensável numa perspectiva mais larga da evolução nacional e mundial e das transformações que se colocam ao "ser humano em grupo", na expressão e conceito de B. Caraça.

\*

### Segundo tema de reflexão:

Confiando na actual correlação de forças, que lhe é favorável, o capitalismo procura criar, na vida de cada país e na vida internacional, situações dificilmente reversíveis.

Não só vencendo, mas liquidando todas as forças que se lhe oponham.

No que respeita às forças políticas e sindicais, amarrá-las a uma aceitação institucional de compromissos através dos quais aceitem a liquidação de direitos fundamentais dos trabalhadores.

Procura, por outro lado, levá-las a aceitar serem co-gestoras, em termos de capitulação e subserviência, do poder do grande capital.

A nível nacional, a liquidação da contratação colectiva e sua pretendida substituição pela "concertação social" como sistema triangular de negociação concebida organicamente de forma a conduzir a decisões tomadas por dois (patronato e seu governo) contra um (trabalhadores).

É significativa a assinatura de acordos a nível nacional ou de empresa por uma organização sindical não suficientemente representativa, e a publicação ulterior de "portarias de extensão" tornando obrigatórias para todos os trabalhadores as condições assim ilicitamente acordadas.

A conhecida proposta de lei visando a substituição forçada das Comissões de Trabalhadores das empresas por "Comissões de Concertação Social", com a mesma configuração triangular, é particularmente esclarecedora.

A ofensiva do capitalismo vai porém ainda mais longe.

Procura impor em vários países "pactos de regime" e na União Europeia o já célebre "Pacto de Estabilidade", "pactos" através dos quais tenta impor a co-responsabilização de partidos e sindicatos no domínio do grande capital e da imposição por este das novas formas de exploração e de liquidação de direitos dos trabalhadores.

Firme e corajosa tem sido a atitude da CGTP nas negociações com o patronato, na luta pela contratação colectiva, contra imposições arbitrárias de "concertação social", pelo exercício do direito de organização nas empresas, contra proibições ilegais e repressão fascizante, pelos direitos de greve e de manifestação hoje postos em causa.

Também recusando subscrever "pactos de regime" e "pactos de estabilidade" que representariam desistir da luta por interesses e direitos fundamentais e ficar amarrada de pés e mãos, comprometida e co-responsabilizada nas novas formas de exploração que o capitalismo quer impor neste findar do século XX.

\*

### Terceiro tema de reflexão:

As profundas mudanças que, com o desenvolvimento do capitalismo e as novas tecnologias, se verificam na composição da classe operária e dos trabalhadores assalariados.

O debate a este respeito vem de há mais de meio século, mas adquire urgência de novas análises devido à vertigem da aplicação aos processos produtivos e a todos os sectores fundamentais da vida social, das conquistas da ciência e de novas e revolucionárias tecnologias, nomeadamente a informática.

Duas ideias fundamentais nos parece necessário estarem presentes no exame deste problema.



## EM FOCO



Bento de Jesus Caraça

A primeira é que, ao longo dos anos, as revoluções e progressos técnicos e tecnológicos exigiram sempre de sectores do operariado nova preparação e novos conhecimentos. Para certas profissões, há cinquenta anos escolas e institutos industriais, hoje escolas superiores.

A segunda ideia: que o valor da força de trabalho é um valor histórico, e que o capitalista, detentor dos meios de produção, necessita de garantir a produção e reprodução da força de trabalho.

O salário tem necessariamente de compreender, directa ou indirectamente, a formação e preparação profissional.

Impõe-se aprofundar o estudo das transformações que se estão a operar a este respeito na sociedade.

Há atrasos. E também precipitações.

Apressadas são conclusões, desde já proclamadas por alguns, sobre um suposto desaparecimento da classe operária, sobre uma consideração dos chamados "quadros técnicos" como intelectuais.

Os intelectuais portugueses têm representado ao longo dos anos e continuam a representar uma força social de que Portugal se orgulha, não apenas uma força da cultura, da ciência, das artes, do pensamento, mas uma força social de combate pela liberdade, a democracia, o progresso social, a independência nacional, e a superação do capitalismo por uma sociedade nova, libertada da exploração e opressão.

Grande força social em movimento, com a classe operária e as massas trabalhadoras, cujo património de luta, experiência de classe, organização, luta e pensamento constituem um valor insubstituível para assegurar o futuro.

\*

**Quarto tema de reflexão: o conceito e o significado de "globalização".**

"Globalização" é um conceito correspondente ao actual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Num ritmo crescente, a internacionalização dos processos produtivos, a divisão internacional do trabalho, a criação de zonas de integração económica, a mobilidade de capitais e mercadorias, conduziram ao avassalador domínio da economia mundial por gigantes grupos transnacionais numa tendência

objectiva para o estabelecimento universal e "global" do capitalismo.

"Globalização" é porém mais do que isso.

É a definição teorizante da ofensiva "global" desencadeada para tentar impor, institucionalizar e estabilizar o sistema capitalista, não apenas como o poder económico, mas como senhor do poder político em todo o planeta.

A "Associação Mundial de Investimentos" (AMI), projectada e em estudo pelos Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Inglaterra, seria como que uma carta constitucional universal do domínio directo, absoluto e ditatorial dos potentados económicos e financeiros.

Contido o imperialismo durante meio século pela União Soviética, pelo sistema socialista e pelas vitórias da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, a desagregação da União Soviética e outras derrotas do movimento comunista abriram caminho a tal ofensiva.

Conduzindo uma feroz política de classe, o imperialismo utiliza todos os meios e recursos nesta ofensiva, incluindo os mais vis e atentatórios da humanidade.

Afoga economicamente países que quer subjugar através de sanções e bloqueios decretados unilateralmente ou pela ONU que domina, da intervenção do FMI, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio.

Utiliza a economia, a diplomacia e as armas.

Intervém militarmente noutros países. Demite governos e impõe governos. Impõe ditaduras em nome da democracia. Desencadeia guerras locais e acções de terrorismo de Estado. Organiza provocações, atentados e assassinatos. Ameaça e intimida com a monstruosa e exibida supremacia militar da NATO, incluindo as armas atómicas.

E, julgando-se certo da vitória, declara que "o comunismo morreu", proclama-se um sistema sem alternativa, um sistema definitivo, universal e final, e, coerente com tal conclusão, anuncia "o fim das ideologias" e "o pensamento único" - na realidade novas expressões da ideologia e do pensamento do capitalismo.

O capitalismo ilude-se porém a si próprio, ao negar a evidência das suas próprias contradições que visivelmente se agudizam e a permanente e universal luta de classes.

A consciência exacta pelos trabalhadores e pelos povos dos perigos desta ofensiva e das potencialidades e possibilidades da luta contra ela é condição indispensável para impedir que se concretizem os seus objectivos.

\*

**Quinto tema de reflexão (no desenvolvimento do anterior):**

**Quais são as forças que no mundo se opõem a este plano de dominação universal, forças cuja liquidação, por esse facto, é um objectivo da actual ofensiva "global" do capitalismo?**

São nomeadamente:

- Estados nos quais partidos comunistas no poder, embora por caminhos diferentes, insistem em definir como seu objectivo a construção de uma sociedade socialista;

- partidos e movimentos anti-imperialistas, nomeadamente partidos comunistas e outras forças independentes dos interesses, da ideologia e da política do capitalismo;

- forças patrióticas que, no governo ou não, defendem os direitos, a independência e a soberania dos seus povos e nações contra imposições e intervenções do imperialismo;

- movimentos sindicais que recusem capitular e insistam em assumir posições de classe na defesa dos interesses e direitos da classe operária e de todos os trabalhadores.

Contra estas forças, com reais potencialidades de desenvolvimento, o capitalismo, na sua ofensiva, utiliza todos os meios, incluindo o tentar miná-las por dentro e levá-las a transformar-se, a capitular, a desaparecer ou a integrar submissas a ordem capitalista, como seu instrumento.

O capitalismo ilude-se porém a si próprio.

O que os seus ideólogos anunciam - o capitalismo sistema único e final, senhor do mundo pacificado, estabilizado, sem luta de classes, o capitalismo portador do "pensamento único" - um tal capitalismo pode considerar-se como a utopia de um sistema que, incapaz de resolver os problemas da humanidade e roído por contradições, está historicamente condenado.

O que espera o capitalismo não é a harmonia das classes, uma humanidade pacificada e submissa à exploração, às desigualdades e injustiças sociais, à opressão e repressão, mas, nas palavras de B. Caraça, "o despertar da alma colectiva das massas", o inevitável fluxo da luta dos trabalhadores e dos povos, a reactivação de partidos comunistas e outros partidos revolucionários, novas revoluções socialistas e nacional-libertadoras.

É inserindo o seu pensamento e acção nesta dinâmica de intervenção que, nas palavras de B. Caraça, o indivíduo "integrado no grupo e participando na sua luta" contribui para a "realização dos fins humanos na terra"

\*

Agradeço à CGTP estar aqui convosco reflectindo sobre questões as quais se liga qualquer resposta às justas perguntas e inquietações: "para onde vai Portugal?", "para onde vai o mundo?"

A CGTP é uma notável realização da classe operária e dos trabalhadores portugueses em geral e seu justo motivo de orgulho como organização de classe, independente, unitária e democrática.



Força sem paralelo na defesa firme, corajosa e determinada dos interesses e direitos dos trabalhadores.

Força da liberdade e da democracia.

Força da nação portuguesa e da sua independência, solidária também para com os trabalhadores e os povos dos outros países.

Uma saudação fraternal à CGTP e a firme confiança no seu futuro.



## Caravana para Vigo

■ J.J. Louro

## Os rostos da solidariedade

**N**ove toneladas de material escolar, roupas, mobiliário e outro material, foi o significativo produto de uma campanha de solidariedade com Cuba, implementada no nosso país pela Associação Portugal-Cuba (AAPC). Material transportado por activistas dos núcleos da Associação de Almada, Setúbal, Lisboa e Porto, numa caravana de solidariedade com destino a Vigo, como no último "Avante!" demos notícia.

Entretanto, foram tão diversificadas as formas de solidariedade encontradas por pessoas de todos os segmentos sociais (empresários, trabalhadores, estudantes, quadros, intelectuais) que decidimos recolher diversos depoimentos – de que aqui publicamos uma parte – que explicitam essas formas tão diferentes de ser contra o bloqueio e solidário com Cuba.

Um empresário de Setúbal fez um "diário de Campanha" (recolhemos alguns extractos). O mesmo fizemos com Xavier Hernandez, das associações galegas, com estudantes ou mesmo com um "red skin" (é assim que ele se intitula), que nos quis escrever um texto sobre as formas de solidariedade encontradas.

É este o caminho. Encontrar formas de mobilizar pessoas diferentes.

### Porto de Vigo Ponto de encontro de solidariedade internacionalista

"Há agora justamente 100 anos que, de aqui mesmo, do porto de Vigo, saíam soldados do exército espanhol a caminho de Cuba, com o objectivo de garantir a ordem estabelecida e defender a soberania espanhola na ilha frente aos Estados Unidos. Já anteriormente se iniciara a guerra contra a insurreição independentista que desde 1895 tinha lugar em Cuba, à frente da qual se encontravam grandes patriotas como Máximo Gomez ou José Martí.

"O que começou como um confronto entre independentistas e colonialistas, acabou por transformar-se numa guerra entre imperialistas, entre um decrépito império espanhol e a nova fulgurante besta expansionista ianqui. Os mártires deste processo foram o povo cubano, vítima de um genocídio que não tem perdão, e a massa dos marginalizados, operários e labregos, obrigados a sair da Galiza para combater em terra alheia e defender uma situação de domínio colonial que mantinha a exploração do povo cubano para benefício de uns poucos, enquanto a grande massa do povo galego e cubano vivia numa situação de pobreza e ignorância.

"Este Porto de Vigo, que viu marchar os galegos recrutados à força para a guerra de Cuba, foi também cenário da chegada de jovens esfomeados, enfermos, feridos e mortos, depois da derrota do exército espanhol frente aos Estados Unidos.

"Com a derrota de Espanha pelos Estados Unidos, começa em Cuba um novo período de dominação imperialista, a que o povo cubano conseguirá pôr fim em 1959 com a sua revolução.

"O Porto e a cidade de Vigo são hoje novamente lugar de encontro de povos irmãos e de movimentos de solidariedade internacionalista".

do depoimento de um membro  
das Comissões de Solidariedade  
Galaico-Cubanas

### Solidariedade faz sentido

"Ouve-se dizer por aí que a solidariedade perdeu o sentido, que já não é um atributo dos homens, que é hoje uma palavra vã: queixumes de quem se sente

amargurado por tanto mal que *homens* também são capazes de fazer!

"Mas quando nos apercebemos do eco que tem nos corações de tanta gente o apelo para que se ajude Cuba a resistir ao cerco que o governo dos EUA vem tecendo àquela ilha soberba, aquele povo maravilhoso, só podemos continuar a confiar em que a solidariedade é algo de que os homens jamais prescindirão.

"Quando se gastam horas, dias, meses das nossas vidas juntando, arranjando, organizando tudo o que possa servir para facilitar a existência a um povo que tanto tem lutado por si e pelos outros povos – solidariedade é verdade.

"Quando se divide o que temos com os outros, apenas na esperança de melhorar os seus dias, diminuindo a possível tristeza – solidariedade é verdade.

"Quando se trabalhou pesadamente sem sentir cansaço, com alegria, até se cumprir o objectivo a que nos propusemos, que foi o de levar a bom porto (neste caso o porto de Vigo) tantas toneladas de material de toda a espécie (uma gota de água naquele vasto oceano) oferecido com tanto empenhamento ao povo cubano – solidariedade é verdade, é amor, é aquilo que de melhor os homens possuem.

"Definitivamente solidariedade não é uma palavra vã!"

■ Celeste Amorim

Núcleo de Almada da Associação  
de Amizade Portugal-Cuba

### Foi bonita a festa

"Foi bonita a festa, pá!"

"Não encontro melhor expressão para descrever a sensação de satisfação, de alegria, que todos nós sentimos ao descarregar todo o material transportado até ao porto de Vigo.

"Não era muito, mas era de boa vontade. E se todos ajudassem com pouco, no fim teríamos muito.

"Não penso que as nossas iniciativas irão pôr fim ao bloqueio, como frequentemente é perguntado pelos jornalistas. Mas

penso que se todos fizermos alguma coisa, os EA acabarão por ceder. Afinal, quem lhes disse que eles eram os donos do Mundo?"

■ Susana Passos

Comissão Regional do Porto contra o Bloqueio

### Nunca conseguirei esquecer a emoção

"Foi todo um espírito de encanto e admiração por Cuba de Fidel e pelo seu extraordinário povo que me induziu a participar na Caravana de Solidariedade da Associação de Amizade Portugal-Cuba.

"Participar nesta caravana representou, para mim, fazer aquilo que está ao meu alcance para manifestar a minha condenação do cruel e criminoso bloqueio norte-americano.

"Na minha opinião, iniciativas desta índole são de extrema importância, pois exprimem o facto de que Cuba não está sozinha (como muitos querem fazer crer), pelo contrário, mora no coração de muitas, muitas pessoas. Eu sou uma delas, pois nunca conseguirei esquecer a emoção que senti quando conheci de perto o povo cubano, cuja luta se tornou uma referência de esperança e um exemplo para toda a América Latina, quando conheci um país onde, apesar de todas as dificuldades, se respira dignidade e orgulho em ser cubano, onde se sente a constante resistência ao imperialismo.

"Com a firme e permanente solidariedade de todos nós, este espírito continuará vivo".

■ Joana Mafalda

Núcleo de Setúbal da AAPC

### Diário de Campanha

Terça-feira, 5 Maio – "... não nos garantem a descarga no fim-de-semana. Não podemos arriscar. Temos de desmobilizar as pessoas e os camiões.

Quarta-feira, 20 Maio – "Confirmada a data da caravana. os

companheiros do Porto da Comissão contra o Bloqueio foram a Vigo ajustar os pormenores. Temos de combinar entre nós carregar as nossas caixas na véspera.

Segunda-feira, 8 Junho – "Amanhã temos de carregar tudo no armazém. Os jovens estão a ter um grande papel.

Sexta-feira, 12 Junho – "Os nossos objectivos foram atingidos. Agora vamos descansar um pouco".

■ Mário Peixoto

Empresário de Setúbal

### Juventude criativa e alternativa

"Foram meses de preparação para o Núcleo de Almada da Portugal-Cuba: recolha de dádivas, coordenação de tarefas, aquisição de transportes, eu-sei-lá-que-mais, que agora se viam concretizados numa acção de solidariedade sem precedentes, num país que todos (incluindo eu) julgavam adormecido para a solidariedade militante e desinteressada.

"Foi o jovem *graffiter hard-core* que ajudou a alindar os ferrugentos contentores. Foram as cinco bandas *hard-core*, da margem sul, que apoiaram e ajudaram a mobilizar, num concerto no Ribatejo. Foi o meu amigo alternativo do Porto que perdeu dois dias de trabalho!!!

"A juventude criativa e alternativa esteve presente, dando-me uma grande alegria pela sua solidariedade com Cuba".

■ Miguel Paulitos

Almada





PORTUGAL &gt; 2000

# Que reforma para a Segurança Social?

O tema da Segurança Social e da sua reforma constituiu o primeiro debate de um conjunto de oito que vão decorrer até meados de Julho, em vários pontos do país, integrado no Portugal 2000 - debates para uma política de esquerda. O debate decorreu na quarta-feira da semana passada num hotel de Lisboa e contou com a participação de Edgar Correia, Eugénio Rosa, Leonor Guimarães, Maldonado Gonelha e Maria Bento. Não sendo possível fixar neste espaço do «Avante!» muito do que de importante foi dito ao longo de mais de três horas de um debate muito vivo e participado, fica o registo sintético - em palavras dos elementos do painel - de algumas das questões e abordagens discutidas.

Edgar Correia começou por salientar que "sendo relativamente consensual a necessidade de uma reforma da Segurança Social, a questão está nas orientações e conteúdo dessa reforma". Distinguiu de seguida os dois modelos e campos em confronto: "de um lado o "modelo" neoliberal, de que o Banco Mundial se assume como porta-voz internacional, e que está consubstanciado na "teoria dos três pilares", em que é associada a liquidação de direitos sociais e a desresponsabilização do Estado em relação à Segurança Social, com a privatização do fundamental dos sistemas públicos que actualmente a concretizam e com a exploração lucrativa das necessidades de protecção social"; e "do outro lado e em sentido oposto os que, como o PCP, se colocam numa linha de defesa do direito à segurança Social, de aumento das suas garantias e da sua concretização num nível mais elevado e que com esse objectivo fundamental procuram as vias e as medidas para salvaguardar, reforçar e aperfeiçoar o sistema público que lhe serve de suporte e garantia, nomeadamente através da melhoria da sua direcção e gestão, do alargamento da base de incidência contributiva a elementos distintos dos salários e da adequação mais lógica do financiamento às funções da Segurança Social e aos objectivos das prestações".

Denunciando "a acrescida pressão política e mediática dos lobbies financeiros privados com vista a uma reforma da Segurança Social redutora dos direitos e privatizadora", criticou de seguida a actuação do Governo pelos seus "compromissos com o capital financeiro" patentes, designadamente, na "opção pelo plafonamento (redução) do sistema público".

Eugénio Rosa iniciou a sua exposição afirmando que "a Segurança Social em 10-15 anos não enfrenta qualquer problema de ruptura financeira" e que "ao analisarmos os últimos orçamentos e as contas apresentadas da Segurança Social e comparando as contribuições do regime geral (o regime dos trabalhadores por conta de outrem), com o valor das despesas com as pensões desse regime, chegamos à conclusão que em 1996 o excedente atingiu 440 milhões de contos, em 97, 451 milhões de contos e a previsão para o presente ano é de mais de 500 milhões de contos". Salientou de seguida que "em percentagem da riqueza criada no país - Produto Interno Bruto - as despesas com todas as pensões pagas pela segurança social até têm diminuído: em 96 - 6,28%; em 97 - 6,26%; e em 98 prevê-se 6,24%".

Preconizou depois de entre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira da Segurança Social a médio e a longo prazo a "autonomização do regime dos independentes, em que são possíveis muitas manipulações das contribuições e em que 70% dos 1,2 milhões de inscritos descontam apenas sobre o salário mínimo", "o combate à evasão ao pagamento de contribuições designadamente através da eliminação das múltiplas isenções e o combate eficaz à precariedade do trabalho (os falsos independentes é uma forma de fugir ao pagamento de contribuições)". Sustentou ainda "a modificação do sistema de cálculo das contribuições das empresas para a segurança social que neste momento é inadequado e injusto", defendendo "a aplicação de uma taxa sobre o VAB (Valor Acrescentado Bruto) às empresas com uma facturação anual superior a 100 mil contos, em que mensalmente as contribuições das empresas seriam realizadas

com base na massa salarial e no fim do ano, com base na declaração modelo 22 seria fácil calcular o VAB e fazer o ajustamento contributivo".

Eugénio Rosa abordou ainda a questão da injustiça do sistema fiscal, e em relação aos rendimentos declarados para o IRS mostrou que "a soma dos rendimentos comerciais, industriais, agrícolas, de capitais, prediais e mais valias é 8,8% do total de rendimentos declarados e isso é menos de metade dos rendimentos dos reformados", salientando que "a receita fiscal potencial por cobrar de 85 a 98 é de 16 148 milhões de contos.

Leonor Guimarães referiu na sua intervenção que "a importância que reveste uma coerente reforma da protecção social específica dos trabalhadores é manifesta, não só face aos riscos tradicionais que, cada vez mais, afectam a estabilidade da vida activa e que são susceptíveis de gerar uma rapidíssima derrapagem de indivíduos e de famílias para a exclusão social, mas, também, perante novas situações de risco, determinadas, nomeadamente, pela acentuada transformação das formas de organização da família e do trabalho" e defendeu a necessidade de uma "articulação coerente entre todas as prestações de raiz não contributiva, enquanto formas de garantir mínimos de subsistência, e entre estas e as medidas dirigidas à inserção social".

Mais adiante afirmou que "podem elencar-se algumas medidas que, clarificando as responsabilidades pelo financiamento das várias formas de protecção social e diversificando as respectivas fontes, por

romperia". Quanto "ao cenário mais optimista, não incluído no Livro Branco, o saldo negativo só se daria em 2035", mas "se somarmos a dívida do Estado ao sistema, se ela for capitalizada e admitindo que continuamos a capitalizar os excedentes até ao ano 2020, isto representaria quase 12 mil milhões de contos".

"Aquilo que mais me preocupa - disse - é que estamos a caminhar para uma sociedade de carácter assistencial e eu quero viver numa sociedade de direito e de democracia social, com os direitos de cidadania".

Quanto ao plafonamento, criticou o facto dele "além de atirar cada um de nós para soluções individuais, não solidárias, da gestão da sua própria pensão, retirar imediatamente receitas à segurança social e portanto precipitar essa situação negativa, porque as despesas só diminuiriam quando estes que fossem sujeitos ao *plafond* viessem a reformar-se posteriormente".

Abordando de seguida a questão dos fundos de pensões referiu que eles só são de dois tipos: "ou se tem o benefício definido e então não se sabe quanto é que se tem de pagar porque será o que em cada ano os cálculos actuariais e de capitalização determinarem, ou são de contribuição definida, isto é, sabe-se quanto é que se paga mas não se sabe quanto é que se virá a receber". Ainda "com a agravante da maioria das grandes empresas portuguesas terem feito fundos de pensões complementares daqueles que são a expectativa da pensão da Segurança Social, em sede de contratação colectiva; ora ao entrar num esquema de plafonamento, não se sabendo quanto é que a pessoa vai ter, não se sabe quanto é que se está a complementar". E interrogou: "qual é a administração consciente que se mete a assumir esta responsabilidade que é uma incógnita" e "quais são os

sindicatos que consentirão que se apague isso de um contrato colectivo de trabalho"? "Vamos consentir que se aumente a conflitualidade laboral e, estupidamente, nas maiores empresas, desestabilizando socialmente este país sem necessidade nenhuma, só em nome de interesses privados"? E "qual é o valor em que isto começa a ser apetecível para esses interesses"? "Façam as contas a um salário mínimo e começam a encontrar os valores", pois "todos passaríamos a ter uma pensão do Estado de carácter assistencial e quem ganhasse mais do que isso ia à sua vida, ainda por cima obrigatoriamente fazer fundos de pensões, o que é realmente a subversão completa do que a esmagadora maioria da população portuguesa quer da segurança social e das expectativas sociais de futuro, é atirar o país para uma sociedade perigosíssima".

Maria Bento referiu-se, de início, a uma questão pouco discutida: "no Acordo de Concertação Social e num documento que o Governo enviou à Assembleia da República fala-se na hipótese de o *plafond* ser implementado por via contratual e o esquema de segurança social complementar ser também por via contratual",

hipótese que "é muito aliciante porque poder-se-ia dizer vamos discutir a nossa própria protecção social!" mas que pode trazer muitos problemas para os trabalhadores.

Referiu-se de seguida "a um regime que vai ganhar muita importância se a reforma da segurança social for para diante: o seguro social voluntário, que está cheio de irracionalidades e que deveria ter um regime financeiro de capitalização e um sistema contabilístico autónomo, que a lei prevê mas que na prática não existe", defendendo "a necessidade de evitar que sejam os trabalhadores por conta de outrem, mais uma vez, a suportar os défices". Pois este regime "abrange duas a três mil pessoas", mas quando se fala "na eventualidade de a segunda pensão ser gerida conjuntamente com o seguro social voluntário", multiplicar-se-á por muito os dois, três mil beneficiários actuais, "agravando-se os erros já existentes". "Por outro lado, encontra-se em discussão um diploma sobre a flexibilidade da idade da reforma em que se prevê que os trabalhadores que tenham reforma antecipada, se continuarem a trabalhar, possam inscrever-se no seguro social voluntário, aumentando também este regime".

Sustentou de seguida que "é necessário melhorar o sistema ao nível da participação, pois a que existe é consultiva e temos que reformar as estruturas de participação, dando-lhes mais força e criando, talvez, subestruturas". E resumiu dizendo que "é preciso reformar, há muita coisa a reformar mas sem precipitações, uma vez que há muito tempo para tomar decisões". Devemos "ir corrigindo as coisas que estão erradas e dando pequenos passos mas no bom sentido, devendo ter a noção de que quando estamos a discutir que segurança social queremos, também estamos a discutir que sociedade queremos construir".





## Sobre a importância dos seguros

**J**aques Rueff escreveu há mais de trinta anos, em França: "Os profanos ignoram a importância do seguro na economia nacional." A realidade é, porém, ligeiramente diversa... O que acontecia e acontece é que os profanos são levados, levados sim a ignorar a importância do seguro na economia nacional. Não é só em Portugal, mas é de Portugal que devemos todos cuidar.

O desaforo não tem limites. Os profanos, isto é, todos aqueles que, afinal, com a sua adesão conferem ao seguro toda a importância que o seguro tem, sem cuja cooperação o seguro se transformaria numa inutilidade e numa inviabilidade, são colocados à margem, convertidos em meros destinatários de decisões. O facto consumado, o "come e cala" estão instituídos!

A importância do sector de seguros tem que ver com a sua capacidade e a sua vontade política de respeitar e cumprir a MUTUALIDADE em que o seguro assenta e promover aí o diálogo, que a MUTUALIDADE não dispensa nem pode dispensar.

A importância do sector de seguros não se mede nem se avalia pela dimensão de anúncios, publicidades ou comunicados, mesmo quando carregados de ameaças... Não importa essa dimensão nem as legíveis ou ilegíveis assinaturas... Não são mais do que um sinal artificial de refrega, a força que estrategicamente se estadeia para o aviso aos incautos que saíram ou possam sair à estacada. Constituem, sem dúvida, o "safão dado a tempo"...

A "razão" de tudo isto foi inventada pelo poder, pelos que "põem e dispõem" do poder em seguros, e afinada pelas armas requintadas das competências que os servem. É essencialmente por isso e para isso que são competências - competências excelentíssimas. Nada se improvisa ou resulta do acaso. A invenção é supina obra e chama-se silêncio. É pelo silêncio que os profanos são colocados na posição de ignorarem a importância do seguro na economia nacional, ou seja, a importância do seguro na vida das pessoas, na segurança de pessoas e bens.

Ora, ofender essa ordem estabelecida pelos que "põem e dispõem" no sector de seguros é o mesmo que molestar a divindade, que (passe-se!) são eles e os interesses mesquinhos que privilegiam.

E para que tudo atinja a perfeição própria de divindades, até o controlo e a fiscalização mudaram de nome (e de essência?) e passaram a designar-se de SUPERVISÃO: a pretensiosa "visão superior"? ou a função do supervisor nos estúdios cinematográficos? (1) E palavras não eram ditas, já a SUPERVISÃO seria elevada a um outro patamar. Ouvimos numa sessão pública o responsável máximo, nessa altura, do Instituto de Seguros de Portugal falar com manifesto gáudio de SUPERVISÃO PRUDENCIAL!

Nenhum Governo e nenhum membro do Governo podem fazer de conta que ignoram estas realidades, que se não apercebem deste medonho silêncio que "preside" à gestão dos seguros. Assim como não podem fazer vista grossa aos eufemismos, tantos e tão confrangedores, a que se recorre numa actividade - a dos seguros - que é uma mera gestora de capitais alheios. De facto, trabalhadores e consumidores têm de olhar seriamente pelos seus direitos no campo dos seguros e organizar de forma consistente a defesa dos seus legítimos interesses. Por esse facto não cessa nem diminui a responsabilidade do Governo quanto ao que lhe cabe fazer, antes serão mais evidentes os contornos dessa responsabilidade e a sua imperatividade.

(1) - in Dicionário Compacto da Língua Portuguesa, de António Morais e Silva

■ Fernando Barbosa de Oliveira

## Pelos direitos dos trabalhadores

# A campanha encerrou no Porto

**E**ncerrando a Campanha do PCP pelos Direitos dos Trabalhadores, realizou-se em 9 de Junho uma sessão no Porto, na Junta de Freguesia de Santo Ildeafonso, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e na qual participaram dezenas de jovens, maioritariamente raparigas. Tal como prometemos no número anterior, publicamos hoje o relato de várias intervenções produzidas que testemunham as dificuldades sentidas em particular pelos jovens no mundo do trabalho.

Deolinda é jovem operária no sector do material eléctrico e electrónico. Segundo afirma «hoje em dia o trabalho não constitui um direito mas antes um privilégio». Questionando a política juvenil do Governo PS, Deolinda fala dos mais de 100 mil jovens trabalhadores da região nos sectores do vestuário, têxtil, calçado, metalurgia, construção, comércio e hotelaria e afirma que «a juventude é a mais atingida pela precariedade - pelos contratos a termo, recibos verdes, trabalho temporário e a tempo parcial».

Também o desemprego juvenil é grande na região: «há mais de nove mil jovens à procura do primeiro emprego» e «este problema tem maior dimensão pois uma boa parte dos 80 mil desempregados são jovens». Denunciando a prática generalizada do patronado na discriminação salarial dos jovens, Deolinda protesta contra a exploração da mão-de-obra infantil e observa a ineficácia da Inspeção Geral do Trabalho que face à violação diária dos direitos laborais e das leis do país.

Convicta de que só a luta pode «alterar este estado de coisas», Deolinda congratulou-se com a iniciativa legislativa do PCP para acabar com a discriminação salarial e garantir aos jovens trabalhadores salário igual para trabalho igual.

### Exclusão social

Arminda é socióloga e na sua intervenção mostrou-se preocupada com o «emprego», aspecto que considerou como «fundamental da integração social, garante da sobrevivência dos indivíduos, fundamental para definição da identidade pessoal».

Por isso o desemprego «constitui uma forma de exclusão social persistente e não significa apenas estar privado do acesso a um conjunto de bens materiais, é também estar desinserido dos laços sociais, dos valores e referências que estruturam um modo de vida».

Visto como «fenómeno multidimensional» a exclusão, segundo Arminda, tem «grupos particularmente vulneráveis», entre eles, «os jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego. Os efeitos psicológicos são a desmotivação, a falta de perspectivas, a interiorização do fracasso, o sentimento de exclusão». Arminda acrescentou ainda que o «modelo de desenvolvimento capitalista atribui à falta de qualificação dos desempregados uma das causas do desemprego, culpabilizando os próprios e absolvendo as condições macro-económicas do desemprego. (...) A necessária requalificação dos recursos humanos tem contribuído para a crescente desqualificação do saber-operário, para o reforço da divisão social do trabalho e das clivagens entre uma elite sobrequalificada e a massa desqualificada». Arminda conclui assim que existe «uma desarticulação entre os crescimento económico e o desenvolvimento social. Esta é a grande contradição».

O João, trabalhador-estudante, abordou a formação profissional e as saídas profissionais, considerando que há um grande divórcio entre a informação e propaganda do Instituto do Emprego e Formação Profissional e os jovens e as escolas.

Segundo afirma a formação profissional está desligada da realidade das empresas, do mercado de trabalho e dos objectivos que

deviam orientar uma política sustentada de desenvolvimento regional. Assim se a frequência de um curso é vista por muitos jovens, oriundos do insucesso e abandono escolares, como uma alternativa ao desemprego, também os empresários não estão sensibilizados para esta área e encaram os jovens estagiários como mão-de-obra gratuita

Os sucessivos entraves à conclusão do ensino secundário e ao ingresso no superior arrastam cada vez mais jovens para o mundo do trabalho, optando por um curso ou profissão segundo critérios de oportunidade, oferta da formação e aspectos financeiros. Assim são cada vez menos aqueles que se identificam com a profissão que exercem.



O Encontro de jovens do Porto, com a presença do secretário-geral do PCP, encerrou a campanha durante a qual foram contactados milhares de trabalhadores

### O trabalho sem direitos

O tema do referendo sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez foi trazido por Isabel, educadora social, que lançou várias perguntas: «quantas mulheres sentem no seu local de trabalho que uma gravidez é um impedimento para continuar a assumir responsabilidades? Como se justificam despedimentos por motivos de gravidez? Quantas mulheres adiam uma gravidez por não terem uma situação profissional estável? Vamos continuar a criminalizar a IVG? Ou porque uma lei que não é aplicada o crime torna-se menor? Pelo contrário, aumenta a culpa, por ser algo de escondido, obscuro que se revelado torna-se crime».

A Albertina é empregada de hotelaria e foi na sequência de um despedimento ilegal, em cujo processo foi defendida pelo seu sindicato, que se tornou dirigente sindical. Explica que chegou à conclusão que «podia contribuir para melhorar a vida dos restantes trabalhadores do seu hotel. Não é fácil ser-se sócia do sindicato, mas sem tudo seria pior; os patrões ficariam com a vida facilitada para nos explorar. Já pensei várias vezes deixar tudo, desistir, mas não posso, não posso...»

Na hotelaria, as multinacionais contratam todos os trabalhadores a tempos parcial, explorando os jovens nos períodos altos de ocupação e dispensando-os nos períodos baixos. Alteram-lhes semanalmente o horário e as folgas sem os consultarem e até lhes retiram o direito à alimentação.

Jacinto é um exemplo de precariedade; trabalhador fabril numa empresa de transportes rodoviários de mercadorias, está há vários anos no mesmo local de trabalho e com as mesmas funções, mas foi obrigado a assinar vários contratos com empresas diferentes do mesmo grupo. É a gestão integrada da precariedade. Geserfor, Sonastel e Artos são empresas de aluguer de que, segundo Jacinto, recebem muito e pagam pouco aos trabalhadores. Não fazem descontos, não dão férias, nem pagam subsídios.

Mas também das empresas públicas vêm casos preocupantes, como o de Paulo, há nove anos com recibos verdes. A mesma instabilidade afecta a Sandra, técnica de radiologia, que não hesitou em questionar os poderes públicos considerando que o recibo verde é o «despedimento pela certa».

Semelhante posição foi manifestada por Cristina, educadora de infância, que depois de evidenciar as insuficiências da rede pública do pré-escolar, denunciou a situação dos educadores das IPSS que estão sem contrato, trabalham o dobro dos seus colegas da rede pública e ganham metade do seu salário.

Na sessão entrevistaram vários outros jovens que experimentam as agruras do trabalho precário e da violação constante de direitos consagrados. Por isso, foi por todos reconhecida a importância e oportunidade da campanha de alerta e esclarecimento do PCP assim como a certeza de que pela frente há muito trabalho a realizar nesta área.



## EM FOCO

## O Governo PS e a Toxicodependência

■ Carlos Gonçalves

## Quanto valem os "progressos" anunciados?

**D**ecorre amanhã mais um "Dia Internacional das Nações Unidas Contra o Tráfico Ilícito e o Abuso de Drogas". Como era inevitável, o Governo PS, agora pela verve do Ministro Sócrates, como antes pela bazófia do Ministro Coelho, fará o *show off* dos "progressos" obtidos, escamoteando que, com as orientações e velocidade de resposta prosseguidas, o país não só corre o risco de não recuperar dum atraso de dez anos, como pode mesmo atrasar-se ainda mais.

Há três anos por esta altura, em pré-campanha eleitoral para as legislativas de Outubro de 1995, já Guterres enchia a boca com o "inimigo público número um".

Começava então a desenhar-se o que viriam a ser as linhas gerais da política do PS nesta área.

Por um lado, um pouco mais de preocupação e um pouco menos de preconceito que o "cavaquismo", o que, face às pressões acumuladas na sociedade e ao peso político-mediático das opiniões dos técnicos da área, teria de resultar, como veio a acontecer, em algumas medidas mais ou menos consensuais e de efeito limitadamente positivo.

Foi o caso da abertura de novos Centros de Atendimento a Toxicodependentes, embora em número ainda insuficiente, da implementação de programas de metadona, ainda que correndo o risco de resvalar do terreno terapêutico para um fornecimento "político" indiscriminado, do aumento das participações do Estado no financiamento do tratamento de toxicodependentes em Comunidades Terapêuticas, ou do alargamento, ainda insuficiente, do Programa de Segurança nas Escolas.

Mas, por outro lado, o PS a governar prosseguiu e acelerou as políticas neoliberais, de polarização da riqueza e injustiça social, causa primeira da expansão da toxicodependência.

Persistiu em critérios de mercantilização do tratamento de toxicodependentes, com a consequente desresponsabilização do Estado e o significativo prejuízo decorrente para os doentes e suas famílias.

Face à gravidade da situação, evoluiu na continuidade da ineficácia e da escassez de meios, de coordenação e de vontade política, no que respeita à prevenção primária, ao meio prisional, à reinserção social, à investigação epidemiológica, ao combate ao tráfico e branqueamento de capitais.

Mas, sobretudo, o Governo PS geriu sempre a política para a toxicodependência como se se tratasse duma área preferencial de *marketing* político e manipulação mediática.

Não é por acaso, mas antes fruto do respectivo quadro conceptual da governação, que esta matéria esteve sempre sob tutela conjunta com a Comunicação Social, fosse com Jorge Coelho, seja agora com José Sócrates, e sempre muito perto do "núcleo duro" do Governo e das suas políticas mais instrumentais.

### As sucessivas "Operações de Imagem"

O Ministro Jorge Coelho, "melhorando" também nesta área os hábitos do "cavaquismo", cedo optou pelo "corta-fitas" e o anúncio de medidas e investimentos, repetidos à exaustão, com "embrulho" mediático de circunstância, assim multiplicando o respectivo efeito propagandístico.

Recordemos que, em Junho de 96, num destempero de "política espectáculo", um "Conselho de Ministros Especial", que demorou menos de meia hora, anunciava 38 medidas, que se traduziam em muito pouco de substancial, mas que davam corpo a uma cuidadosa encenação. Falava-se então de uma nova "reformulação do Projecto Vida", velho truque do "baralhar e dar de novo", a que o PSD já recorrera por duas vezes, e que se viria a traduzir em pouco mais que coisa nenhuma. Já então o discurso eleitoral, de preocupação e de necessidade de mudança, dava lugar à auto-satisfação melíflua do Ministro Coelho, que dizia ter cumprido, em seis meses, quase todo o compromisso eleitoral do PS - o que, em vez de evidente prova da superficialidade do respectivo programa, comprovaria a "excelência" do Governo.

Em Janeiro de 97, enquanto a situação continuava a agravar-se, eis o Governo, no chamado "Dia D", "cavalgando" a disponibilidade do tecido social para a solidariedade, numa sofisticada e monumental operação de *marketing*, visando promover a imagem de eficácia no âmbito da prevenção primária, mas que veio a resultar na frustração das expectativas criadas face à insuficiência e inépcia das medidas efectivas.

E lembremos o Ministro Sócrates que, em Janeiro deste ano, confrontado com a crise instalada nas estruturas de prevenção da toxicodependência e com a persistente ineficácia de dois anos do Ministro Coelho, optou por novas medidas - uma "revolução", como afirmaram alguns "mediá", mas que, uma vez mais, se veio a revelar de "mais vozes que hoes".

Lá veio mais uma inevitável reestruturação do Projecto Vida, agora com a criação do Instituto Português de Toxicodependência, mas, passados cinco meses, a esse respeito, estamos quase na mesma. E tudo indica que, com recurso a mais umas tantas habilidades, serão hoje ou amanhã anunciados "pequenos sinais de progresso" que "parecem apontar para a contenção da gravidade sanitária e social associada ao consumo de drogas" ("Expresso", 20.06.98).

Assim se perfila mais uma operação de *marketing* político do Governo Guterres que, com recurso a expedientes diversos e à mediatização esmagadora da "informação orientada", continua objectivamente a procurar escamotear a persistente gravidade do problema da toxicodependência em Portugal.

### É a realidade que se engana?

A Comissão Parlamentar Eventual para o Acompanhamento e Avaliação da Situação da Toxicodependência, do Consumo e Tráfico de Droga, presidida pelo deputado António Filipe, aprovou, por unanimidade, em 29 de Abril, o respectivo relatório relativo à actualidade deste problema no nosso país.

As suas conclusões e recomendações, pese embora a correlação de forças que a viabilizou, são de grande utilidade na caracterização

- "...o investimento e o esforço ... que tem vindo a ser realizado ... não obstante nos três últimos anos ter aumentado significativamente - ... revela-se ainda insuficiente e incapaz de responder cabalmente à dimensão e gravidade ... da toxicodependência e do tráfico de drogas ...".

Mas podíamos ainda citar os últimos "Sumários de Informação Estatística sobre Drogas" do GPCCD, relativos a 1996, que quantificam a continuada expansão dos índices de tráfico e consumo de drogas, de condenações, de atendimentos em primeira consulta, de toxicodependentes com SIDA, de mortes por overdose e relacionadas com o consumo de droga, etc.

Ou referir os elementos constantes do Relatório de Segurança interna relativo a 1997: "aumento da quantidade de droga apreendida e manutenção de um elevado número de detenções por tráfico", caracterizado por uma "crescente complexidade", em que o "número de ocorrências registadas não reflectirá ... a dimensão já atingida pelo fenómeno" e a "persistência de uma tendência preocupante quanto à evolução do número de práticas ilícitas de jovens com menos de 16 anos".

São estes os elementos que traduzem a realidade.

E a realidade não se engana, nem é possível escamoteá-la com um qualquer "Relatório sobre o fenómeno da droga e a acção do Governo, 1995-1997".

Mesmo que se tivesse verificado uma ligeiríssima redução percentual de toxicodependentes com SIDA, ou de primeiras consultas em 1997, relativamente a 1996, como adi-



anta o "Expresso", não se afigura lícito daí retirar conclusões quanto a "uma contenção da gravidade sanitária e social associada ao consumo de drogas".

É necessário ter presente que houve, sobretudo em 1996, um aumento da oferta de tratamento que pode estar na origem de flutuações estatísticas.

E quanto aos números relativos à detenção de traficantes, o que já se transcreveu do Relatório de Segurança Interna dispensa mais comentários.

### Tempo de mudar

É tempo do Governo PS deixar de instrumentalizar a toxicodependência como assunto de popaganda.

Os factos políticos em carteira, as vitórias de Pirro e os "progressos" de opereta são uma despudorada ofensa a centenas de milhares de cidadãos que se confrontam directa e indirectamente com o drama das situações reais.

A resposta ao flagelo social da toxicodependência exige outra política e outra sensibilidade.

Exige não contemporizar com uma sociedade que produz toxicodependência, nem com a alienação e a "inevitabilidade" da droga.

Exige uma acção efectiva e empenhada na prevenção da toxicodependência e combate ao tráfico de droga, com a vontade política e os meios correspondentes à extraordinária dimensão e gravidade do problema.

A não ser assim, como não tem sido, vão-se perpetuar os dez anos de atraso relativamente a este problema, continuando Portugal, em toxicodependência, no pelotão da frente da União Europeia.

E o Governo PS/Guterres e o Ministro Sócrates arriscam-se a passar à história, um destes dias, como mais uma oportunidade perdida, um equívoco, enfim, também eles, pouco mais que um mero "facto político".

da situação e fazem ruir as mistificações que o Governo PS tem prosseguido e se prepara para protagonizar.

Citemos de passagem apenas algumas conclusões:

- "...a verdade irrefutável é que o consumo de drogas não só aumentou, como ... as "design drugs" ... despertaram a procura das camadas mais jovens...";

- "...em ... prevenção primária, continua ... a notar-se a falta de uma estratégia clara e integrada, não existindo suficiente planificação e coordenação ...";

- "...no ... tratamento dos toxicodependentes, e não obstante a evolução positiva da capacidade de resposta do SPTT, continuam ainda a existir ... listas de espera ... de vários meses...";

- "...reclusos toxicodependentes ... - são ainda manifestamente insuficientes as estruturas destinadas ao seu tratamento...";

- "...a reinserção social ... é ainda muito incipiente...";

- "...na investigação e controlo ... do tráfico de drogas continuam a subsistir indefinições, designadamente em matéria de coordenação ...";

- "...a investigação e penalização do branqueamento de capitais, ... tem revelado fracos resultados, sendo insignificante o número de casos levados a julgamento ...";



**Na lista dos ricos**

A revista norte-americana *Forbes*, que se dedica à produtiva inventariação dos mais ricos do planeta, colocou este ano na sua famosa lista de multimilionários dois nomes portugueses. São eles Belmiro de Azevedo, patrão do Grupo Sonae, e Alexandre Soares dos Santos, que tutela o Grupo Jerónimo Martins, o primeiro com uma fortuna avaliada em 2,1 mil milhões de dólares (cerca de 385 milhões de contos) e o segundo com dois mil milhões de dólares (cerca de 366 milhões de contos). Estas fortunas astronómicas foram obtidas, fundamentalmente, na actividade de «empresários da área do comércio a retalho», como cruamente descreve a *Forbes*, no caso de Belmiro de Azevedo assente nas cadeias de hipermercados Continente e no de Soares dos Santos nos supermercados Pingo Doce. Exactamente num dos sectores onde a exploração selvagem dos trabalhadores portugueses tem sido mais desenfreada, com relevo para os negócios de Belmiro de Azevedo. Como perguntaria Almeida Garrett, quantos pobres foram necessários para empanturrar tão escandalosamente estes dois novos ricos?

**PONTOS CARDEAIS**

É por isso que a *Forbes* não elabora listas dos mais pobres - seria interminável...

**Caudilho «todo-o-terreno»**

Aparentemente, Paulo Portas continua muito entretido com o seu novo brinquedo político, o de «caudilho todo-o-terreno», e é vê-lo a sacolejar País fora populismos velhos e relhos maquilhados com a sua verve da Lapa. Há dias escolheu Arganil para comer, proletariamente, umas febras e debitar uns nacos de oratória como sobremesa. Após dizer mal de tudo e todos achou que os portugueses «estão cansados dos partidos e dos políticos que dizem mal por maldizer» (pelos vistos, ele e o seu PP dizem mal por bendizer...), posto o que se dedicou a vender o seu mais recente peixe - o de que «o CDS/PP terá de ser um partido de opção preferencial para aqueles que mais sofrem e para os mais carenciados». E para demonstrar aos mais carenciados e que mais sofrem porque deve o CDS/PP ser a sua «opção preferencial», Portas jurou de

seguida o seu «apoio firme à propriedade privada» e a sua frontal oposição a «qualquer aumento de impostos sobre o património». É o que se chama acertar em cheio. Como se sabe, a propriedade privada e os impostos sobre o património são a maior preocupação dos carenciados deste País, apesar de não terem nem propriedade privada nem património, mas apenas, e simplesmente, miséria e fome...

**Sindicatos bancários de «novo estilo»**

Segundo notícias surgidas na Imprensa, nos próximos três meses vão surgir em Portugal mais dois sindicatos bancários, um ligado à «tendência social-democrata» no seio da UGT (leia-se PSD), outro tendo por embrião o Sindicato Nacional dos Quadros Técnicos e Bancários (SNTQB), uma organização elitista que, ainda recentemente, assinou um acordo com o grupo BCP/Atlântico, ao arripio da esmagadora maioria dos trabalhadores bancários e

respectivos sindicatos e abrindo as portas ao alargamento do horário de funcionamento dos bancos do grupo BCP. Estes pretensos novos sindicatos surgem em afirmada oposição às estruturas sindicais existentes no sector e assentam na ideia, bem pouco sindical, de que «os trabalhadores qualificados estão a ganhar peso no sector, quer pelo maior recrutamento de licenciados quer pelas crescentes exigências técnicas da actividade». Estamos, assim, perante uma «filosofia sindical» assente no pressuposto de que há trabalhadores bancários de duas qualidades, os «de primeira» (licenciados e especializados) e os «de segunda» (a esmagadora maioria), com os primeiros a querer ditar as regras no sector, como já o tentaram fazer com o acordo firmado com o grupo BCP/Atlântico, com cujos patrões se dão excelentemente e de quem recebem grandes aplausos. Estes *yuppies* seródios - e os patrões que os aplaudem - parecem esquecer o óbvio: que a actividade bancária pode, manifestamente, realizar-se sem as suas magníficas «especializações», mas não consegue mexer um papel ou manter um único balcão aberto sem «os outros» trabalhadores - os tais que são olhados como «de segunda» e são todo o sal e a terra de qualquer actividade bancária...

Dois novos sindicatos de «bancários»? O mais certo é estarmos perante dois originais sindicatos de «banqueiros»...

**Os ausentes**

Discutiu-se recentemente em Madrid, durante dois dias, as leis laborais que imperam na União Europeia, bem como as relações de trabalho e o futuro para a Europa neste domínio. Trabalho e poder privado, trabalho e estatuto profissional, tempo de trabalho, trabalho e organização colectiva, trabalho e poderes públicos, foram algumas das questões abordadas pelos peritos presentes no encontro, representando os 15 Estados membros. Só que Portugal não enviou qualquer representante, apesar de todas estas matérias estarem a ser vivamente discutidas em Portugal e o encontro se realizar aqui mesmo ao lado. Pelos vistos, quem governa este País não vê qualquer interesse em analisar as questões do trabalho. O que interessa mesmo são as privatizações e seus derivados, né?

**PONTOS NATURAIS**

■ Mário Castrim

**Super e Hiperexploração**

LUÍS FERREIRA LOPES - Paulo Jorge trabalha neste supermercado em Carcavelos e está de castigo. Já foi transferido várias vezes para outras lojas longe da sua casa porque se recusa a fazer horas extraordinárias que, acusa, a empresa nunca paga. Sai do trabalho às nove da noite e ainda tem quase duas horas de caminho em transportes para chegar a casa. A sua mulher, que também trabalha neste sector, regressa ainda mais tarde. Enquanto isso, uma criança está sozinha em casa.

PAULO JORGE - Fica um taperuere com sopa e aquece no micro-ondas, uma criança com sete anos. Se eu trabalhasse mais perto, às nove e dez estava em casa.

L. F. LOPES - A empresa recusa a transferência para uma loja mais perto da sua residência só porque o Paulo Jorge não quer fazer horas a mais sem receber esse dinheiro.

P. JORGE - Dizem que não, que não e eu gostava de saber o que é que eu faço mal dentro da empresa para me porem longe de casa.

L. F. LOPES - Este é mais um caso para o sindicato, de abuso dos direitos dos trabalhadores. Mas há outros em «part-time», muitas vezes contratados precariamente por agentes de trabalho temporário, ganham cerca de 40 contos por mês, mas chegam a fazer mais de 40 horas por semana.

MANUEL GUERREIRO (sindicalista) Os supermercados conseguem mais dois trabalhadores. Como? Despedem os efectivos, admitem trabalhadores precários, a tempo parcial. Depois, pagam-lhe o tempo parcial mas trabalham o tempo completo e mais que o tempo completo. É normal encontrar-se pessoas subcontratadas por 36 horas, 30 horas, 25 horas a trabalharem quarenta e mais horas por semana, mas a receber o salário do tempo parcial.

L. F. LOPES - Em vários hiper e supermercados, há mulheres que são obrigadas a assinar uma carta de despedimento, caso engravidem durante o ano a que respeita o seu contrato. Há pessoas que trabalham ao todo seis horas mas duas horas de manhã, duas à tarde e outras duas à noite.

Como a RTP revelou no domingo, há grávidas com ameaças de aborto a trabalhar oito horas de pé e já houve câmaras de vídeo nos balneários das funcionárias. Os hipermercados acusam: é tudo exagero dos sindicatos.

JOSÉ ANTÓNIO ROMÃO (Empresário) - Algumas notícias vindas a público ultimamente são completamente absurdas e até mesmo aberrantes relativamente à situação concreta e verdadeira. Não faz qualquer sentido esse tipo de notícias que eventualmente pode corresponder a um caso isolado mas nunca a uma prática generalizada do sector.

L. F. LOPES - Mas os fiscais têm opiniões diferentes. Para a Inspeção Geral do Trabalho os problemas mais comuns são as horas extras não pagas, o trabalho ilegal e o abuso na subcontratação de serviços a outras empresas fornecedoras.

MOTA DA SILVA (Inspector) - A violação da duração de trabalho, o trabalho suplementar não remunerado em muitos casos não é legítimo do nosso ponto de vista nem é socialmente aceitável que subcontratem para que as empresas subcontratadoras não cumpram a lei - não paguem ao fisco, não paguem à Segurança Social, tenham condições de trabalho degradadas.

EMPREGADO - O grupo SONAE é o líder em todos os aspectos, inclusive no aspecto negativo. É onde há maior precariedade, onde o trabalho é generalizadamente parcial, onde só há horas de entrada, nunca há horas de saída.

L. F. LOPES - Os hipers negam responsabilidades nas horas extraordinárias não pagas, em casos de funcionários ligados a fornecedores e que têm de repor, por exemplo, os produtos nas prateleiras. Uma coisa é certa: a Inspeção-Geral do Trabalho promete continuar com os super e hipermercados debaixo de olho.

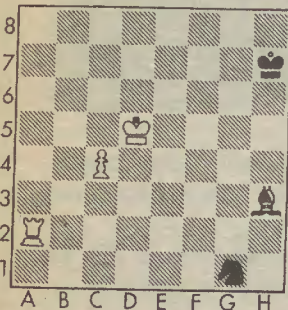
(Telejornal)

**XADREZ**

DCLXI - 25 DE JUNHO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X24

Por: Frantisek J. Prokop «Narodní Listy» - 1925

Pr.: [3]: Cg1 - Bh3 - Rh7 Br.: [3]: Pç4 - Ta2 - Rd5



Branças jogam e ganham

\*\*\*

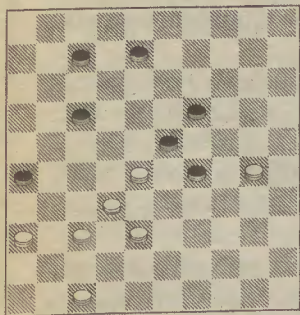
SOLUÇÃO DO Nº 1998X24 [L. J. P.] 1. Th2!, Rg6; 2. Rç6, R (B)-; 3. Th1 (g2) e g.

A. de M. M.

**DAMAS**

DCLXI - 25 DE JUNHO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D24

Por: Pierre Carlepeau Au Coeur du Problème, França, s/d Pr.: [7]: 7-8-17-19-23-26-29 Br.: [7]: 28-30-32-36-37-38-47



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998D24 [P. G.] 1. 38-31! (29x27); 2. 30-24. (23x41); 3. 24x31, (26x37); 4. 36-31. (X); 5. 47x36+36x47. (26x37); 6. 31-24. (23x41); 7. 38-31. (29x27); 8. 30-24. (23x41); 9. 24x31, (26x37); 10. 36-31. (X); 11. 47x36+36x47. (26x37); 12. 31-24. (23x41); 13. 38-31. (29x27); 14. 30-24. (23x41); 15. 24x31, (26x37); 16. 36-31. (X); 17. 47x36+36x47. (26x37); 18. 31-24. (23x41); 19. 38-31. (29x27); 20. 30-24. (23x41); 21. 24x31, (26x37); 22. 36-31. (X); 23. 47x36+36x47. (26x37); 24. 31-24. (23x41); 25. 38-31. (29x27); 26. 30-24. (23x41); 27. 24x31, (26x37); 28. 36-31. (X); 29. 47x36+36x47. (26x37); 30. 31-24. (23x41); 31. 38-31. (29x27); 32. 30-24. (23x41); 33. 24x31, (26x37); 34. 36-31. (X); 35. 47x36+36x47. (26x37); 36. 31-24. (23x41); 37. 38-31. (29x27); 38. 30-24. (23x41); 39. 24x31, (26x37); 40. 36-31. (X); 41. 47x36+36x47. (26x37); 42. 31-24. (23x41); 43. 38-31. (29x27); 44. 30-24. (23x41); 45. 24x31, (26x37); 46. 36-31. (X); 47. 47x36+36x47. (26x37); 48. 31-24. (23x41); 49. 38-31. (29x27); 50. 30-24. (23x41); 51. 24x31, (26x37); 52. 36-31. (X); 53. 47x36+36x47. (26x37); 54. 31-24. (23x41); 55. 38-31. (29x27); 56. 30-24. (23x41); 57. 24x31, (26x37); 58. 36-31. (X); 59. 47x36+36x47. (26x37); 60. 31-24. (23x41); 61. 38-31. (29x27); 62. 30-24. (23x41); 63. 24x31, (26x37); 64. 36-31. (X); 65. 47x36+36x47. (26x37); 66. 31-24. (23x41); 67. 38-31. (29x27); 68. 30-24. (23x41); 69. 24x31, (26x37); 70. 36-31. (X); 71. 47x36+36x47. (26x37); 72. 31-24. (23x41); 73. 38-31. (29x27); 74. 30-24. (23x41); 75. 24x31, (26x37); 76. 36-31. (X); 77. 47x36+36x47. (26x37); 78. 31-24. (23x41); 79. 38-31. (29x27); 80. 30-24. (23x41); 81. 24x31, (26x37); 82. 36-31. (X); 83. 47x36+36x47. (26x37); 84. 31-24. (23x41); 85. 38-31. (29x27); 86. 30-24. (23x41); 87. 24x31, (26x37); 88. 36-31. (X); 89. 47x36+36x47. (26x37); 90. 31-24. (23x41); 91. 38-31. (29x27); 92. 30-24. (23x41); 93. 24x31, (26x37); 94. 36-31. (X); 95. 47x36+36x47. (26x37); 96. 31-24. (23x41); 97. 38-31. (29x27); 98. 30-24. (23x41); 99. 24x31, (26x37); 100. 36-31. (X); 101. 47x36+36x47. (26x37); 102. 31-24. (23x41); 103. 38-31. (29x27); 104. 30-24. (23x41); 105. 24x31, (26x37); 106. 36-31. (X); 107. 47x36+36x47. (26x37); 108. 31-24. (23x41); 109. 38-31. (29x27); 110. 30-24. (23x41); 111. 24x31, (26x37); 112. 36-31. (X); 113. 47x36+36x47. (26x37); 114. 31-24. (23x41); 115. 38-31. (29x27); 116. 30-24. (23x41); 117. 24x31, (26x37); 118. 36-31. (X); 119. 47x36+36x47. (26x37); 120. 31-24. (23x41); 121. 38-31. (29x27); 122. 30-24. (23x41); 123. 24x31, (26x37); 124. 36-31. (X); 125. 47x36+36x47. (26x37); 126. 31-24. (23x41); 127. 38-31. (29x27); 128. 30-24. (23x41); 129. 24x31, (26x37); 130. 36-31. (X); 131. 47x36+36x47. (26x37); 132. 31-24. (23x41); 133. 38-31. (29x27); 134. 30-24. (23x41); 135. 24x31, (26x37); 136. 36-31. (X); 137. 47x36+36x47. (26x37); 138. 31-24. (23x41); 139. 38-31. (29x27); 140. 30-24. (23x41); 141. 24x31, (26x37); 142. 36-31. (X); 143. 47x36+36x47. (26x37); 144. 31-24. (23x41); 145. 38-31. (29x27); 146. 30-24. (23x41); 147. 24x31, (26x37); 148. 36-31. (X); 149. 47x36+36x47. (26x37); 150. 31-24. (23x41); 151. 38-31. (29x27); 152. 30-24. (23x41); 153. 24x31, (26x37); 154. 36-31. (X); 155. 47x36+36x47. (26x37); 156. 31-24. (23x41); 157. 38-31. (29x27); 158. 30-24. (23x41); 159. 24x31, (26x37); 160. 36-31. (X); 161. 47x36+36x47. (26x37); 162. 31-24. (23x41); 163. 38-31. (29x27); 164. 30-24. (23x41); 165. 24x31, (26x37); 166. 36-31. (X); 167. 47x36+36x47. (26x37); 168. 31-24. (23x41); 169. 38-31. (29x27); 170. 30-24. (23x41); 171. 24x31, (26x37); 172. 36-31. (X); 173. 47x36+36x47. (26x37); 174. 31-24. (23x41); 175. 38-31. (29x27); 176. 30-24. (23x41); 177. 24x31, (26x37); 178. 36-31. (X); 179. 47x36+36x47. (26x37); 180. 31-24. (23x41); 181. 38-31. (29x27); 182. 30-24. (23x41); 183. 24x31, (26x37); 184. 36-31. (X); 185. 47x36+36x47. (26x37); 186. 31-24. (23x41); 187. 38-31. (29x27); 188. 30-24. (23x41); 189. 24x31, (26x37); 190. 36-31. (X); 191. 47x36+36x47. (26x37); 192. 31-24. (23x41); 193. 38-31. (29x27); 194. 30-24. (23x41); 195. 24x31, (26x37); 196. 36-31. (X); 197. 47x36+36x47. (26x37); 198. 31-24. (23x41); 199. 38-31. (29x27); 200. 30-24. (23x41); 201. 24x31, (26x37); 202. 36-31. (X); 203. 47x36+36x47. (26x37); 204. 31-24. (23x41); 205. 38-31. (29x27); 206. 30-24. (23x41); 207. 24x31, (26x37); 208. 36-31. (X); 209. 47x36+36x47. (26x37); 210. 31-24. (23x41); 211. 38-31. (29x27); 212. 30-24. (23x41); 213. 24x31, (26x37); 214. 36-31. (X); 215. 47x36+36x47. (26x37); 216. 31-24. (23x41); 217. 38-31. (29x27); 218. 30-24. (23x41); 219. 24x31, (26x37); 220. 36-31. (X); 221. 47x36+36x47. (26x37); 222. 31-24. (23x41); 223. 38-31. (29x27); 224. 30-24. (23x41); 225. 24x31, (26x37); 226. 36-31. (X); 227. 47x36+36x47. (26x37); 228. 31-24. (23x41); 229. 38-31. (29x27); 230. 30-24. (23x41); 231. 24x31, (26x37); 232. 36-31. (X); 233. 47x36+36x47. (26x37); 234. 31-24. (23x41); 235. 38-31. (29x27); 236. 30-24. (23x41); 237. 24x31, (26x37); 238. 36-31. (X); 239. 47x36+36x47. (26x37); 240. 31-24. (23x41); 241. 38-31. (29x27); 242. 30-24. (23x41); 243. 24x31, (26x37); 244. 36-31. (X); 245. 47x36+36x47. (26x37); 246. 31-24. (23x41); 247. 38-31. (29x27); 248. 30-24. (23x41); 249. 24x31, (26x37); 250. 36-31. (X); 251. 47x36+36x47. (26x37); 252. 31-24. (23x41); 253. 38-31. (29x27); 254. 30-24. (23x41); 255. 24x31, (26x37); 256. 36-31. (X); 257. 47x36+36x47. (26x37); 258. 31-24. (23x41); 259. 38-31. (29x27); 260. 30-24. (23x41); 261. 24x31, (26x37); 262. 36-31. (X); 263. 47x36+36x47. (26x37); 264. 31-24. (23x41); 265. 38-31. (29x27); 266. 30-24. (23x41); 267. 24x31, (26x37); 268. 36-31. (X); 269. 47x36+36x47. (26x37); 270. 31-24. (23x41); 271. 38-31. (29x27); 272. 30-24. (23x41); 273. 24x31, (26x37); 274. 36-31. (X); 275. 47x36+36x47. (26x37); 276. 31-24. (23x41); 277. 38-31. (29x27); 278. 30-24. (23x41); 279. 24x31, (26x37); 280. 36-31. (X); 281. 47x36+36x47. (26x37); 282. 31-24. (23x41); 283. 38-31. (29x27); 284. 30-24. (23x41); 285. 24x31, (26x37); 286. 36-31. (X); 287. 47x36+36x47. (26x37); 288. 31-24. (23x41); 289. 38-31. (29x27); 290. 30-24. (23x41); 291. 24x31, (26x37); 292. 36-31. (X); 293. 47x36+36x47. (26x37); 294. 31-24. (23x41); 295. 38-31. (29x27); 296. 30-24. (23x41); 297. 24x31, (26x37); 298. 36-31. (X); 299. 47x36+36x47. (26x37); 300. 31-24. (23x41); 301. 38-31. (29x27); 302. 30-24. (23x41); 303. 24x31, (26x37); 304. 36-31. (X); 305. 47x36+36x47. (26x37); 306. 31-24. (23x41); 307. 38-31. (29x27); 308. 30-24. (23x41); 309. 24x31, (26x37); 310. 36-31. (X); 311. 47x36+36x47. (26x37); 312. 31-24. (23x41); 313. 38-31. (29x27); 314. 30-24. (23x41); 315. 24x31, (26x37); 316. 36-31. (X); 317. 47x36+36x47. (26x37); 318. 31-24. (23x41); 319. 38-31. (29x27); 320. 30-24. (23x41); 321. 24x31, (26x37); 322. 36-31. (X); 323. 47x36+36x47. (26x37); 324. 31-24. (23x41); 325. 38-31. (29x27); 326. 30-24. (23x41); 327. 24x31, (26x37); 328. 36-31. (X); 329. 47x36+36x47. (26x37); 330. 31-24. (23x41); 331. 38-31. (29x27); 332. 30-24. (23x41); 333. 24x31, (26x37); 334. 36-31. (X); 335. 47x36+36x47. (26x37); 336. 31-24. (23x41); 337. 38-31. (29x27); 338. 30-24. (23x41); 339. 24x31, (26x37); 340. 36-31. (X); 341. 47x36+36x47. (26x37); 342. 31-24. (23x41); 343. 38-31. (29x27); 344. 30-24. (23x41); 345. 24x31, (26x37); 346. 36-31. (X); 347. 47x36+36x47. (26x37); 348. 31-24. (23x41); 349. 38-31. (29x27); 350. 30-24. (23x41); 351. 24x31, (26x37); 352. 36-31. (X); 353. 47x36+36x47. (26x37); 354. 31-24. (23x41); 355. 38-31. (29x27); 356. 30-24. (23x41); 357. 24x31, (26x37); 358. 36-31. (X); 359. 47x36+36x47. (26x37); 360. 31-24. (23x41); 361. 38-31. (29x27); 362. 30-24. (23x41); 363. 24x31, (26x37); 364. 36-31. (X); 365. 47x36+36x47. (26x37); 366. 31-24. (23x41); 367. 38-31. (29x27); 368. 30-24. (23x41); 369. 24x31, (26x37); 370. 36-31. (X); 371. 47x36+36x47. (26x37); 372. 31-24. (23x41); 373. 38-31. (29x27); 374. 30-24. (23x41); 375. 24x31, (26x37); 376. 36-31. (X); 377. 47x36+36x47. (26x37); 378. 31-24. (23x41); 379. 38-31. (29x27); 380. 30-24. (23x41); 381. 24x31, (26x37); 382. 36-31. (X); 383. 47x36+36x47. (26x37); 384. 31-24. (23x41); 385. 38-31. (29x27); 386. 30-24. (23x41); 387. 24x31, (26x37); 388. 36-31. (X); 389. 47x36+36x47. (26x37); 390. 31-24. (23x41); 391. 38-31. (29x27); 392. 30-24. (23x41); 393. 24x31, (26x37); 394. 36-31. (X); 395. 47x36+36x47. (26x37); 396. 31-24. (23x41); 397. 38-31. (29x27); 398. 30-24. (23x41); 399. 24x31, (26x37); 400. 36-31. (X); 401. 47x36+36x47. (26x37); 402. 31-24. (23x41); 403. 38-31. (29x27); 404. 30-24. (23x41); 405. 24x31, (26x37); 406. 36-31. (X); 407. 47x36+36x47. (26x37); 408. 31-24. (23x41); 409. 38-31. (29x27); 410. 30-24. (23x41); 411. 24x31, (26x37); 412. 36-31. (X); 413. 47x36+36x47. (26x37); 414. 31-24. (23x41); 415. 38-31. (29x27); 416. 30-24. (23x41); 417. 24x31, (26x37); 418. 36-31. (X); 419. 47x36+36x47. (26x37); 420. 31-24. (23x41); 421. 38-31. (29x27); 422. 30-24. (23x41); 423. 24x31, (26x37); 424. 36-31. (X); 425. 47x36+36x47. (26x37); 426. 31-24. (23x41); 427. 38-31. (29x27); 428. 30-24. (23x41); 429. 24x31, (26x37); 430. 36-3



EM FOCO

Quinta, 25

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 14.55 Mundial'98: Bélgica-Coreia do Sul
- 17.10 Reis do Estúdio
- 19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
- 19.15 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.05 As Lições do Tonecas
- 21.40 Terra Mãe
- 22.35 Grande Entrevista
- 00.20 Mundial '98
- 00.55 24 Horas
- 01.55 Especial Musical - Whitney Houston

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.35 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.00 Hugo
- 19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
- 19.55 Mundial'98: Alemanha-Irão
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 Acontece
- 23.00 Restauração
- (de Michael Hoffman, Gr.Br./1995, com Robert Downey Jr., Sam Neil, David Thewlis, Poly Walker, Meg Ryan. Ver Destaque)
- 01.00 Falatório
- 02.00 Objectivo Lua

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Baila Comigo
- 11.00 Bom Baão
- 11.30 Cuidado com o Fantasma
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Direito de Antena (Referendo)
- 19.15 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite

Sexta, 26

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.10 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 14.55 Mundial'98: Argentina-Croácia ou Japão-Jamaica
- 17.10 No Tempo em que Você Nasceu
- 19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
- 19.15 País País
- 19.45 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.05 Terra Mãe
- 22.00 Concurso 1, 2, 3
- 00.10 Mundial '98
- 00.40 24 Horas
- 01.40 Máquinas
- 02.10 Mania Cop - A Vingança
- (de William Lustig, EUA/1988, com Tom Atkins, Bruce Campbell, Caurence Landon, Richard Roundtree. Terror)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
- 19.55 Mundial'98: Roménia-Túnia ou Colúmbia-Inglaterra
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 Acontece
- 23.00 Terra e Liberdade
- (de Ken Loach, Gr.Br./Esp./Alem./1994, com Ian Hart, Rosana Pastor, Iciar Bollain, Tom Gilroy. Ver Destaque)
- 00.50 Falatório
- 01.50 Ternuras e Arrufos

SIC

- 08.00 Buéréré
- 10.00 Baila Comigo
- 11.00 Bom Baão
- 11.30 Cuidado com o Fantasma
- 12.00 Malucos do Riso
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 16.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado

Sábado, 27

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.00 Fórmula 1 - GP de França (Treinos)
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Top +
- 14.50 Simpsons
- 15.25 Mundial'98: 1/8 de Final
- 17.35 Amor Fraternal
- 18.10 Jet 7
- 18.45 Há Horas Felizes
- 19.55 Mundial'98 (1/8 de Final)
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.45 Contra-Infomação
- 23.05 Nós, os Ricos
- 23.40 86-60-86
- 00.15 Reportagem
- 01.10 Mundial'98
- 01.45 24 Horas
- 02.30 Mississipi Selvagem
- (de Paul Warner, EUA/1993, com Mickey Rourke, Stephen Baldwin, Sheryl Lee, Jason London. «Thriller»)
- 04.15 Sem Limites

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Faienas
- 12.30 Música Maestro - «Sarabande»
- 12.55 Horizontes Selvagens
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Segredos da Corte (II)
- 15.55 Com Jeito Vai... na Farra
- (de Gerald Thomas, Gr.Br./1975, com Elke Sommer, Kenneth Williams, Joan Sims. Comédia)
- 17.25 Desporto 2
- 19.30 2001
- 20.10 Jogo do Alfabeto
- 20.50 Onda Curta
- (A Sereia, The Mermaid, de Alexander Petrov, Rússia/1996; Os Insolentes, Les Mistons, de François Truffaut, Fr./1958; A Morte do Estalinismo na Boémia, Death of Stalinism in Bohemia, de Jan Svankmajer, Chec./1990. Curtas Metragens)
- 21.50 Murphy Brown
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 00.10 Matar ou Não Matar
- (de Nicholas Ray, EUA/1950, com Humphrey Bogart, Gloria Grahame, Frank Lovejoy, Carl Benton Reid. Ver Destaque)
- 01.40 Os Sexos Humanos

SIC

- 08.00 Buéréré
- 11.30 O Nosso Mundo

Domingo, 28

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 12.30 Jornal da Tarde
- 12.55 Fórmula 1 - GP de França
- 14.50 Casa Cheia
- 15.25 Mundial'98: 1/8 de Final
- 17.35 Made in Portugal
- 18.55 Especial Referendo
- Telejornal
- 22.30 Assalto à Televisão
- 24.00 Mundial'98
- 00.30 24 Horas
- 01.30 Limites do Terror

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 Missa
- 10.50 70 x 7
- 12.30 Sinais do Tempo
- 13.30 Jornal d' África
- 14.30 Animação
- 16.00 Brancos Costumes
- (de Alberto Seixas Santos, Port./1974, com Luís Santos, Dalila Rocha, Isabel Castro, Sofia de Carvalho, Cremilda Gil. Ver Destaque)
- 17.30 Desporto 2
- 19.20 Bombordo
- 19.55 Mundial'98 - 1/8 de Final
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Horizontes da Memória
- 23.30 Ópera: «A Rapsódia Matreira»
- 00.35 Vidas do Século - «Lénin»

SIC

- 08.30 Buéréré
- 11.55 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.45 Três Homens e uma Menina
- (de Emile Ardolino, EUA/1987, com Tom Selleck, Steve Guttenberg, Ted Danson. Comédia)
- 15.45 Viper
- 16.45 Stargate
- 17.40 Minha Mãe É uma Sereia
- (de Richard Benjamin, EUA/1990, com Cher, Bob Hoskins, Winona Ryder. Ver Destaque)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.40 Diário do Mundial
- 20.50 Camilo na Prisão
- 21.10 Surprise Show
- 22.10 Corpo Dourado
- 23.15 Diário do Mundial
- 23.35 Último Jornal
- 24.00 Porky's
- (de Bob Clark, EUA/1981, com Dan Monahan, Mark Herrier, Wyatt Knight, Roger Wilson, Cyril O')

Segunda, 29

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.25 Mundial'98: 1/8 de Final
- 17.30 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 19.55 Mundial'98: Roménia-Inglaterra
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.50 Terra Mãe
- 23.50 Mundial de Futebol'98
- 00.20 24 Horas
- 01.20 Horizontes da Memória

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.35 Falatório
- 16.35 Amigos para Sempre
- 17.30 Madeira - Artes e Letras
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Tudo em Família
- 20.45 Portugalmente
- 21.25 Sarilhos com Elas
- 22.00 Murphy Brown
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 Acontece
- 23.25 Miranda
- (de Tinto Brass, It./1985, com Serena Grandi, Andrea Occhipinti, Andy J. Forest, Franco Branciaroli, Malisa Longo. Comédia)
- 01.00 Duckman, o Trapalhão

SIC

- 08.00 Buéréré
- 12.30 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 17.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Por Amor
- 22.00 Roda de Milhões
- 24.00 Toda a Verdade
- 01.00 Diário do Mundial
- 01.20 Último Jornal

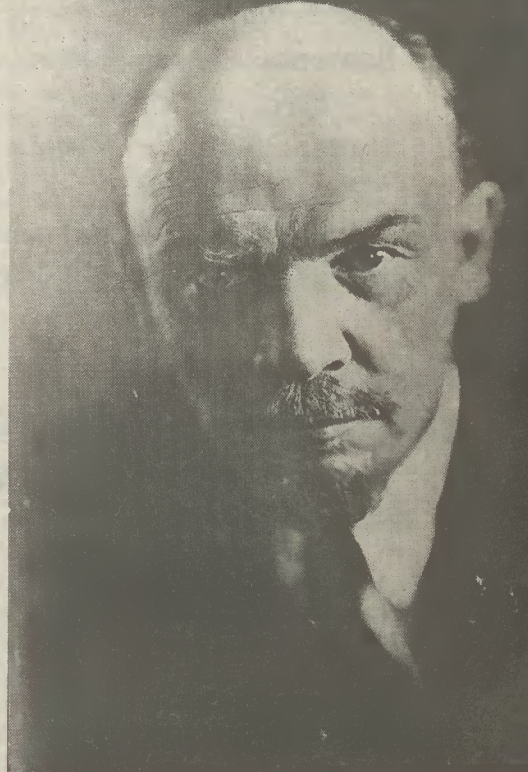
TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Um Homem sem Passado
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Pensacola

Terça, 30

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.25 Mundial'98: 1/8 de Final
- 17.25 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 19.55 Mundial'98: 1/8 de Final
- 22.00 Telejornal
- 22.30 Cais do Oriente
- 22.50 Herman 98



A «Figura do Século» desta semana é Lénin. Domingo ao fim da noite na RTP2

- 00.40 Mundial de Futebol '98
- 01.10 24 Horas
- 02.10 Rotações

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Cosuteau at 85
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Tudo em Família
- 20.45 Portugalmente
- 21.15 Ellen
- 22.00 Murphy Brown
- 22.30 Jornal 2
- 23.10 Acontece
- 23.20 Desejos Inconscientes
- (de Bigas Luna, Esp./1992, com Stefania Sandrelli, Anna Galiena, Juan Diego, Penelope Cruz. Melodrama / Erótico)
- 01.00 Falatório
- 02.00 Desejos Proibidos

SIC

- 08.00 Buéréré
- 12.30 Baila Comigo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 17.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.00 Por Amor
- 23.00 Diário do Mundial
- 23.20 Último Jornal
- 23.45 Prisão Infernal
- (de Chech Yaitanes, EUA/1995, com David Bradley, Iuji Okonoto. Acção)
- 01.45 Concerto dos Bee Gees
- 01.45 Raptados
- 03.45 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Um Homem sem Passado
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Casos de Arquivo
- 23.00 PSI Factor
- 24.00 Seinfeld
- 00.35 Feedback
- 01.20 Ponto Final

Quarta, 1

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.05 A Banqueira do Povo
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Perdidos de Amor
- 14.10 Consultório
- 15.15 Nós, os Ricos
- 15.55 Concurso 1, 2, 3
- 18.15 Maria do Bairro
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Cais do Oriente
- 21.10 TV Verdade



A «Figura do Século» desta semana é Lénin. Domingo ao fim da noite na RTP2

- 21.45 Terra Mãe
- 22.45 Mad Max, As Motos da Morte
- (de George Miller, Austrália/1979, com Mel Gibson, Joanne Samuel, Steve Bisley. Ver Destaque)
- 00.40 Mundial '98
- 02.10 24 Horas

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.35 Falatório
- 16.45 Amigos para Sempre
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.40 Hugo
- 20.15 Tudo em Família
- 20.45 Portugalmente
- 21.25 Simpsons
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 O Amante
- (de Jean-Jacques Annaud, Fr./Gr.Br./1991, com Jane March, Tony Leung, Frédérique Meunier, Lisa Faulkner. Drama)
- 00.40 Falatório
- 01.40 Musical

SIC

- 08.00 Buéréré
- 12.30 Imagens Reais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.55 O Juiz Decide
- 15.00 Vidas Cruzadas
- 17.00 Fátima Lopes
- 18.00 Corpo Dourado
- 19.00 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Diário do Mundial
- 21.00 Por Amor
- 22.00 Furor
- 23.15 Casos de Polícia
- 00.30 Diário do Mundial
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Conversas Secretas 7
- 02.35 Portugal Radical

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.15 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Um Homem Sem Passado
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Picar o Ponto
- 22.30 A Viúva Negra
- (de Bob Rafelson, EUA/1987, com Debra Winger, Theresa Russell, Sami Frey, Dennis Hopper. Ver Destaque)
- 00.55 Seinfeld
- 01.25 Lanterna Mágica
- 02.00 Ponto Final



Whitney Houston em novo disco (hoje à noite na RTP1)

- 20.50 Diário do Mundial
- 21.00 Malucos do Riso
- 21.30 Por Amor
- 23.15 Esta Semana
- 00.30 Diário do Mundial
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Flash
- 02.35 Vibrações

- 19.00 Direito de Antena (Referendo)
- 19.15 Era Uma Vez
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Diário do Mundial
- 21.00 Bom Baão
- 21.30 Ponto de Encontro
- 22.30 Por Amor
- 23.30 Diário do Mundial
- 01.20 Último Jornal
- 02.05 Vibrações

TVI

- 10.10 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.20 Lágrimas de Mulher
- 15.05 Caprichos
- 16.00 Império de Cristal
- 17.00 Animação
- 18.00 Um Homem sem Passado
- 19.00 F/X - Efeitos Mortais
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Terra: Conflito Final
- (de Albert Pyun, EUA/1996, com Christopher Lambert, Elizabeth Barondes, Natasha Henstridge. Drama)
- 00.30 Seinfeld
- 01.35 Ponto Final

O enésimo «espectáculo anual» dos Bee Gees: terça à noite na SIC

- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Avalanche no Alasca
- (de Paul Shapiro, EUA/1994, com David Hasselhoff, Michael Foss, Deanna Milligan. Acção)
- 15.40 Norte e Sul
- 16.10 Walker
- 18.05 Crocodilo Dundee 2
- (de John Cornell, Austrália/1988, com Paul Hogan, Linda Koslowski, Ernie Dingo. Aventuras)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 21.30 Corpo Dourado
- 22.30 Big Show Sic
- 01.30 Diário do Mundial
- 01.50 Último Jornal
- 02.15 A Mulher que Veio do Céu
- (de Lou Antonio, EUA/1989, com Sharon Gless, Scott Glenn, Max Gail. Telefilme)

TVI

- 10.00 Animação
- 12.40 Gémeas
- 13.35 Contra-Ataque
- 14.40 Feed Back
- 15.45 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
- 16.40 Competente e Descarada
- 17.25 Justiça Final
- 19.10 Aventuras no Pacífico
- 20.00 Flipper
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 No Limite da Lei
- (de Paul Schneider, EUA/1996, com Cotter Smith, Holland Taylor, Mel Harris, Melissa Gilbert. Drama)
- 00.30 A Tatuuagem Secreta
- (de Erik Fleming, EUA/1994, com Martin Kemp, Alexandra Paul, Adam Ant, Grace Jones. Acção)



A TVI anuncia a substituição da série «Um Homem sem Passado» pela veneranda «A Bela e o Monstro

- Reilly. Comédia)
- 02.00 Norte e Sul

TVI

- 10.00 Animação
- 10.30 Novos Ventos
- 11.10 Missa
- 13.00 Portugal Português
- 14.00 As Orcaas
- 15.10 Hospital Universitário
- 16.35 Competente e Descarada
- 17.15 Justiça Final
- 18.50 Desafios
- 19.00 Nightman
- 20.00 Flipper
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Causa Justa
- 23.00 O Homem no Sotão
- (de Graeme Campbell, EUA/1995, com Anne Archer, Len Cariou, Neil Patrick Harris. Drama)
- 01.00 A Magia do Cinema

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## Por isto e por aquilo...

### Restauração

(Quinta, 23.00, RTP2)

«Galardoado com os Óscares de 1995 para o Melhor Guarda Roupa e Melhor Direção Artística, "Restauração" é um sumptuoso e romanesco fresco histórico que evoca a era da restauração da monarquia em Inglaterra, na segunda metade do século XVII, sob o reinado de Carlos II. Baseando-se no romance de Rose Tremain, "Restauração" e acompanha a rocambolesca trajetória de um jovem médico dos baldios miseráveis de Londres à corte de Carlos II, através de casos de amor complicados e momentos de desgraça e glória, culminando com o impressionante e devastador Grande Incêndio de Londres.». É assim que o Boletim de Programas da RTP nos apresenta este filme que julgamos inédito entre nós e que, para além dos nomes de Robert Downey Jr., Sam Neil ou Meg Ryan em alguns dos principais papéis, traz a credibilidade do nome de Michael Hoffman, como realizador. A descobrir.



Uma cena sumptuosa de «Restauração», filme de Michael Hoffman

### Terra e Liberdade

(Sexta, 23.00, RTP2)

O último filme do excelente ciclo dedicado ao cinema britânico actual, também desconhecido entre nós, é mais uma obra de Ken Loach (que o inaugurara). Desta vez, os interesses do realizador dirigem-se para a Guerra de Espanha e, em vez de dar prioridade ao dramático conflito que opôs as forças da liberdade às da opressão, parece debruçar-se sobre um dos lados, abordando as contradições que se verificaram no campo democrático e republicano. As referências dizem tratar-se de uma obra ao melhor nível do que costuma oferecer-nos Loach, um realizador sempre preocupado por temas sociais e políticos. Se a análise do cineasta se revela lúcida face a tão complexa abordagem, é coisa que compete ao espectador decidir.

### Matar ou Não Matar

(Sábado, 00.10, RTP2)

Um argumentista cinematográfico é frequentemente acometido de acessos de violência. Uma noite leva até sua casa uma jovem empregada que ele vê como a personagem de um argumento para um próximo filme. Mas a jovem é encontrada morta. Para o detective que se ocupa do crime, o nosso argumentista é o culpado. Mas eis que uma vizinha (secreta paixão do suspeito) se intromete e tudo se encaminha noutro sentido... Um filme sobre o duplo sentido da violência: a do argumentista e, através dele, a da própria Hollywood. Talvez por isso, o final teve de ser modificado... O que não impede tratar-se de uma das melhores obras de Nicholas Ray, com brilhantes participações de Humphrey Bogart e Gloria Grahame.

os desejos de liberdade face ao peso patriarcal do chefe de família. Com Luís Santos, Dalila Rocha, Isabel de Castro e Sofia de Carvalho nos principais papéis.

### A Minha Mãe é Uma Sereia

(Domingo, 17.40, SIC)

Nesta comédia romântica protagonizada por vedetas conhecidas, como Cher ou Bob Hoskins, o relevo vai, no entanto, para o excelente papel de Winona Ryder, no personagem de uma adolescente assolada pelas contradições próprias da sua idade e que observa, com alguma estranheza, a vida da sua progenitora,

uma mãe solteira cujos costumes são, por vezes, mais do que insólitos, para não dizer altamente irritantes. Um retrato de família de certa classe média americana, em plenos anos 60, com a economia a relançar-se e J.F.K. na Casa Branca. Uma realização sensível e delicada de Richard Benjamin.

### A Viúva Negra

(Quarta, 22.30, TVI)

Filme de «mistério e crime», *A Viúva Negra* é a história de uma mulher (Theresa Russell) que casa sucessivamente com uma série de milionários, para assassiná-los um após o outro! Uma história aparentemente banal e rasteira, que poderia dar um filme de terceira ordem, não fora o talento de Bob Rafelson que consegue poupar-nos momentos de eventual e arbitrário *suspense* para transformar este argumento numa atmosfera digna dos mais interessantes filmes negros dos nossos dias, não isento de imagens fortes, mas com grandes interpretações - sobretudo de Dennis Hopper e de Debra Winger, esta na pele de uma investigadora do Departamento de Justiça.

### Brandos Costumes

(Domingo, 16.00, RTP2)

Terminado e levado às salas de cinema logo após o 25 de Abril, *Brandos Costumes*, começado a rodar por Seixas Santos ainda em pleno fascismo, reflecte nas suas próprias desigualdades as interrogações sobre o caminho a seguir pelo cinema português após a conquista da Liberdade. É um retrato de uma família da média burguesia, com conflitos entre gerações e

### Mad Max, As Motos da Morte

(Quarta, 22.45, RTP1)

Misto de ficção científica e «filme de estrada», esta película australiana só tardiamente fez êxito nos EUA, sendo até hoje objecto de continuações mais ou menos conseguidas, dirigidas pelo seu realizador inicial. A história conta-se em duas palavras. Num desolador e frustrante futuro próximo, as autoridades policiais estão sobretudo ocupadas em varrer das estradas bandos violentos e suicidas de condutores de motos. É então que um dos mais destacados polícias destas brigadas, que se retirara por desânimo e cansaço (personagem intensamente interpretada por Mel Gibson), vê a sua mulher e filha serem assassinadas por um dos bandos e decide emprender uma perseguição sem quartel. Uma filme de grande espectáculo e de antecipação futurista.

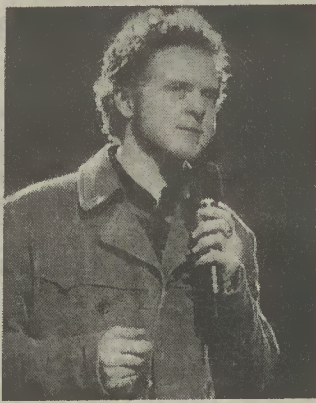
## CABO & SATÉLITE

### A lei da selva

O canal francófono *La Cinquième*, que funciona até às 18 horas na mesma frequência do *Arte* e antes do arranque das emissões deste, transmite hoje pelas 15.25 um documentário particularmente oportuno que nos fala da estratégia de emprego (e de despedimentos) das chamadas «grandes empresas mundiais», ainda mais sinistras na matéria do que as «multinacionais». São cerca de 500 e reinam impunemente sobre o planeta, muitas vezes acima das próprias leis. O filme chama-se «*Modes de Vie, Modes d'Emploi*». (*La Cinquième*, Quinta, das 15.25 às 15.55)

### Pop e Jazz, para todos os gostos

Para os amantes do grupo britânico *Simply Red* que, tendo à sua frente o vocalista Mick Hucknail, se impôs a partir dos anos 80, através da sua mescla de *pop* e *reggae*, é imprescindível visitar hoje o canal *MCM* para assistir a uma «integral» a partir das 18.30. Pelo contrário, os mais entusiasmados que vêm em Stéphane Grappelli um modelo de musicalidade e brilhantismo de improvisação (como um dos raríssimos violinistas do Jazz), então a marcação é duas horas e meia mais tarde no canal *Muzzik*, para um concerto gravado ao vivo no *Théâtre du Châtelet*, em 1984. (*MCM*, Quinta, das 18.30 às 19.30; *Muzzik*, Quinta, das 21.00 às 22.10)



### Um filme de Tavernier

Inspirado num caso real, o realizador francês Bertrand Tavernier, realizou «*Le Juge et l'Assassin*», cujo argumento relata o empenhamento de um juiz num julgamento até que o acusado seja na realidade condenado. Um filme admiravelmente encenado com boas interpretações de Isabelle Huppert e Philippe Noiret e, sobretudo, de Michel Galabru que alcançou o César do cinema francês em 96. A transmissão é hoje na *TV 5*, pelas 19.05.

(*TV 5*, Quinta, das 19.05 às 21.00)



Stéphane Grappelli na guitarra (à direita) e Django Reinhardt (à esquerda) tapando os ouvidos...



As colsas complicam-se nesta sequência de «Matar ou Não Matar», de Nicholas Ray



Mel Gibson é um polícia implacável no filme de antecipação futurista «Mad Max, As Motos da Morte»

TV5  
LA TÉLÉVISION  
INTERNATIONALE



# A lição

Como decerto pelo menos alguma outra gente, embora não muita, eu quis assistir no passado domingo à rubrica «Artes e Letras», que está a transmitir uma interessante História da Arte Americana, naquela noite consagrada sobretudo à década de 30. Quis assistir e, para meu crédito se diga, ainda consegui acompanhar alguns excertos, proeza de que nem todos terão sido capazes. Porque no outro canal da RTP, o primeiro, «o principal» (como em dado momento apregoou um «spot» auto-publicitário da estação), estava em curso a transmissão do encontro entre os Estados Unidos e o Irão para o Mundial 98. Mais ainda: a partir de

certa altura o Irão passou a vencer por um golo, e então foi aquela irresistível ansiedade de saber se a equipa dos donos do mundo ia dar com os burrinhos na água, como de facto deu. Nesse transe,

quem é que podia ter o autodomínio, a força de vontade, a curiosidade intelectual bastante para manter o televisor sintonizado na «2»?

Não é, entenda-se que o Irão que tem sido dos ayatholas, agora porventura a tender para sê-lo um pouco menos, seja o país da minha mais forte simpatia. De resto, a julgar por alguns gestos que as câmaras surpreenderam no final do encontro, a vitória iraniana terá sido obtida menos por mérito dos jogadores que por vontade directa de Allah, que na circunstância terá feito pela equipa iraniana o que a Senhora de Fátima teria decerto feito pela portuguesa se a então chamada «equipa» de todos nós», que obviamente já não o é desde a eliminação na fase anterior do torneio, tivesse sido apurada. Mas, como bem se entende, a questão é que dá um especial e incontornável gozo assistir a que os que mandam no mundo (ou melhor: os que os representam) sejam eliminados por uns terceiro-mundistas mal barbeados, ou não barbeados de todo. É claro que aquilo não era mais que um jogo de futebol, como aliás logo houve quem lembrasse. Mas eu gostava de saber se, caso os norte-americanos golessem os infieis por uns dez a zero, não apareceriam uns quantos a lembrar, ou pelo menos a sugerir, que o esmagamento desportivo correspondia à diferença esmagadora entre o esplendor americano e a inferioridade dos povos exóticos.

## Condenação à morte

Pois, como ia dizendo, graças a um grande esforço de vontade consegui assistir a alguns momentos daquela emissão de Artes e Letras. Poucos, é certo. Um deles, porém, pareceu-me especialmente proveitoso,

didáctico. Contou-me que, a dado passo da tal década de 30, o multimilionário Rockefeller, apelido este que só por si é uma espécie de sinónimo do grande poder financeiro, decidiu encomendar ao mexicano Diego Rivera uma pintura mural alusiva às relações entre o capital e o trabalho. Convém lembrar que Rivera foi um dos maiores pintores deste século, a par de Orozco, e que era assumidamente um homem com vínculos ao sonho revolucionário do povo mexicano. Rockefeller lá terá pensado que isso não fazia mal e talvez até que a encomenda fazia prova da sua largueza de espírito.

Rivera pintou o mural e nele, em dado lugar, estava a inconfundível figura de Lénine, embora apenas à escala do quase pormenor pictórico no contexto de uma pintura de grande dimensões. Porém, quem não considerou a presença de Lénine, mesmo

apenas em efígie, como um mero pormenor foi o generoso encomendador da obra. Em sinal de grande fúria, ordenou a imediata demolição da parede, isto é, decretou a pena de morte para a obra de arte, tendo a sentença sido imediatamente cumprida. «Artes e Letras» acrescentou a esta estória verdadeira

que os meios artísticos e intelectuais de esquerda reagiram mal à decisão de Rockefeller. Injustamente, já se vê: o milionário não mandou abater o pintor, o que bem poderia fazer sem que nada lhe acontecesse. Nem sequer o fez encafiar em

nenhuma enxovia, o que decerto teria acontecido se o caso tivesse ocorrido na Alemanha nazi, na Itália fascista, na Espanha franquista. Ou no país de Salazar. A narração bebe deste episódio ouvi-a eu como quem recebe uma lição. Lembrei-me de que, por essa mesma altura, na então URSS, país que não tinha nada de

democrático, o poder mandava retirar de certas fotos as imagens de opositores políticos. Porque não queria que fossem vistos, porque queria apagá-los da memória colectiva. Mas, que se saiba (e, quanto a isso, hoje sabe-se tudo e mais alguma coisa), nunca mandou arrasar uma obra de arte para suprimir uma imagem **non grata**, como o poder rockfelleriano fez nos Estados Unidos. É o que eu pensava: não há nada como uma boa democracia para preservar a liberdade de expressão.



# Testemunhos da Expo

Um dia destes o Primeiro-Ministro vai ao parlamento discursar sobre o estado da Nação.

Não é difícil adivinhar a toada optimista que vai embalar o seu discurso. Vamos ouvir novo fogueirão sobre o «primeiro pelotão» de entrada no «euro», a realização da Expo '98, os louvores estrangeiros aos presentes indicadores macro-económicos do país.

É quase certo que não nos vai preocupar com as «bagatelas» que são os lados negativos destas proezas e os custos com que vão onerar o nosso futuro. Provavelmente também vai esquecer o desemprego e a sua previsível explosão no próximo Outono. Não é natural que se ocupe de matérias incómodas como o novo pacote laboral e a chamada reforma da segurança social.

A oratória oficial concebe-nos como uma nação em festa.

A impertinente realidade mostra, no entanto, que não é bem assim.

Uma flagrante partida que a realidade pregou às fantasias governamentais é a fraca afluência à Expo verificada ao longo do primeiro mês do seu funcionamento.

Apresentada de forma exagerada e um tanto ridícula como feito nacional quase comparável aos descobrimentos, numa sessão inaugural em que o PS ocupou todos os lugares da tribuna na gula de se apropriar dos resultados, a Expo está muito aquém das expectativas em matéria de capacidade mobilizadora.

O flagrante erro de cálculo não tem a ver com a boa qualidade e o efectivo interesse do certame que impressiona positivamente o visitante mais exigente, desde logo pelo parque aprazível e bem servido de amplos acessos que recuperaram para Lisboa e o Tejo uma zona especialmente dotada, mas que estava profundamente degradada.

O erro também não resulta, tudo o indica, apenas de uma deficiente prospecção do mercado da responsabilidade dos gestores. Parece ser sobretudo o resultado de uma deslocada avaliação da realidade social e cultural do nosso país da responsabilidade dos políticos... do Governo, naturalmente.

A diferença é a que vai dos virtuais 100 (a 150) mil visitantes diários, tão insistentemente anunciados, antes, e os reais 30 e poucos mil, tão amargamente confessados, depois.

Isto apesar do maciço contributo das crianças e dos espanhóis, responsáveis, com certeza, em alguns dias, por cinquenta por cento das presenças.

A importância destes números, que ultrapassa largamente o episódio da Expo, é a de que

eles podem indiciar que o Governo procede com idêntica margem de erro quando avalia as reais condições de vida do nosso povo para definir políticas em matéria de salários, reformas ou de impostos. Uma coisa evidente parece ser a de que eles põem em causa a existência da tal vasta e desafogada classe média que a propaganda europeísta, e não só governamental, tem querido proclamar como resultado da integração.

Percebe-se, por tudo isto, que a grande comunicação social, especialmente a mais próxima do PS, tenha a partir de certa altura começado a escamotear a questão da afluência ou tenha arranjado as mais variadas justificações para explicar a sua magreza quando fala dela e faça um notável esforço de propaganda mobilizadora.

Os responsáveis da «Expo» estão também obrigados, não só pelos resultados do empreendimento, mas por evidentes razões políticas, a tomarem diversas medidas,

incluindo algumas a lembrar os saldos de fim de estação - passes familiares, bilhetes de grupo, mais entradas gratuitas - para engrossar os caudais de visitantes e fazer esquecer a decepção inicial.

É talvez fiado nestas medidas que o administrador Mega Ferreira insiste numa recente entrevista ao «DN»: «Acredito nos 15 milhões». Entretanto, como confessa que até agora tiveram menos de 10 por cento daquele objectivo, de agora em diante é que vão ser necessárias as tais multidões de 150 mil visitantes por dia, ou até mais para fazer a média.

Parece crível? Provavelmente nem seria desejável. É duvidoso que com tais multidões e em grandes dias de calor de Julho e Agosto, a «Expo» funcione e continue a ser aquele lugar aprazível que encontraram os que a visitaram em finais de Maio e princípios de Junho.

Independentemente da opinião que se tenha sobre os custos da Expo e a oportunidade da sua realização no concerto das prioridades nacionais, ela testemunha em vários aspectos o estado da Nação.

Nos seus inegáveis méritos: a capacidade organizadora e realizadora do nosso povo, dos seus trabalhadores, técnicos e artistas.

Na sua difícil situação social: evidenciando o muito baixo nível de vida da grande maioria da população e em consequência a falta de hábitos culturais suficientemente generalizados.

Na megalomania, miopia social e demagogia dos governantes que, em vez de enfrentarem estas realidades, as silenciam ou as pintam de cor-de-rosa na ilusão de que convencem o país de que vai tudo no melhor dos mundos...

Assim vai a «Expo».

## VARIANTES

■ Carlos Brito



## ESCAPARATE



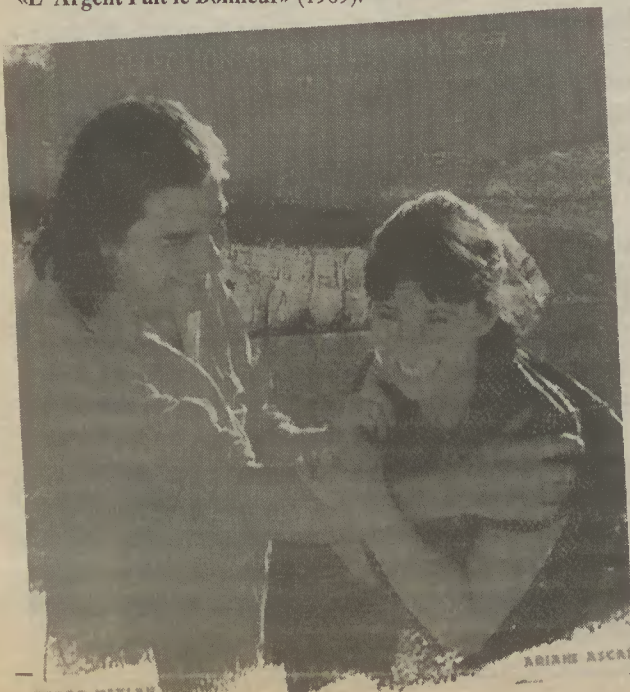
## Festas Populares de S. Pedro

Aí estão as Festas Populares de S. Pedro que, como é habitual, a Câmara Municipal do Seixal realiza todos os anos. Na variada programação destes festejos populares, o destaque vai esta semana para diversos espectáculos e realizações, designadamente ligadas ao artesanato. Assim, já amanhã pelas 21.30, haverá o desfile das Marchas Populares, sendo também inaugurada a V Mostra de Artesanato do Seixal que, decorrendo até 5 de Julho, inclui, além de trabalhos ao vivo, um programa de animação multi-artes (folclore, artes circenses, caricaturistas); no sábado 27 realizar-se-á no Recinto da Mostra de Artesanato o V Concurso de Doçaria do Município do Seixal; no domingo 28, no Palco 1 do Largo 1.º de Maio, haverá um espectáculo com a colaboração de Carlos Mendes, às 24 horas Animação Musical na Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense e às 6.00 a Marcha das Canas; na segunda-feira 29, também no Palco 1 do Largo 1.º de Maio, será a vez de o grupo Meninos D' Avó realizarem o seu espectáculo; e, no dia seguinte, terça-feira 30, a Orquestra Ligeira Santos Rosa actuará no Palco 2, no Largo da Igreja do Seixal. Divirtam-se!

## CINEMA

### Retrospectiva de Robert Guédiguian

A propósito da estreia em Portugal do seu filme «Marius et Jeannette», começou ontem e abrangerá a projecção de sete filmes uma retrospectiva do cineasta francês Robert Guédiguian, natural de Marselha e nascido em 1953 de pai arménio e mãe alemã, tendo começado em 81 a sua carreira de argumentista, realizador e produtor de longas-metragens. Sempre às 19 horas, no Auditório Philippe Frieman do Instituto Franco-Português (R. Luís Bivar, Lisboa), serão projectados os seguintes filmes: quarta-feira 24, «À la Vie, À la Mort» (1995); quinta-feira 25, «Dernier Été» (1980); sexta-feira 26, «Rouge Midi» (1983); segunda-feira 29, «Ki Lo Sa?» (1985); terça-feira 30, «Dieu Vomit Les Tièdes» (1989); e quarta-feira 1, «L' Argent Fait le Bonheur» (1989).



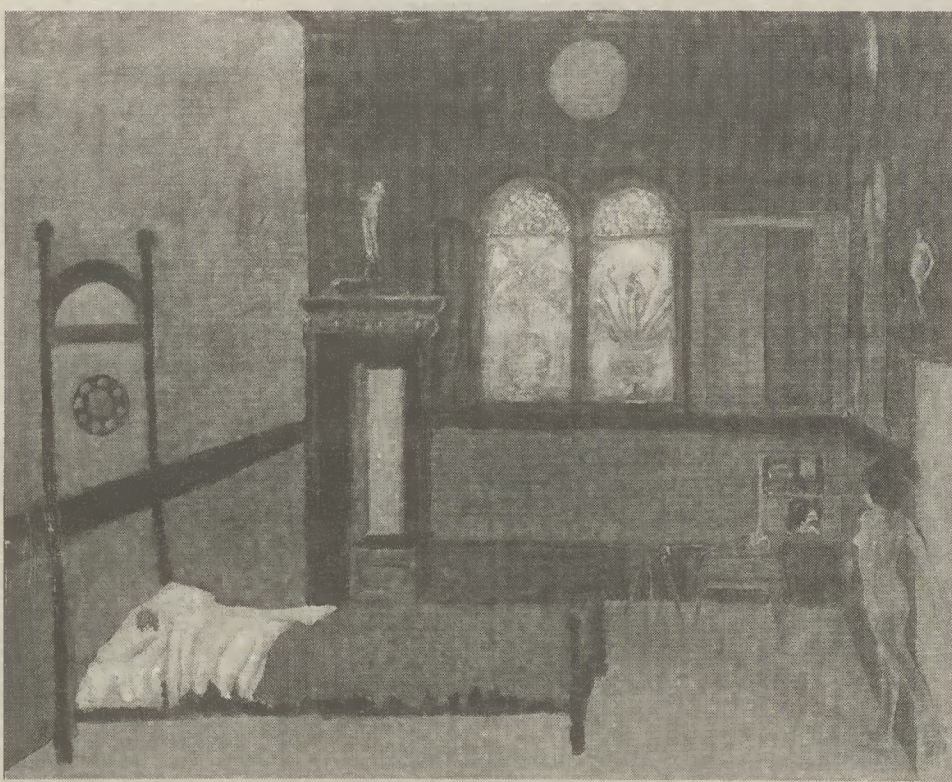
## EXPOSIÇÕES

### Fotografia no Seixal

Foi inaugurada no passado sábado, na Galeria de Exposições Augusto Cabrita, no Fórum Cultural do Seixal (Quinta dos Franceses), uma Exposição Antológica de Fotografia da autoria de Aníbal Sequeira. Esta exposição intitula-se «Imagens na Memória».

### Pintura no Porto

Continua patente ao público na Cordeiros Galeria (Rua António Cardoso, no Porto) uma exposição de trabalhos de Henrique Silva. Esta exposição intitula-se «A Revolta dos Objectos» e prolongar-se-á até 30 do corrente.



## MÚSICA

### Festival de Música de Sintra

Começou no passado dia 12 e prolongar-se-á até meados de Julho o XXXIII Festival de Música de Sintra, prestigiada realização cultural que anima a vida artística naquela cidade e em outras localidades vizinhas, ao qual se seguirão, a partir de meados de Agosto e até inícios de Setembro, as também anuais Noites de Bailado. Durante o período coberto por esta edição, são de sublinhar os seguintes concertos: quinta-feira, 25, às 21.30, no Palácio Nacional de Queluz, um recital de piano, violino e violoncelo, por respectivamente Artur Pizarro, Raphael Oleg e Sonia Wieder-Atherton, cujo repertório é o Trio com Piano em Mi bemol Maior, Hob. XV/29 de Franz Joseph Haydn, o Trio com Piano em Dó menor, op. 1 n.º 3 de Ludwig van Beethoven e o Trio com Piano em Lá menor, op. 50 («À Memória de Um Grande Artista»), de Piotr Tchaikovsky; sábado 27, à mesma hora e no mesmo local, recital de música de



câmara pela Orquestra de Câmara do Concertgebouw, dirigida por Marco Boni, com Maria João Pires (piano) como solista, com a Sinfonia Simples de Britten, o Concerto n.º 14 em Mi bemol Maior, K. 449 de Mozart, a Serenata de Elgar e a Sinfonia n.º 44 em Mi menor de F. J. Haydn; finalmente na terça-feira 30 no Palácio Nacional de Sintra (às 21.30) a soprano Ruth Ziesack e o pianista Ulrich Eisenlohr darão um recital de lider com obras de Hensel, Schumann e Reimann.

## BAILADO Em Évora

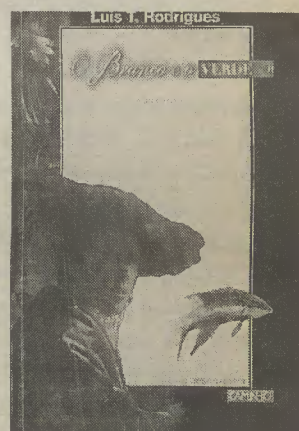
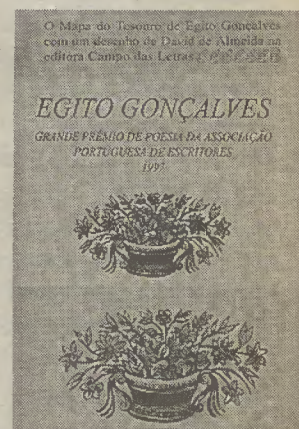
Integrada na sua temporada de espectáculos e numa organização do Centro Regional das Artes do Espectáculo - CENDREV, realiza-se amanhã e no sábado no Teatro Garcia de Resende (Évora) um espectáculo de bailado com a colabora-

ção da companhia do Ballet Gulbenkian. Serão dançados os seguintes bailados: «Seis Danças», «The Butterfly Effect» e «The Vile Parody of Address», as coreografias são de Jiri Kylian, Itzik Galili e William Forsythe.

## LIVROS

### O Mapa do Tesouro

Egito Gonçalves continua o seu itinerário poético, e constrói, desta vez, os seus passos sobre O Mapa do Tesouro. Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores de 1997, este livro foi recentemente lançado pela Campo das Letras, na sua colecção *O aprendiz de feiticeiro*. Nome feliz para uma colecção, nestas lides de poesia. Não que as palavras de Egito se voltem contra o autor, com a maestria de longos anos na arte de as dobrar e dobrar ao ritmo dos sentimentos e da inteligência. Mas porque a poesia é sempre um risco e uma aventura. Nesta cuidada edição - como sempre na editora de que falamos -, que conta com um belo desenho de David de Almeida, o autor deixa os versos e esconde - ou revela - o ritmo poético numa prosa em que interroga a própria escrita.



### O Branco e o Verde

Luís T. Rodrigues estreou-se há anos - por sinal na Caminho que lhe publica desta feita o terceiro livro - com uma «parceria policial» que escreveu com Justino Pamplona, tendo ambos recebido, «enquanto jovens», o Prémio Caminho de Literatura Policial 1987. Depois, o autor reincidiu. Escreveu *Os Dias Felizes*, que a mesma editora publicou em 1989, um romance que recordamos por nos falar desses abomináveis anos 80 e de uma certa juventude portuguesa que perplexamente passávamos a conhecer, navegando não em desespero mas na ausência de projecto e de esperança. Confirma-se - se necessário fosse - a estatura do escritor, com mais este livro, *O Branco e o Verde*. Onde habita, talvez, a mesma perplexidade perante o mundo, nesta viagem ao passado, tão recente, de uma personagem «roubada à realidade».



# ATALHE DE FOICE ABCês

«Se o 'sim' vencer, faz sentido dar aos defensores do 'não' o direito de objecção no plano fiscal. Não será intolerância pedir àqueles que entendem que o aborto elimina uma vida humana, que os seus impostos sirvam para pagar os hospitais?» - eis uma ideia peregrina de António Pinto Leite, que na revista do Expresso da semana passada brinda os leitores com um pretense «ABC do referendo». Em boa verdade, não se sabe se a paternidade da ideia é mesmo de APL, mas o facto é que logo teve seguidores nos acólitos do 'não', que não se cansam de a usar nos seus tempos de antena, quiça na esperança de mais uma hipótese de fuga ao fisco. Imagine-se agora se APL, em inequívoca manifestação de 'tolerância', estendesse o direito de objecção no plano fiscal - vulgo, não se paga, não se paga - aos mais diversos domínios da vida social.

Por que há-de um trabalhador sem filhos, por exemplo, contribuir com os seus impostos para a educação dos filhos adolescentes de APL?

Por que motivo terão milhões de portugueses, que não dispõem de meios para contratar os serviços de um especialista, contribuir com os seus impostos para que APL se possa dar ao luxo de pôr os filhos a ver, como o próprio afirma, «um dos filmes que existem sobre um aborto», «enquadrados por um pedagogo»?

Por que razão terão os trabalhadores por conta de outrém contribuir com os seus impostos para o orçamento do Estado, se uns largos milhares que auferem chorudos proventos de actividades mais ou menos liberais não descontam um chavo?

Por que motivo terão os portugueses que se opõem ao envio de militares nacionais para acções no estrangeiro - do Iraque à Bósnia ou ao Kosovo -, por considerarem que a sua acção contribui para eliminar vidas humanas, pagar com os seus impostos as armas que vão usar?

Por que há-de o português sem carro pagar as autoestradas e as pontes onde circulam a altas velocidades os carros de luxo, e pagar ainda os hospitais dos que assim correm para a morte?

Por que há-de o português que não vai à Expo pagar a factura da «última exposição do século»?

As interrogações poder-se-iam estender até à eternidade, a tal que segundo APL «é o nosso grande problema», caso Deus exista. É pelo menos o problema de APL, que tem medo da morte, e já deita contas à vida para a eventualidade de ter de prestar contas. Ora é justamente aqui que a ideia de APL quanto ao direito de objecção de consciência fiscal adquire o seu sentido mais perverso e, para usar uma linguagem religiosa, de um verdadeiro pecado mortal. Porque APL, ao defender tal postura, está objectivamente a condenar à morte milhares de mulheres que, por um conjunto de circunstâncias diversas, são levadas a praticar o aborto. Mas com essas APL não se importa. Como não se importa com o destino de milhares de jovens que, por não terem acesso à educação sexual - que o PSD de APL 'por acaso' rejeitou na Assembleia da República - se vêem a braços com gravidezes indesejadas. Percebe-se agora que o «ABC do referendo» de APL tenha saltado algumas letras. Como o D - de demagogia; o I - de intolerância; o H - de hipocrisia. Ou, dito de outra forma, o D - de democracia; o I - de iniciativa; o H - de harmonia; o T - de tolerância. Numa sociedade dita democrática, que nome dar a quantos, como APL, se arrogam o direito de não respeitar a vontade da maioria, livremente expressa? Ao contrário de APL, a maioria que no domingo vai votar 'sim' não impõe o aborto a ninguém. Mas dará à mulher condições legais para que o seu corpo não seja considerado um mero depósito cuja utilização é decidida por terceiros, e dará um passo gigante no caminho da maternidade consciente. É disso que os APL de todos os tempos têm medo. Do «abc» da liberdade de decidir.

■ Anabela Fino

## ÚLTIMAS

# Tribuna pública hoje em Lisboa denuncia consequências da privatização Estamos todos a pagar os lucros da EDP

Em vésperas da terceira fase da privatização da EDP, as estruturas sindicais da CGTP divulgam um levantamento, onde se mostra como foram prejudicados os interesses dos trabalhadores e como se degradou a qualidade do serviço.

Durante todo o dia, tal como tem estado a suceder a nível nacional, activistas e dirigentes sindicais vão distribuir, na Praça da Figueira, milhares de tarjetas à população. Na tribuna pública, ao longo do dia, representantes de organizações de consumidores, de trabalhadores, das associações nacionais de Freguesias e de Municípios, dos grupos parlamentares e outros deverão prestar depoimentos. Está igualmente prevista a participação do coordenador da CGTP, Carvalho da Silva.

Ao promoverem esta iniciativa, «numa altura em que domina uma justificada euforia em torno do bom negócio que poderá fazer quem compre acções da EDP», a FSTIEP e os sindicatos pretendem «dar a indispensável informação

sobre os custos da venda da empresa "por bom preço"».

«Deve haver, para a EDP, valores mais importantes que a cotação das acções na Bolsa», defende a federação mais representativa dos trabalhadores do sector eléctrico, numa nota enviada à comunicação social.

### PCP contra

Um folheto da coordenadora do PCP para o Grupo EDP reafirma a posição dos comunistas contra a política de privatização e «pela existência de uma forte e dinâmica empresa pública, desempenhando um papel estratégico no relançamento da actividade produtiva do País, na melhoria das



Há outras contas a fazer, para além do preço das acções (foto da primeira OPV, há um ano, na Bolsa de Lisboa)

condições de vida da população portuguesa e na criação de emprego com direitos».

O PCP acusa o PS de ser «o principal responsável político da privatização da EDP», bem como «da destruição de emprego efectivo, da entrega a terceiros de serviços essenciais da empresa, da redução de direitos sociais». Tal política «está a afastar a EDP, cada vez mais, do caminho dos interesses do País e a transformá-

la, aos poucos, numa autêntica coutada dos grupos financeiros», onde «parecem pontificar os grupos BCP, BPI, Espírito Santo, Melos e agora também, como é público, a Sonae». «O que move estes grandes senhores do dinheiro são os gigantescos lucros» da EDP (mais de 400 milhões de contos nos últimos 4 anos), que o PS e o PSD «tiram ao País para entregar aos grandes tubarões da finança e da especulação bolsista».

## Carvalhas com profissionais de Saúde

O Secretário-Geral do PCP participou, terça-feira, no Centro de Trabalho Vitória, num encontro de profissionais de Saúde em que o tema proposto à reflexão foi a Interrupção Voluntária da Gravidez. Com cerca de uma centena de participantes, o encontro despertou grande interesse entre os presentes, tendo permitido, em resultado das intervenções proferidas, aprofundar o conhecimento de aspectos menos conhecidos relacionados com esta problemática.

No decorrer do encontro, encerrado por Carlos Carvalhas, nota de realce merecem as intervenções do Dr. Monteiro Baptista, da enf. Fernanda Dias e da Dra. Maria Clementina Diniz. Presentes na mesa estiveram ainda o Dr. Mário Jorge, dirigente sindical dos médicos, José Carlos Martins, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o Dr. Manuel Sá Marques e a dietista Raquel Matos.

## Jornalistas vão às urnas

No próximo dia 30 irá decorrer, por todo o país, a eleição dos corpos gerentes do Sindicato dos Jornalistas para o biénio 1998/99. Uma eleição a que se apresentam duas listas concorrentes.

A Lista A, identificada pela sigla «Mobilizar os Jornalistas, Defender a Informação», concorre a todos os órgãos nacionais do Sindicato. A Lista B, «Romper com a continuidade», candidata-se exclusivamente ao Conselho Deontológico.

No Manifesto e linhas programáticas apresentados à classe, a Lista A denuncia a degradação das condições de trabalho dos jornalistas e aposta no «combate pela informação livre e digna».

O Manifesto refere a evolução tecnológica que, conferindo embora um papel acrescido aos jornalistas e gerando «ganhos de produtividade astronómicos», não se reflecte na folha salarial dos jornalistas.

A Lista A considera «o regresso à contratação colectiva como um objectivo estratégico a curto prazo» e propõe-se dar particular atenção aos órgãos representativos dos jornalistas em cada local de trabalho.

O reconhecimento dos jornalistas «como criadores intelectuais com um indelével direito de autor» é outra das metas da Lista A.

Um conjunto de objectivos que exige o reforço da organização sindical.

A Lista B assume posição «contra a apatia e a indiferença, a passividade e o conformismo», com o objectivo de «levar o Sindicato aos jornalistas e trazer os jornalistas ao Sindicato».

## Cimeira de Cardiff

O semestre da presidência britânica da UE ficou assinado pela realização, em Cardiff, da cimeira dos chefes de Estado e de Governo dos Quinze. «Cimeira de transição» onde nada se decidiu e tudo se adiou? E o emprego, cujos Planos Nacionais deveriam ter sido analisados? E a Agenda 2000, o futuro dos fundos e as contribuições financeiras dos Estados-membros? Também aqui ficou tudo na mesma?

Os três deputados do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo, passaram as conclusões da Cimeira à lupa e aler-

tam para que talvez não tenha sido uma reunião tão inócua como parece. Tal como ficou patente na reafirmação das orientações neoliberais da UE, na aposta na austeridade orçamental em detrimento de um aumento de verbas para fazer face à entrada de novos países e na determinação de se avançar «depressa e em força» para um modelo federal.

Na próxima edição do «Avante» será publicada uma extensa entrevista com os eurodeputados do PCP, na qual se esmiuça o conteúdo da Cimeira, se colocam algumas questões sobre a direcção desta União Europeia e se fala de alternativas.

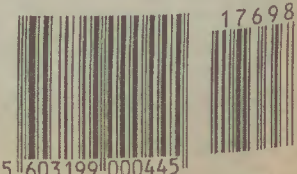


## PCP recebe PC da China

No dia 23 de Junho foi recebida no C.T. do PCP na Rua Socio Pereira Gomes uma delegação do Partido Comunista da China, dirigida por Dai Bing-Gou, membro do Comité Central e Chefe do Departamento Internacional e de que faziam também parte, nomeadamente, Wang Jinsheng, director geral dos Assuntos da Europa Ociden-

tal, He Huizhong, Hao Qingzhu, Yu Xiaoxuan, Lu Ping.

A delegação foi recebida pelo Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e encontrou-se com os camaradas Luísa Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política, Albano Nunes, membro do Secretariado e Domingos Lopes, do Comité Central.





## AGENDA

## PORTO

Mercado Ferreira Borges

5ª feira - 25 de Junho - 21.30 h.

## COMÍCIO / FESTA

Carlos Carvalhas  
Odete SantosEspectáculo musical  
com o grupo irlandês

The Wingers

## Alcácer do Sal

5ª feira, dia 25, 20.30 h.

na Cooperativa Barrancão

Debate com Nédia Brito

6ª feira, dia 26, 20.30 h.

no Centro Cult. e Social do Bº S. João

Debate com Anita Vilar

## Alcobaça

6ª feira, dia 26, 21.30 h.

na Sala da Assembleia Municipal

Debate com Octávio Teixeira

## Arraiolos

5ª feira, dia 25, 16 h.

Debate com as tecedeiras com Luísa Araújo

## Barcelos

5ª feira, dia 25, 21.30 h.

Debate

com Jorge Salgado, médico

Carlos Silva, psicólogo

Fernando Bessa, professor

## Barreiro

5ª feira, dia 25, 21.30 h.

Parque Catarina Eufémia

Sessão pública

Intervenções - Música - Teatro

6ª feira, dia 26, 22 h. - Largo Casal

Espectáculo de encerramento da Campanha  
dirigido à Juventude

## Marinha Grande

6ª feira, dia 26, 21.30 h. - na Sede da Ordem

Sessão / Debate com Odete Santos

## Palmela

5ª feira, dia 25, 21.30 h. - no Cinema S. João

Debate com Luís Sá

## Sacavém

5ª feira, dia 25, 21.30 h.

no Sport Grupo Sacavenense

Debate com Jerónimo de Sousa

## Setúbal

5ª feira, dia 25, 21.30 h.

na Colectividade da Palhavã

Debate com Augusto Flor

## Sines

6ª feira, dia 26, 21h. - no Salão Nobre da

Câmara Municipal

Debate com Avelina Marques

## Vendas Novas

5ª feira, dia 25, 21.30 h. - Auditório Municipal

Sessão / Debate com Luísa Araújo

## PORTUGAL &gt; 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



## Em COIMBRA

O projecto de esquerda  
e de poder- debate com a participação de  
Boaventura Sousa Santos,  
Fernando Rosas,  
Manuel Vilaverde Cabral,  
Vitor Diasno Auditório da Faculdade de Economia  
Quarta-feira, 1 de Julho, 21.30 h.

## Em ÉVORA

Regionalização, a democracia  
e o seu desenvolvimento

debate com a participação de

Cláudio Torres

Eduardo Anselmo de Castro

Luís Sá

Rogério de Brito

Rogério Roque Amaro

no Teatro Garcia de Resende

Sábado, 4 de Julho, 16 h.

Ataques à  
Segurança Socialdebate com a participação  
de Maria do Carmo Tavares e Adventino Amaro

## Odivelas

terça-feira, dia 30, às 21.30 h.,  
no CURPIO / Centro de ReformadosEncontro  
de Quadros da ORL

com

## Harkistan Singh Surjeet

Secretário-Geral do Partido Comunista  
da Índia (Marxista)

Hoje, dia 25, às 18.30 h., no CT Vitória



Associação de Amizade Portugal Cuba

RUA RODRIGO DA FONSECA, 107 - R/C Edg. 1070 LISBOA - TEL. E FAX: 3857305

## BRIGADA JOSÉ MARTI

- 6 A 26 DE JULHO -

SÊ MAIS SOLIDÁRIO COM CUBA  
DANÇANDO AO COCO!RESERVAS NA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL - CUBA  
TEL/FAX 3857305

## Convite

Sessão de encerramento  
da campanha do PCP pelo Sim6ª feira, 26 de Junho - 18h30  
Forum Lisboa (antigo Cinema Roma)

intervenções de

Carlos Carvalhas  
Odete Santos6.ª Assembleia  
da Organização  
do Sector de Transportes  
da ORL do PCP

Sábado, 27, às 14h30, no CT Vitória

6.ª Assembleia  
da Organização  
do Sector Ferroviário  
BarreiroSábado, 17, às 15h,  
no CT Concelho do Barreiro

## ● LISBOA

Plenário de militantes  
da Freguesia do Socorro:  
quinta-feira, 25, às 19h,  
na Junta de Freguesia de Santa Justa

## ● AMADORA

Reunião do OD do Sector de Empresas:  
quinta-feira, 25, às 18h30,  
no CT da Amadora11.ª Feira das Velharias  
de Viana do Castelo- no meio das velharias,  
muitas utilidades  
e algumas preciosidades...

26, 27 e 29 de Junho

3, 4 e 5 de Julho

Pavilhão da Portucel, com entrada livre

## Festa do Avante!

Jornadas de trabalho  
Participa